

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

153

IRAQUE:
OS CRIMES DE BUSH



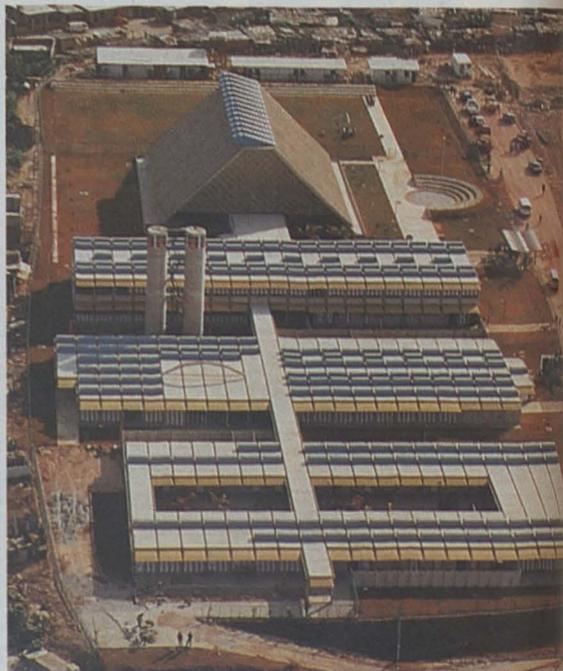
Ritua s satân cos

**NORTE/SUL:
A GUERRA
DOS SATÉLITES**

**PADRE RICARDO
MARCADO
PARA MORRER**

**TV VIVA:
A GLOBO
DOS POBRES**

Argamassa Armada.



O modo mais concreto de construir com rapidez e baixo custo.



A argamassa armada é um processo pioneiro, desenvolvido pela Riocop que combina areia, cimento e tela de aço.

O resultado são peças pré-moldadas que garantem, além de um custo 30% mais baixo do que as estruturas convencionais de concreto, maior rapidez na montagem e uma adequação perfeita a qualquer tipo de terreno.

Graças a esta revolucionária tecnologia, em apenas 5 anos a Riocop já construiu 2 CIACs (tem mais 3 em andamento, com uma previsão de 21 para 1992), mais de 50 escolas, 30 casas da criança, 30 postos de saúde, diversas casas comunitárias, creches, CIEPs e uma série de outras obras em benefício da população.

Hoje a Riocop fabrica mensalmente 900m³ de argamassa armada que equivalem a 6 mil m² e produz, além de peças para edificação, abrigos de ônibus, caixas d'água, bancos de jardim, diversos equipamentos urbanos e componentes para saneamento básico.

Da próxima vez que você for construir, contrate os serviços de

quem lidera a tecnologia da argamassa armada no País.

E se você quiser, a Riocop também instala em poucas semanas uma fábrica da argamassa armada em seu estado.

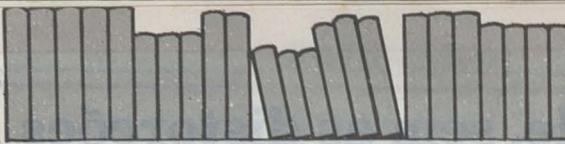
Para seu esclarecimento, escreva para o nosso endereço e solicite, sem compromisso, maiores informações.

RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS

BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-3981



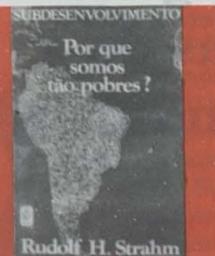
ESTORVO
Chico Buarque
Narrado em primeira pessoa, Estorvo se mantém constantemente no limite entre o sonho e a vigília, projeções de um desespero subjetivo e crônica do cotidiano. E o olho mágico que filtra o rosto do visitante misterioso talvez seja a metáfora da visão deformada com que o narrador seguirá sua odisséia. 141 p. E-254 Cr\$ 59.400,00



NÓS DIZEMOS NÃO
Eduardo Galeano
A esquerda acabou? E a história, também? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? Pode existir dignidade na miséria? Estas são algumas questões queimantes que o autor de *Veias abertas da América Latina* procura desatar nesta obra. 88p. E-226 Cr\$ 26.000,00



O ENIGMA AMAZÔNIA
Desafio ao Futuro
Miranda Neto
Para o autor, que é economista, com pós-graduação em economia rural no Brasil e Estados Unidos, o desenvolvimento da Amazônia deve adaptar as técnicas modernas às condições ambientais, com a preocupação de servir ao país e não apenas aos grandes interesses econômicos. 144 p. E-235 Cr\$ 38.700,00



SUBDESENVOLVIMENTO
Por que somos tão pobres?
Rodolf H. Strahm
Rodolf H. Strahm, economista suíço com participação em vários organismos internacionais, procura desvendar os complexos mecanismos do subdesenvolvimento, que ele relaciona com a crise do endividamento externo. 221 p. E-230 Cr\$ 26.950,00



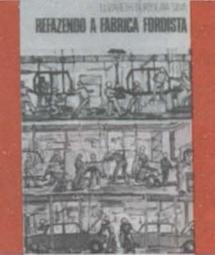
ESCRITOS INDIGNADOS
Herbert de Souza (Betinho)
O livro do sociólogo e analista político Herbert de Souza (Betinho) passa em revista os principais problemas brasileiros de hoje, com a coragem e a emoção que marcam todo seu pensamento e sua atuação na sociedade. 144 p. E-232 Cr\$ 30.000,00



AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA
Eduardo Galeano (33ª edição)
Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento. 307p. E-247 Cr\$ 70.000,00



UMA CHAMA NA AMAZÔNIA
Jean-Pierre Leroy
Reconstituindo a saga dos trabalhadores rurais da região de Santarém, Pará, o autor apresenta um quadro completo da realidade econômica da Amazônia. 394 p. E-238 Cr\$ 31.640,00



REFAZENDO A FÁBRICA FORDISTA
Elizabeth Bortolaia Silva
Partindo da análise comparativa entre uma fábrica Ford no Brasil e na Inglaterra, a autora discute os rumos da economia mundial. 394 p. E-239 Cr\$ 40.000,00

QUERIDA ILHA
Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba, etc. E-240 Cr\$ 52.400,00

O LIVRO DOS ABRAÇOS
Eduardo Galeano

Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente. 217 p. E-243 Cr\$ 44.000,00

CHE-PARRA — Latino-América
Piedade Carvalho

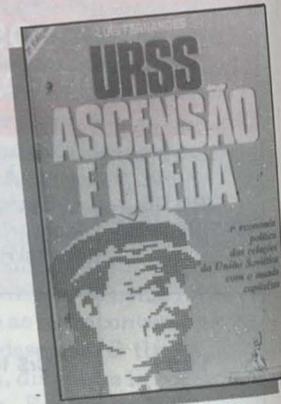
"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase moribunda esperança." Sérgio Ricardo 100 p. E-223 Cr\$ 20.000,00

O PILÃO DA MADRUGADA
Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou. Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". José Louzeiro 464 p. E-208 Cr\$ 25.000,00

DESENVOLVIDO PARA A MORTE - Repensando o desenvolvimento do Terceiro Mundo
Ted Trainer

O simples desenvolvimento, sem um planejamento adequado, leva a aberrantes desequilíbrios na distribuição da renda mundial. O modelo neoliberal, aplicado a nossos países, acaba por privilegiar os interesses das classes altas do Terceiro Mundo, das corporações multinacionais e dos países ricos. 240 p. E-245 Cr\$ 55.000,00

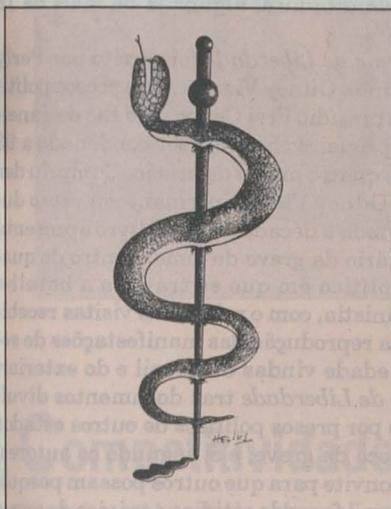


URSS — ASCENSÃO E QUEDA
Luiz Fernandes

O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo. 270 p. E-256 Cr\$ 35.000,00

Capa:

Satanismo



A ambição por poder e riqueza leva ao sacrifício de crianças em rituais satânicos. Uma onda de satanismo avança pelo país. Dez meninos já sumiram no Paraná, onde a mulher e a filha do prefeito de Guaratuba estão presas, acusadas do assassinato de um garoto

Páginas 26 a 30

SUMÁRIO

2 PANORAMA NACIONAL

POLÍTICA

4 As lições da crise

CULTURA

8 A TV Globo dos pobres

18 Um roteiro-testemunho

EDUCAÇÃO

11 Alfabetização no canteiro de obras

COMUNIDADE

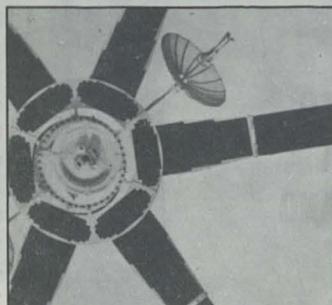
12 A sociedade da felicidade

MENOR

14 As casas das meninas



Menores que se prostituem ganham no Rio abrigos onde podem recuperar a dignidade e ter um tratamento humano 14



▲ Sentindo sua indústria espacial ameaçada, o governo norte-americano decide tomar represálias contra países que estão desenvolvendo seus próprios satélites, como a Índia e o Brasil 41



▲ O ex-procurador-geral da República dos Estados Unidos, Ramsey Clark, e juristas de todo o mundo acusam o governo Bush pela morte de mais de 250 mil civis durante a Guerra do Golfo 49

SAÚDE

17 Saneamento básico

AMAZÔNIA

20 Reservas extrativistas

22 Padre Ricardo

CAPA

26 Crueldade por dinheiro

ENTREVISTA

31 Jean-Bertrand Aristide: "É preciso lutar pela justiça e liberdade"

AMÉRICA LATINA

33 Panamá: Agora, o neoliberalismo militar

34 Guiana: Paraíso de caçadores ou santuário ecológico?

36 Argentina: Uma luta política

ÁFRICA

37 Nigéria: Gravidez na adolescência

ORIENTE MÉDIO

38 Israel: A economia em primeiro plano

40 Boicote, uma arma política

ÁSIA

41 Índia/Rússia: Parceria indesejável

44 Índia: O desastre anunciado

MEIO AMBIENTE

46 Pobreza, um problema ambiental

EXCLUSIVO

49 EUA/Iraque: Os crimes de Bush

54 PANORAMA INTERNACIONAL

PÁGINA ABERTA

59 Brasil proibido de ter foguete

Memorial Prestes

Cercado de muita polêmica, finalmente foi aprovado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro o projeto de lei que cria o Memorial Luiz Carlos Prestes, homenagem a um dos mais ilustres personagens da vida brasileira a partir do movimento tenentista de 1922.

Morto em março de 1990, aos 92 anos de idade/história, o *Cavaleiro da Esperança* vai se perpetuar num centro de memória na cidade onde viveu a partir da anistia, longe das prisões, da clandestinidade e do exílio – marcas constantes na sua trajetória. A prefeitura quer inaugurar o memorial no dia 3 de janeiro do ano que vem, quando Prestes estaria completando 95 anos.

O projeto do memorial é do arquiteto Oscar Niemeyer. O local escolhido foi a Praça São Perpétuo, mais conhecida como Praça do Ó, na Barra da Tijuca – Zona Sul da cidade. De acordo com a planta, o memorial, com 528 metros quadrados, em forma de abóbada, vai ter dois pavimentos: no térreo, ficarão o arquivo e o acervo da memória de Prestes e do Grupo Tortura Nunca Mais; no subsolo, a galeria e um auditório com 200 lugares. Todo o levantamento histórico será feito pelo historiador Nelson Werneck Sodré. Logo na entrada do prédio, no meio de um pequeno lago circular, será colocado um busto do líder comunista, com aproximadamente seis metros de altura.

Além do memorial, a Praça do Ó vai passar por uma reforma completa. Serão criadas quatro quadras de esportes, uma escolinha de arte, *playground* e piscina. A obra tem um custo estimado de US\$ 300 mil, que serão financiados pela prefeitura do Rio, governo do estado, União e empresas privadas.

O projeto de lei, de autoria do vereador Emir Amed, foi votado e aprovado em plenário no final de agosto, apesar da polêmica criada. Segundo o vereador, não houve discordância política no plenário; para ele, a polêmica foi criada em nível ideológico. Em meados de agosto, o vereador Wilson Leite de Passos entrou com um substitutivo que ampliava o projeto do memorial para todos os “heróis nacionais”, como Carlos Lacerda, Juarez Távora e Eduardo Gomes, três lideranças da antiga UDN que talvez ainda hoje não se sentem na mesma mesa com Prestes, estejam lá onde estiverem. “Mas o vereador Passos estava numa ação isolada, sem apoio. Nós derrubamos o substitutivo e aprovamos o projeto original”, afirmou Emir Amed.



Fome de Liberdade

Um projeto de 13 anos chega às livrarias. É *Fome de Liberdade*, relato sobre a greve de fome nacional dos presos políticos (de 22 de julho e 22 de agosto de 1979) contra o projeto de anistia do governo militar. A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita ganhou ruas e praças do país, mobilizou milhares de pessoas em atos públicos e, mesmo não sendo vitoriosa em todos os seus aspectos, promoveu grandes avanços rumo à democratização. Mas todo o vigor desse movimento teve um respaldo fundamental: a força dos jovens que ainda permaneciam presos pela ditadura, alguns já há mais de 15 anos.

Fome de Liberdade foi escrito por Perly Cipriano e Gilney Vianna, dois presos políticos do presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro. O primeiro chegou a ser condenado a 90 anos e quatro meses de prisão. Cumpriu dez anos. Gilney Vianna permaneceu preso durante toda a década de 70. O livro apresenta um diário da greve de fome, dentro do quadro político em que se travava a batalha pela anistia, com o relato das visitas recebidas e a reprodução das manifestações de solidariedade vindas do Brasil e do exterior. *Fome de Liberdade* traz documentos divulgados por presos políticos de outros estados na época da greve, e é, segundo os autores, “um convite para que outros possam pesquisar as mil faces do cotidiano trágico do nosso povo. Povo que persiste e persegue um ideal que não é visível e nem conhecido, mas que utopicamente nos faz sonhar e dar a vida a um significado sempre novo e mais humano”.



Palmares: revisão histórica

A história de Palmares, o mais importante foco de resistência negra do Brasil, começa a ser revista. Nos próximos cinco anos, uma equipe formada por dois arqueólogos e um pesquisador vai se dedicar à reconstituição da vida dos negros que fugiram do regime escravo para se agrupar nos quilombos. A partir de escavações em União dos Palmares (a 85 quilômetros de Maceió), onde se localizou o quilombo dos Macacos – sede do Grande Conselho dos Palmares –, a expedição vai analisar a cultura desenvolvida pelos negros em liberdade, buscando o ponto de vista dos vencidos. Em 1694, um exército de 17 mil portugueses arrasou a república negra, que chegou a se estender por uma grande faixa de terra, entre os estados de Alagoas e Pernambuco.

Financiado pela universidade de Illinois (EUA) e pela National Geographic Society, o projeto é dirigido por Pedro Paulo Funari, arqueólogo da Universidade Estadual de Campinas (SP), pelo arqueólogo norte-americano Charles Orser, de Illinois, e por Clóvis Moura, historiador do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. Depois de ter sido concluída uma primeira etapa do trabalho, em julho passado, uma nova missão deverá acontecer em janeiro do ano que vem. Até 1996, estão previstas três outras expedições.



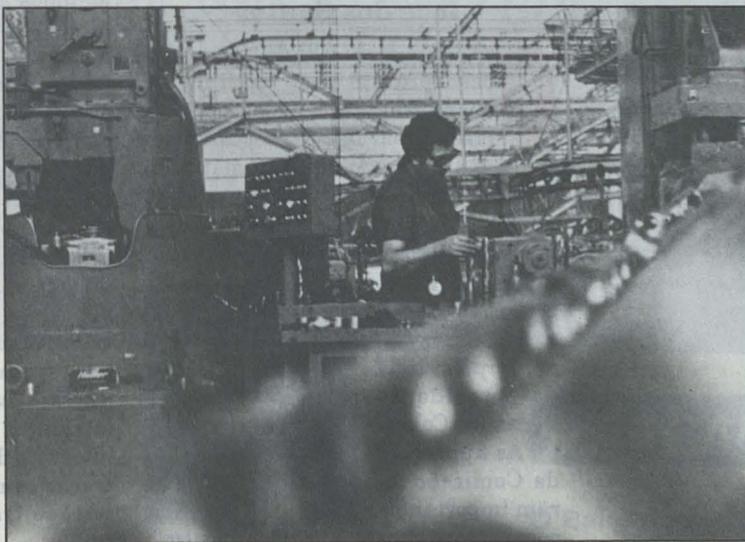
Competitividade industrial

O mais amplo estudo sobre a competitividade industrial brasileira começa a ser realizado por um consórcio liderado pelas universidades estadual de Campinas – Unicamp e federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O projeto da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República conta com recursos da ordem de US\$ 1,6 milhão, financiados pelo Banco Mundial.

Oitenta e seis especialistas das áreas de economia, administração, engenharia e direito vão estar envolvidos no trabalho ao longo de 15 meses, e contarão com o apoio de instituições técnicas e empresariais. A comissão de supervisão do projeto é presidida pelo ex-ministro Camilo Pena, sendo integrada por quatro empresários, quatro membros do governo e quatro representantes do meio acadêmico.

O estudo deverá apresentar conclusões sobre os mais diversos aspectos do processo industrial brasileiro, como a capacitação técnica, os métodos de gestão e o nível de cooperação entre fornecedores, produtores e usuários. Além disso, procurará munir o setor público de instrumentos de financiamento e de fomento para apontar a superação de problemas que venham a obstaculizar o desenvolvimento industrial.

Embora o estudo tenha o prazo de um ano e três meses para ser concluído, resultados parciais serão fornecidos a partir do terceiro mês, a fim de subsidiar o aperfeiçoamento da política industrial. Como complemento ao trabalho, serão realizados workshops, com a participação de empresários, trabalhadores, membros do governo e profissionais ligados à ciência e à tecnologia.





Lições da crise

Em todo o país, protestos contra a corrupção indicam que é preciso punir os culpados e propor mudanças reais

José dos Santos

Os trabalhos da CPI da Câmara se desdobraram como um filme de suspense que, a cada dia, surpreenderam o espectador com revelações mais escabrosas e traumáticas.

A expressão da CPI de "assalto ao Estado" é a que melhor define todo esse processo de corrupção que se desenrolou em torno do governo federal, com a omissão ou a cumplicidade do presidente Fernando Collor.

As apurações da Comissão foram importantes como demonstra-



Collor de Melo

ção do poder de investigações do Congresso e conseguiram, sobretudo, quebrar, pelo menos parcialmente, um dos tabus do capitalismo que é o sigilo bancário. Essa é uma inovação importante e que pode criar, para o futuro, dificuldades ao processo de financiamento ilícito de certos grupos empresariais para determinados partidos e candidatos.

Há outros aspectos secundários, mas nem por isso menos relevantes que avalizam o trabalho positivo da Comissão. Isso não exclui, naturalmente, omissões inexplicáveis como o tratamento displicente dos cheques de P. C. Farias para o proprietário da Vasp, Sr. Canedo, que poderiam gerar suspeitas sobre a privatização dessa empresa, e, a partir daí, sobre todo esse estranho e suspeito processo de desestatização, ruinoso e nocivo para o país.

Temos outros aspectos do trabalho da CPI que podem e estão sendo questionados, inclusive o eleitoralismo que faz relembrar o aproveitamento do Plano Cruzado do governo Sarney. De qualquer modo, a investigação gerou uma expectativa nacional muito forte de que resultados políticos positivos poderiam resultar do seu trabalho.

E aí está o centro de gravidade da crise. Por mais relevantes que sejam os aspectos propriamente éticos, o interesse nacional não se esgota aí. O que está em jogo, além de uma rigorosa punição para os culpados — sem privilégios nem exceções — é uma política governamental extremamente lesiva aos interesses do país. É a abertura descontrolada ao capital estrangeiro destruindo a indústria nacional, e uma privatização com métodos altamente suspeitos; é a desarticulação dos serviços essenciais do Estado, como educação, saúde e transportes, o arrocho salarial; uma recessão que está arruinando a economia nacional gerando falências, queda de consumo, desemprego, enfim; uma política econômica antipopular de dramáticos reflexos sociais.

O esforço dos partidos e da opinião pública, no Congresso e nas ruas, deve dirigir-se não apenas no sentido da exemplar condenação dos responsáveis por esse quadro podre que envergonha o nosso povo, mas, também, para que as mudanças sejam reais e de verdadeiro interesse do país e não uma nova frustração como a das Diretas, no bojo da qual se trava uma luta obscura pelo poder.

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

Diretor: Neiva Moreira
Diretor Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães, Elias Fajardo
Consultores Especiais: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Urugua) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Urugua)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel (Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte).

REVISÃO: Cléa Márcia Soares e Valdenir Peixoto.

DEPTO. DE ARTE: Tell Vilhena (editor), Carlos Gomes (capa e projeto gráfico), Sílvia H. Pompeu, Zaney da Silva, João C. Monteiro. FOTOS: France Press, André Louzeiro. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Alba Caldas, Sílvia Arruda e Mônica Pérez

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Kátia Prado

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎ (021)252-7440

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Itália-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)

Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro
10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
☎ (021)242-1957/222-1370 - Redação
☎ 232-1759 / 232-3372 - Administração
☎ (021)507-2203 - Publicidade e Marketing
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

CARTAS

Beneficiamento da castanha

Quero elogiar o excelente trabalho que esta revista tem feito desde a sua fundação. Além da qualidade do trabalho jornalístico, felicito a editora pela preocupação que tem mostrado em relação às transformações do mundo. É pelo compromisso em informar que solicito uma reportagem sobre as condições de trabalho das operárias das fábricas de beneficiamento da castanha-do-pará. Uma família, os Mutrans, detém o monopólio da castanha nacional, além de ser dona de grandes extensões de terra e ter poder político local no estado do Pará.

As empresas de beneficiamento trabalham conforme a safra. Há, portanto, períodos em que ficam inativas, e as operárias são dispensadas, recebendo uma indenização visivelmente defasada. Aquelas que engravidaram durante o período ativo das fábricas recebem os meses de auxílio maternidade, mas têm seus nomes relacionados numa espécie de "lista negra". Com isso, elas não conseguem se empregar novamente.

Segundo o relato das operárias, tudo é aproveitado na produção: as cascas, as castanhas estragadas e quebradas.

As mulheres recebem por produção de castanhas inteiras (em julho recebem Cr\$ 4,6 mil por 15 quilos de castanha produzidos). Quando a demanda de castanhas quebradas aumenta, os fornos de torragem são regulados em ponto de quebra. Assim, elas trabalham recebendo abaixo de um salário ou abaixo do salário-base do mês anterior. As operárias são obrigadas, portanto, a trabalhar mais de oito horas por dia, chegando até as 13 horas.

Alexandre Martins Vianna
São João de Meriti - RJ

Carismáticos

Na reportagem de Borges Neto sobre os carismáticos (nº 150) consta que dom Paulo Evaristo Arns sempre vai à concentração anual destes fiéis, o que soa estranho devido à posição nitidamente

progressista do cardeal de São Paulo. Outra referência aos católicos foi feita na seção de Cartas (nº 151). Ali era anunciada a realização do V Congresso de Jovens Trabalhadores, promovido pela Juventude Operária Católica e o Movimento Jovens Cristãos Rurais. Gostaria de saber o endereço destas entidades para me corresponder, e peço que publiquem meu endereço para intercâmbio.

Orlando Oliveira

Rua Francisco Murari, 06/501 -
Centro - RJ

O repórter Borges Neto esclarece que dom Evaristo Arns comparece, como convidado, uma vez por ano, no encontro dos carismáticos no estádio do Morumbi, não tendo o hábito de frequentar reuniões do movimento. O endereço da Juventude Operária Católica é rua Condesa de São Joaquim, 215, Bela Vista, São Paulo, CEP 01320.

Leitor escritor

Sou assinante desta excelente revista. O nº 151 traz matéria oportuníssima sobre o caso Paiakan, que me levou a escrever-lhes.

A Editora Cromo acaba de publicar meu último livro, *O Ocaso da Raça*. Gostaria de informar-lhes que 100 exemplares foram doados ao Comitê Intertribal por ocasião da Rio 92. Depois, viajei para a Europa onde fizemos lançamento no Consulado do Brasil em Barcelona e na nossa Embaixada em Roma, além de tê-lo distribuído por outras cidades da Espanha, Itália e França.

Carlos Gomes
Niterói - RJ

Fumantes

Há muito tempo se vem combatendo a poluição do ar, principalmente nas grades cidades. Fala-se das chaminés das fábricas, dos canos de escapamento dos automóveis, das grandes queimadas, etc. Mas os maiores envenenadores do ambiente são os fumantes, que começam aprendendo por imitação, e as maiores vítimas são os jovens. A lei penal já persegue os toxicômanos, correndo atrás da maconha e da cocaína. Mas a fumaça do cigarro continua infrene em todos os cantos, sem a menor consideração pela saúde do próximo. A ignorância e a irresponsabilidade se dão as mãos, sem compreender que a fumaça é cancerígena e, além do mais, é uma descortesia obrigar o vizinho a receber a fumaça de um viciado. Um cidadão de pouco entendimento chegou a dizer: "Pago a multa, mas não deixo de fumar". É de estarrecer.

Até quando a sociedade vai tolerar este mal? Também, nesse ponto, a maioria não tem defesa contra a minoria obscura?

Antônio Satúrnio
Pacaembu - SP

Honestidade

Sou uma estudante de 18 anos e assídua compradora desta revista.

A honestidade e a veracidade de informações são importantes requisitos para que se possa conceituar a competência de administradores responsáveis por uma publicação jornalística que visa à informação concisa e justa. Espero que a veracidade, a responsabilidade e o trabalho sério continuem sendo as marcas mais profundas desta publicação.

No momento em que nosso país passa por uma caótica administração, há necessidade de que possamos estar atualizados das consequências de tudo isso. Ninguém melhor do que cadernos do terceiro mundo para esse esclarecimento, e espero futuramente ler em suas manchetes: "O progresso social brasileiro chega, enfim..."

Flávia Ohana
Belém - PA

Hipocrisia de sempre

Em primeiro lugar, quero parabenizá-los pela excelente revista **cadernos do terceiro mundo**. Eu sou uma simples dona-de-casa que gosta muito dos artigos dessa revista. Fiquei deveras surpresa com o conteúdo da última página da revista nº150, cujo artigo intitulado "A hipocrisia de sempre" me deixou realmente perplexa, por ver alguém se atrever a dizer alguma coisa contra os norte-americanos. Eles costumam cometer as piores arbitrariedades, e ninguém diz nada contra. Todos parecem ser a favor.

É desumano o que eles fizeram e fazem com o povo do Iraque. É desumano também como ninguém se importa, ninguém protesta. Isso significa que todos estão de acordo. Eu não compreendo como alguém pode ser tão insensível ao sofrimento dos

outros. Os americanos deveriam cuidar das próprias vidas, deixando o povo do Iraque em paz. Gostaria de ver uma reportagem sobre a real situação do povo iraquiano e do país. Gostaria também de ler sobre Cuba, que é outra vítima.

Alba Liberato
Manaus - AM



INTERCÂMBIO

• Valeska Fernanda Pincovai

R. Santa Ubaldesca, 191
Bairro Jaguaré
05323 - São Paulo - SP

• Maristela Pincovai

R. Santa Ubaldesca, 191
Bairro Jaguaré
05323 - São Paulo - SP

• Luiz Donizeti Nunes

R. João Giacomini 160
JD Luiza Maria
13600 - Araras - SP

• Jose Clóvis Zambito

Cx Postal 213
Candido Mota
19880 SP

• Noel A. Tavares de Jesus

R. XV de novembro, 108
89665 - Capinzal - SC

• Francisco M.C. Pinto

Caixa Postal 2027
Agência Pta. Negra

59085 - Natal - RN

• Martim C. De Moraes Júnior

Rua Duque de Caxias S/Nº
Três Passos

98600 - Brasil - RJ

• Dino

Cx Postal 1389

30160 - Belo Horizonte - MG

• Luciano Seixas de Aguiar

R. Joaquim Tomás de Aquino, 42
P. São Caetano

28100 - Campos - RJ

• Gisele Moura

Rua Bueno de Paiva, 200/801

Bairro Méier

20720 - RJ

• José Carlos Santana

UFV W 101 A, apto.433

36570 - Viçosa - MG

• Adriana Botelho Campos

R. Ouro Preto 1393, 32

Sto. Agostinho

30170 - Belo Horizonte - MG

• W. Nogueira Silva

Des. Gomes Parente, 1210

João XXIII

60520 - Fortaleza - CE

• Marcela Meza Baeza

Correo de Niebla

Valdivia

10ª Región

Chile

• Orlando Ribeiro da Silva

Itamarati Norte

Caixa Postal 89

78.300-000 - Tangara da Serra
Mato Grosso

A TV Globo dos pobres

Há oito anos no ar, a TV Viva de Olinda mostra que a televisão pode ser um veículo criativo e estimulante para a consciência comunitária

Cláudia Maciel



Ela já foi chamada de "TV Globo dos pobres" pela ousadia de combinar um elevado padrão técnico com o mais democrático mecanismo de veiculação de mensagens. Os telões da TV Viva, instalados em praças de bairros populares, transmitem uma programação informativa capaz de estimular a reflexão crítica sobre os problemas cotidianos na vida das grandes cidades brasileiras. Há oito anos no ar, a TV Viva de Olinda, Pernambuco, foi a pioneira na comuni-

cação de massas alternativa no Brasil — um projeto para confirmar que a televisão pode ser bem mais do que um simples instrumento de reprodução de padrões de consumo e comportamento estranhos à realidade da maioria da população brasileira e, em especial, do Nordeste.

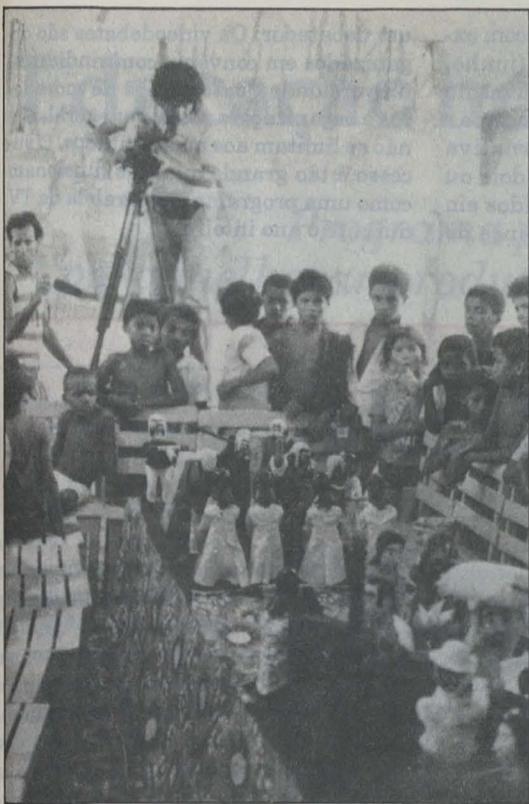
A começar pelo símbolo gráfico que identifica a TV (uma pipa empinada no ar) e o slogan — "TV Viva, a sua imagem" —, fica fácil perceber o perfil desse projeto inovador, que já deu certo: recriar o espaço coletivo e popular na comuni-

cação televisiva, praticamente ausente nas emissoras de caráter comercial.

Um dos coordenadores de produção da TV Viva, o francês Didier Bertrand, há quase cinco anos no Brasil participando do projeto, tem bem claros os objetivos característicos da programação alternativa da TV olindense. "Em 1984, quando surgiu a idéia de criar a TV Viva", conta "não havia possibilidades concretas de obter a concessão oficial de um canal de televisão. Optou-se, então, pelo telão como forma de viabilizar a difusão desse trabalho ao maior número de pessoas".



O anchorman Pitaco apresenta o jornal Olho-Vivo, um dos cinco blocos da programação. Ao lado, seu Biu, o convidado especial



A população dos bairros periféricos de Olinda e Recife já se acostumou a ir para as ruas receber TV Viva. O público recebe uma informação diferenciada

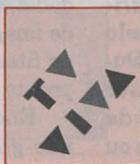
Segundo Didier, o fato de os locais de exibição serem favelas e bairros pobres de Recife e Olinda já revelava a intenção de privilegiar um determinado tipo de público: "pessoas carentes não apenas de melhores condições sociais de vida, mas também de informação jornalística diferenciada".

Hoje, o telão nas praças e a presença "viva" de um animador — que registra, ao final de cada apresentação, as críti-

cas e comentários dos espectadores — são a marca registrada da TV. Assim, a cada dia, pode-se avaliar se foi cumprido o objetivo de retratar para o público "a sua imagem", livre das distorções dos espelhos de aumento do interesse comercial a qualquer preço.

A TV Viva, de fato, faz parte de um projeto de alcance social mais amplo, desenvolvido pelo Centro Luiz Freire, de Olinda. A equipe documentou diversos

projetos de ocupação de áreas urbanas e posterior assentamento de famílias em comunidades, como Morro da Conceição e Brasília Teimosa, em Recife. Em conjunto com associações de moradores e setores da Igreja engajados nessas lutas, a TV Viva participou efetivamente dos movimentos populares na região.



Programação —Todas as segundas, quartas e sextas, às 8h da noite, dois bairros da região metropolitana de Recife assistem ao programa da emissora alternativa. São 24 comunidades por mês, reunidas diante do telão para assistir e comentar um programa de 60 minutos de duração, dividido em cinco blocos: Pipoca maluca (infantil), Língua de trapo (humor), Quatro cantos (reportagem local), Circo eletrônico (cultural) e Jornal Olho Vivo (noticiário). O programa não tem intervalos comerciais. Entre um bloco e outro apresentam-se vinhetas sobre temas gerais, produzidas com a ajuda de um equipamento de computação gráfica que não faz inveja à "TV Viva dos ricos".

No final, o animador ouve a opinião do público sobre os erros e acertos da programação, além de expectativas para os próximos programas. A equipe que avalia o impacto das apresentações da emissora apurou que quase 70% dos comentários referem-se ao noticiá-



A Equipe da TV Viva gravando, com o Repórter Brivaldo, um vídeo sobre o jumento

rio e aos temas enfocados pela reportagem local (prostituição, esquadrões da morte, seca, Aids etc.), o que confirma o interesse por um padrão de informação jornalística diferente daquele apresentado pelas redes comerciais.

As exibições em telão ao ar livre

acontecem durante todo o ano, com exceção dos meses de "inverno" (junho, julho e agosto), período de chuvas no litoral do Nordeste. Para ocupar esse espaço foi criada a alternativa dos videodebates, seleção de dois ou três programas a serem exibidos em recintos fechados com a presença de

um debatedor. Os videodebates são organizados em convênio com sindicatos, universidade, associações de moradores e organizações sociais em geral, e já não se limitam aos meses citados. O sucesso é tão grande que eles funcionam como uma programação paralela da TV durante o ano inteiro.

Visibilidade Social

As produções da TV Viva vêm tendo êxito mesmo junto aos demais canais de televisão. Atualmente, a programação das TVs comerciais inclui *sketches* produzidos pela equipe da Viva. É o caso do SBT, que reproduz módulos de humor e reportagem no programa "Goulart de Andrade", bem como da Globo, no "Casseta e Planeta", com o repórter *Brivaldo*, representado pelo ator Cláudio Ferrario. Outros exemplos podem ser sintonizados na TVE, da Fundação Roquete Pinto, ou mesmo na TV Pernambuco, afiliada à Rede OM.

Tal estratégia de divulgação permite à TV Viva alcançar "maior visibilidade social", como define Didier Bertrand, atingindo também uma parcela do público das classes média e alta. Além da presença nos canais comerciais, a emissora pretende atingir esse público através da organização de uma videoteca, de modo a ampliar o acesso aos mais de 110 vídeos realizados desde 1984.

O caráter artesanal da produção e o tempo disponível para aperfeiçoar cada programa são elementos que permitem à TV Viva

acompanhar a evolução da linguagem televisiva. Didier lembra que há muito tempo o núcleo de trabalho poderia ter tomado a forma de uma produtora como tantas outras, rentáveis para seus eventuais proprietários. No entanto, as receitas obtidas com a produção de comerciais, vídeos institucionais sob encomenda de diversas entidades, co-produções e vendas de imagens, aluguel e venda de fitas são reinvestidos no projeto do telão nas praças.

Enquanto organização não-governamental, a TV Viva também capta financiamentos junto a instituições nacionais e internacionais, como a Oxfam inglesa e a Novib holandesa.

A TV alternativa pernambucana é filiada à Associação Brasileira de Veiculação Popular - ABPV, e alimenta a idéia de, a médio prazo, formar uma rede nacional, através de um canal de televisão, com as demais emissoras alternativas que surgem pelo Brasil, como a TV Anhembi (SP), TV Mochibombo (RJ) e a TV Rocinha, que transmite para um raio limitado de distância, dentro da favela carioca, considerada a maior da América Latina.

Guia eleitoral alternativo, a equipe da TV Viva trabalha neste momento em diferentes programas: experiências de escolas alternativas; um informativo científico e histórico sobre a cólera no Nordeste; um documentário sobre a realidade sócio-ambiental nos manguezais próximos a Recife; e um vídeo sobre o papel e os direitos da criança e do adolescente, a ser exibido nas escolas. A principal produção em preparo, porém, é o programa educativo Eleições Municipais, com veiculação programada para este mês de setembro.

O "guia eleitoral popular" da TV Viva será dividido em cinco blocos. O primeiro resgata a história das administrações de Recife desde sua fundação, destacando os momentos mais fortes da vida política e social, através de um criterioso trabalho de documentação com jornais, revistas, discos e filmes de diferentes épocas. O segundo bloco aborda o significado da administração de uma cidade, o poder e a responsabilidade do prefeito e vereadores, além do con-

teúdo das leis do município, do plano-diretor, das políticas de transporte e segurança. O bloco seguinte analisa o quadro de alianças e frentes políticas que se formam no momento das eleições, avaliando a coerência dos partidos ou a falta dela. O quarto bloco falará do vereador enquanto fenômeno social, os diferentes tipos de candidatos, as sessões das câmaras de vereadores - em geral desertas depois de uma corrida pela disputa de vagas - e o destino dos candidatos que não se elegem. O último bloco do "Jornal do eleitor" assinala a importância do voto de cada um. É o bloco vivo, renovado a cada semana para acompanhar as reações dos telespectadores ao próprio programa, realizando enquetes de intenção de voto, eleições simuladas e microdebates.

Além da exibição em telão para as 24 comunidades já tradicionais da região metropolitana de Recife, o programa integrará o projeto videodebate e será exibido em universidades, associações de moradores, sindicatos, escolas e organizações não-governamentais, em geral.

Educação no canteiro de obras

Programa promove alfabetização para melhorar produtividade e segurança do trabalho

Paulo Marinho

Um dos setores que mais cresceram durante o chamado milagre econômico, a indústria da construção, já reuniu em seus canteiros até três milhões de operários, empregados nas grandes obras públicas contratadas pelo governo federal e nos empreendimentos do mercado imobiliário. Ainda hoje, no entanto, mais da metade desta mão-de-obra não-qualificada é incapaz de ler um simples cartaz afixado nos canteiros de serviços para evitar acidentes.

A campanha nacional de alfabetização em canteiros de obra, surgida há dois anos no Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro - Sinduscon, já está envolvendo cerca de cinco mil operários em 18 estados brasileiros.

Para a coordenadora nacional da campanha "Alfabetizar é construir", professora Célia Macieira, a educação dos trabalhadores significa uma mudança radical na relação capital/trabalho do setor da construção: "Só com investimentos simultâneos em saúde, segurança e trabalho as empresas privadas vão conseguir níveis de produtividade e qualidade compatíveis com a competição que se avizinha."

Perfil negativo - A construção civil costuma

aparecer, com destaque, nas estatísticas negativas que traçam o perfil do trabalhador brasileiro. Em agosto de 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE revelava que dos 270 mil operários em constru-

ções no Rio de Janeiro, 162 mil (60%) eram analfabetos.

"Isto prejudica a qualidade do produto final e causa desperdícios de 30%. A cada três edifícios construídos, um outro poderia ser erigido com o que se joga fora.

Além disso, enquanto a produtividade da indústria da construção brasileira é de 60 homens/hora por metro quadrado, na Europa a mesma relação é de 15 e, no Japão, o metro quadrado construído por hora envolve apenas sete operários", explica a professora Célia.

Certa de que a erradicação do analfabetismo em si não vai alterar os vergonhosos índices de produtividade no setor, a professora entende, no entanto, que o ato de ler e escrever deve vir a ser usado como pré-qualificação do trabalho no futuro: "Estamos preparando monitores que vão alfabetizar e profissionalizar o trabalhador ao mesmo tempo, já que a tendência é a especialização. E o caminho a ser seguido pelas empresas é formar equipes mais permanentes, aproveitar o mesmo operário quando o estágio da obra muda e reduzir a alta rotatividade."

Produzido à luz da pedagogia de Paulo Freire, o material didático indica aos professores técnicas de alfabetização a partir de um acontecimento do cotidiano ou da leitura de uma notícia de jornal.



L. C. RIPPER - IMAGENS DA TERRA

A luta por melhorias

Aos 36 anos, o assistente de Recursos Humanos numa construtora carioca, Leônidas Cardoso, sindicalista, é um raro exemplo de operário na construção civil. "Há 20 anos, quando comecei como apontador e controlador de material em canteiros de obra, cheguei a ser o único que sabia ler e escrever em construções, que envolviam até 100 companheiros."

O sergipano Leônidas revela que, até quatro ou cinco anos atrás, o empresariado do setor ainda mantinha fortes traços escravocratas nas relações de trabalho. "Eu mesmo liderei greves em duas grandes construtoras aqui do Rio, para reivindicar alimentação e água potável nos canteiros de obra."

À frente de uma experiência iniciada no começo dos anos 80, Leônidas Cardoso coordena as atividades cotidianas do trabalhador, interligando a alfabetização e a segurança nos canteiros de obra, a alimentação e o lazer dos operários. "A maioria dos canteiros de obra ainda deixa muito a desejar, mas, nos últimos anos, os empresários, instados a reduzir prejuízos advindos da baixa formação dos trabalhadores, começaram a mudar de postura diante do problema."



A sociedade da felicidade

Japoneses criaram uma comunidade onde o dinheiro não circula e o principal objetivo comum é ser feliz

Aconteceu no Japão, em 1956. Um jovem agricultor, Miozo Yamaghishi, perseguido pela Polícia Imperial por suas idéias revolucionárias, consideradas anarquistas, um dia se escondeu numa granja e lá resolveu colocar em prática seu projeto. Imaginou um sistema de agricultura, onde aplicou seus conceitos de liberdade e de aproveitamento de todos os recursos disponíveis. Depois de algum tempo, esquecido pelo Império, ele começou a expandir seu projeto, desenvolvendo-o em uma propriedade

perto de Kioto, e não demorou muito para se tornar conhecido.

Hoje, são 36 núcleos Yamaghishi no Japão, com quase um milhão de membros, onde tudo é produzido por todos para todos. Existem outros espalhados por países como Suíça, Tailândia, Alemanha, Austrália, Coréia do Sul e Brasil. Em todos eles, os princípios básicos da filosofia Yamaghishi são respeitados: trata-se de vilas onde não há direitos nem deveres, onde moradia, vestuário e alimentação são gratuitos, não há salários nem divisão de bens. Não há

chefes nem ordens. Através do autoconhecimento e da autodisciplina, o ser humano encontra prazer em suas atividades e se descobre em harmonia com a natureza.

A Sociedade Yamaghishi pode parecer uma utopia para quem não a conhece. Afinal, pode existir um lugar onde o dinheiro não existe, onde tudo o que é produzido é dividido entre todos, onde a principal finalidade é a felicidade do homem? Pode, sim, e tal lugar existe aqui mesmo, em nosso país.

Romeu Matos Leite e Isack Minowa

são membros da sociedade Yamaghishi do Brasil, localizada em Jaguariúna, perto de Campinas, no estado de São Paulo. São 136 alqueires de terra produtiva, onde eles, com mais 12 pessoas, criam 12 mil galinhas e cultivam milho, laranja e banana. "Já somos auto-suficientes e o excedente da produção nós vendemos para o mercado local", explica Romeu. Este núcleo nasceu há 4 anos, depois que Romeu, Isack e outras duas pessoas voltaram do Japão, onde conheceram a sociedade. "Como era um método que estava ligado às nossas atividades (Romeu é veterinário e Isack é engenheiro agrícola) e como pregava um tipo de vida com o qual nós sonhávamos, resolvemos apostar tudo o que tínhamos. Vendemos carro, casa, fizemos uma vaquinha e compramos a propriedade. Por isso é uma opção de vida. E deu tudo certo." Mas Romeu reconhece que a "mãozinha" dada pelos núcleos do Japão para eles começaram foi determinante.

Um núcleo Yamaghishi funciona como uma sociedade "normal", e pode ser tanto uma comunidade agrícola, como aqui no Brasil, como uma comunidade urbana, como na Suíça. Nos núcleos do Japão existem hospitais, o ensino vai do maternal à universidade. "Não há um modelo pré-estabelecido. Basta ter duas pessoas que conheçam o método e que estejam dispostas a tentar que, a partir da troca de idéias, já é possível começar uma sociedade", explica Romeu.

A filosofia Yamaghishi é baseada num método de discussão chamado Kensan, onde todos os membros da comunidade se reúnem para discutir suas idéias e opiniões, sem líderes. "A gente faz uma roda. Se tenho uma idéia, a partir do momento em que eu a exponho em público, ela não é mais minha, mas do grupo. Não vou defendê-la como a melhor idéia, mas encará-la como algo que deva ser questionado, aceito ou não", esclarece Isack. A educação nas vilas Yamaghishi também se desenvolve em torno desse método. Romeu explica: "Não há professores; temas são colocados às crianças e elas, através de muita conversa, começam a compreender os problemas. Outro método usado é o ensino prático. Por exemplo, levar a

criança para tirar leite da vaca. Quando ela vê aquilo, sente curiosidade em saber como o organismo da vaca funciona. A criança é que vai em busca das respostas às suas dúvidas. Nada é imposto."

As escolas Yamaghishi estão sendo cada vez mais procuradas por crianças de todos os cantos do Japão. Romeu conta que o índice de suicídios entre as crianças de lá é alarmante, mas que isso não existe nas escolas dos núcleos. "Os pais estão procurando nosso sistema educacional como uma alternativa."



"Se tenho uma idéia e a exponho em público, ela não é mais minha, mas do grupo. Não vou defendê-la como a melhor, mas encará-la como algo que deva ser questionado"

Todos os anos, os núcleos do Japão promovem o "Festival do Gratuito", no mês de junho, onde, por um dia, tudo que é produzido por eles é doado às pessoas. "E não são só produtos; quem não é agricultor pode participar oferecendo sua força de trabalho ou o seu talento. Por isso, há aqueles que vão para cortar cabelos, outros que vão pintar quadros, consertar coisas, fazer consultas médicas, e tudo o mais", conta Romeu. "Este ano, nós estivemos lá com uma barraca do Brasil, e distribuimos laranja, banana e café." Mas Romeu deixa bem claro que o objetivo não é só a distribuição em si. Os membros da sociedade Yamaghishi convidam as pessoas a experimentarem essa filosofia, a sentirem como é viver numa sociedade onde não existe o acúmulo de riquezas. "Neste ano, compareceram 180 mil pessoas, e muitas delas se identificaram com a

idéia e acabaram aderindo", conta Isack, entusiasmado.

Romeu e Isack foram os representantes da Sociedade Yamaghishi no Fórum Global, durante a Rio-92. "Nós viemos mostrar a proposta. Cabe a cada pessoa avaliar e aceitar ou não nossa sociedade. Queremos também ouvir opiniões e sugestões. Mas pretendemos, acima de tudo, divulgar nosso projeto. As pessoas precisam nos conhecer", diz Romeu.

Alguém pode encarar esse tipo de sociedade como sendo alternativa, mas Romeu prefere não usar esse termo, pois "a palavra *alternativa* remete à idéia de retorno às origens. E nós utilizamos ao máximo a técnica. Nossa agricultura é natural no sentido de que não usa agrotóxicos, mas não precisa ser de tração animal". A filosofia Yamaghishi desenvolve e utiliza todas as capacidades possíveis do ser humano, inclusive a de inventar. No Japão, existe um núcleo chamado "Vila dos Cientistas", onde vários estudiosos se reúnem para trocar idéias e desenvolver tecnologias. Possuem também um centro de computadores muito avançado, onde fazem programas para serem vendidos.

Não corre o risco de se tornarem capitalistas ao venderem seus produtos? Não, garante Romeu. E explica: "O objetivo é sempre o mesmo: construir uma sociedade igualitária. Quem vende o produto não fica com o dinheiro; ele é de todos, é aplicado na melhoria dos núcleos." Talvez resida aí a grande diferença: é uma comunidade que busca o aperfeiçoamento tecnológico e industrial como qualquer outra sociedade capitalista, só que o lucro é de todos.

O Yamaghishi tem como meta final um projeto maior, de revolução social. Os núcleos funcionam como laboratórios sociais; diferentes modos de vida ou de pensamento são experimentados, desde que levem à harmonização do ser humano com a natureza. O método Yamaghishi busca um contínuo processo de experimentação e de transformação da sociedade mundial, a partir do indivíduo. "Quando as pessoas perceberem que viver bem é muito mais importante do que simplesmente acumular dinheiro, tudo vai mudar", completa Isack, sorridente. (P.C.)



FOTOS: RICARDO FLUMINA

As casas das meninas

Menores que se prostituem ganham no Rio abrigos onde podem recuperar a dignidade, ter um tratamento humano e trilhar o caminho da cidadania

Vera Gertel

País do carnaval desde sempre, o Brasil foi se destacando nas últimas décadas por outras imagens no exterior: país do futebol, da tortura e do extermínio de menores. Esta última teve seu ápice em 1990, com cifras que alcançaram 918 crianças assassinadas em São Paulo e 492 no Rio de Janeiro.

Meninos e meninas de rua são flagrados em cada esquina cheirando cola, dormindo sob marquises, vendendo mercadorias, afanando carteiras, implorando a caridade dos adultos. Estigmatizadas pela sociedade como marginais, ignoradas pela lei, perseguidas pela polícia e vitimadas por grupos de extermínio, essas crianças mostram apenas a face mais cruel de uma pobreza maior: ao todo, são 40 milhões de crianças e adolescentes carentes e mais oito milhões de abandonados.

A dinâmica de uma sociedade, no entanto, não se revela apenas nos grandes feitos, sejam eles de glória ou de crueldade. Um esforço miúdo, pouco notado e muitas vezes desacreditado, vem sendo desenvolvido por um humanismo alternativo capaz de alentar esperanças. São as pastorais do menor, educa-

dores de rua, movimentos de meninos e meninas. Quantos são e a quantos atendem, pouco importa. Vale mais saber que nasceram do compromisso de restituir a esses pequenos o direito à cidadania.

A Casa das Meninas, aberta há dois meses no Rio de Janeiro, é o mais recente desses núcleos. E estende a mão às humilhadas pela violência: meninas-prostitutas.

Antes mesmo da inauguração oficial, paredes ainda por pintar, à chegada dos primeiros funcionários selecionados para ali trabalhar, uma pequerrucha de seis anos já esperava na porta. Entrou e, logo depois, outras suas "irmãs de rua" – como elas se chamavam entre si – foram chegando e ficando.

Assim elas deram por aberta a primeira casa carioca só da menina-mulher. Prostituta é uma palavra muito forte para a coordenadora desse novo projeto, Maria Cristina Salomão Almeida, professora aposentada do departamento de Política Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "O uso do corpo gera um prato de comida", diz ela. "É uma estratégia de sobrevivência numa sociedade perversa."

A Casa das Meninas nasceu de uma

iniciativa de dona Neuza Brizola, primeira-dama do estado, que, desde que assumiu há um ano a Coordenadoria Estadual de Desenvolvimento Social, idealizava uma experiência capaz de atender e ao mesmo tempo pensar a questão da mulher onde ela é mais penalizada: na violência sexual.

Depois de meses trabalhando junto a outros abrigos abertos e a educadores de rua, selecionando funcionários cedidos por outras secretarias, sem textos teóricos capazes de abordar um universo ainda desconhecido, duas casas foram construídas em terrenos do metrô: uma para as atividades; outra para moradia.

Regime aberto é o conceito. Voltar a inserir essas meninas de alguma forma na comunidade é o objetivo. Restituir-lhes uma identidade é o mais difícil.

Numa atitude de quem não deseja fazer uso de fórmulas pré-estabelecidas – em geral repressivas –, nem de paternalismos caridosos, os responsáveis por tal trabalho têm antes mais perguntas do que respostas. O que é um abrigo? O que é uma proposta de cidadania num país em que os direitos mínimos da criança são negados? O que é para ela um projeto de futuro?

Uma coisa é certa: no nº 27 da rua

São Salvador, no Flamengo, Zona Sul da cidade, em frente a uma pracinha que um dia foi bucólica, nenhum imobilismo impera. Ali, um projeto arquitetônico simples, construído em meio a altos edifícios de classe média, deu origem a uma casa onde pulsam atividades sociais. Sob um teto com refeitório, escritório, amplas salas, instalações para higiene pessoal e quintal, 35 meninas de rua jogam vôlei, fazem aula de balé, desenham e escrevem cartinhas carinhosas a seus educadores. A outra casa, na rua Joaquim Palhares, no Estácio (Centro), é para dormir, ter armários, lavar as roupas. Lá, até agora, moram 26 meninas, numa faixa de idade dos dez aos 16 anos.

Todo um trabalho anterior foi feito com os moradores dos dois bairros, preparando a aceitação das novas vizinhas, o que evitou até agora qualquer protesto ou discriminação. Clínicas e casas de saúde das imediações foram consultadas e recebem as meninas para atendimento.

Mas a tantos direitos devem corresponder outros tantos deveres. E o primeiro deles é a frequência obrigatória à escola. Coisa que aliás não foi tão difícil, já que algumas das meninas, mesmo morando na rua, surpreendentemente frequentavam aulas. Elas também arrumam os quartos, fazem as camas, põem a mesa, lavam e passam as próprias roupas. Uma sentiu-se orgulhosa ao comentar ser a primeira vez que ia à



Muitas não acreditaram que teriam direito de estudar balé



escola com o uniforme limpo. Em geral, meninas de rua usam roupas sujas até estragarem, quando então jogam fora e acabam ganhando outras.

Por orientação de dona Neuza, todas são atendidas em suas necessidades femininas: recebem xampu, calções, sutiãs, camisolas e roupa de cama delicadas – acessórios guardados e cuidados em armários pessoais. O regimento interno é ditado por elas em assembleias que realizam todas as sextas-feiras. Confusões, exigências, discordâncias e balanços são então discutidos num exercício semanal da cidadania. Com 18 funcionários e oito psicanalistas voluntários do Movimento Freudiano, as duas Casas das Meninas estão preparadas para receber até 80 crianças. Enquanto isso, o projeto parte

para abrir mais cinco unidades, sendo a próxima casa só para grávidas ou meninas com bebês. Discute-se a possibilidade de algumas serem mistas.

“Aula de balé? É muito luxo” –

Houve quem assim criticasse. E, sem dúvida, em meio à excitação das primeiras aulas, não foram poucas as vezes em que a professora teve de interromper para explicar que aquilo “não era capoeira, não era funk, não era show da noite, era balé”. Mas assim que o pianista recomeçava os acordes, diante de espelhos e barras, vestidas com malhas, elas prosseguiram os *pliês*, atentas não só aos movimentos como aos de um robusto professor de vôlei que tentava acompanhá-las. É assistir para crer. Meninas-mulheres cujas histórias são velhas conhecidas.

A violência do tiro

De um modo geral, elas não gostam de ser entrevistadas e até se queixam da imprensa. Alegam que estão sempre saindo nas publicações como marginais, enquanto uma delas tenta logo desfazer qualquer sensacionalismo: “Morar na rua não é nenhum bicho de sete cabeças. Fazia minha cama de caixote para ficar mais alta. De dia, eu vendia sacolas de papelão, minha mãe trazia um bujão e, com o dinheiro, a gente comia.”

Com 16 anos e uma filha de nove meses, D. S. agora mora na casa do Estácio, e vai para o Flamengo aprender costura e balé, deixando o bebê aos cuidados das “irmãs de rua”. À noite, D. S. vai para a escola.



A uma pergunta sobre o pai da criança, diz apenas que se chamava Anderson, tinha 18 anos e morreu “de tiro”.

Órfã de pai e mãe, L. O., aos 14 anos, está grávida de sete meses. Vivia com um irmão no morro e, com nove anos, foi violentada por um colega dele. Aos 11 foi para a rua. Trabalhou em casa de família, passou pela Pastoral do Menor, Casa da Acolhida e agora está na Casa das Meninas.

“Lutamos muito para ter esta casa. Desde que a gente foi a Brasília fazer movimento, a gente queria uma casa só de meninas”, lembra. Desconfiada, L. O. reluta um pouco antes de contar sua história: “Tive nove irmãos. Uma irmã morreu ‘de tiro’. Minha mãe foi de doença, mas meu pai também morreu ‘de tiro’.”

Expulsas de casa pela miséria, espancamentos, alcoolismo e desemprego dos pais, estupro pelo companheiro da mãe ou um primo, a perplexidade da violência sofrida estampada em rostos graves, elas pouco sorriem. Grávida de sete meses aos 14 anos, uma delas senta-se para descansar da aula. Dois bebês, dormindo, aguardam por outras duas mães precoces ensaiando os passos de bailarinas. Um deles acorda e é logo disputado por colos infantis.

Esse é o espaço de escuta dos psicanalistas voluntários que ali se revezam. Seria quase impossível a escuta psicológica no divã, a portas fechadas. Inicialmente, nas fichas de inscrição das meninas só aparece o nome. Pequenos relatos vão aos poucos preenchendo-as, trazidos pela cozinheira, o professor de música e assim por diante.

Corações e mentes dilaceradas vão ali sendo recompostos, na tentativa de encontrar laços e referências que possam voltar a ligá-las com as comunidades de origem. A família dessas crianças não pode ser vista como a tradicional. Os vínculos são frágeis. Quem sabe uma tia, madrinha ou mulher na favela que as conhece pode voltar a recebê-las? Quem sabe?

Apesar de tudo, uma força de sobrevivência transparece. É quando, nas assembleias, elas próprias sugerem aulas de costura para fazer e bordar panos de prato, considerados fáceis de vender. Ou talvez confeccionar bonecas de pano como as vistas na vitrine de uma loja, cuja dona, depois de consultada, se dispôs a ensiná-las. Um homem que faz pipas já foi contatado, pois elas acham que também são produtos rentáveis.

A coordenadora conta que, no início, até dormir em cama era difícil para elas. Algumas estranhavam a ausência do "pai de rua", como chamam o menino que toma conta enquanto elas dormem nas calçadas. O susto, o perigo, são sempre iminentes em suas vidas. Certa vez, uma comentou: "Não gosto de dia de chuva." Perguntada por que, disse que lembrava dos carros que a molhavam, quando passavam. Outra, com queimaduras, contou que, depois de ter cheirado cola com um grupo, um homem incendiou a lata de cola e atirou em cima dela; foi salva por um rapaz que lhe jogou chope no corpo. Uma terceira, com cicatrizes, fora cortada a gilete pela mãe. ■

Prioridade nacional

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

O artigo 227 da Constituição está fixado na Casa das Meninas, no Estácio, onde elas dormem. Abre às 7h da manhã e fecha às 22h para que estudem de dia, e às 22h30min para as que assistem aulas à noite. Entre esta e a casa de lazer no Flamengo, o trânsito é feito de metrô com tíquetes que recebem das educadoras. Há também duas viagens de kombi por dia, que ligam as duas casas em horários certos.

O atendimento nos abrigos abertos é fruto de uma solidariedade criativa, iniciada com as Semanas Ecumênicas do Menor durante a década de 80. Lemmas como “A comunidade e a educação do menor”, “Nós queremos viver!”, “A ci-

dade e os direitos do menor”, “Nascermos para a vida, por que morrer tão cedo?” e “Criança: prioridade absoluta”, uniram as igrejas e outros atores sociais na busca de solução para um drama que envergonha a nação. Mais de 600 instituições, de natureza variada, atendem hoje ao menor só no Rio de Janeiro.

Ainda que possa parecer remoto o resgate da cidadania a todos os meninos e meninas abandonados, bem como o combate à miséria que os lança nas ruas, sua imagem de delinquentes e malandros tem mudado, assim como a forma de encarar o problema. Ao invés de tragicamente estampados nos jornais, podem virar retratos num álbum de família. Ou pelo menos um singelo agradecimento, como se lê numa das paredes da Casa das Meninas:

“Às educadoras Cristina, Vera, Taís, Cláudia, Luísa, May Lúcia, Shirlei, Ira, Iara, Elaine e Ligia. A todas um bom trabalho, e espero que consigam o objetivo de vocês. Assinado: A menor Luciene Maria da Silva. Parabéns.” ■

O direito de escolher

“Tia, sabe o que a gente queria? Ir ao Bob's sem ser roubando ou pedindo. A gente queria sentar e pagar!”

O pedido feito à coordenadora da Casa das Meninas vai muito além da vontade de comer hambúrguer. À margem do processo social, elas querem um contato com a sociedade. Nem que seja por um dia, querem o direito de escolher, pedir e pagar como todo cidadão que se preza. Uma reivindicação nada fácil de ser atendida.

A verba da Casa das Meninas tem destinação certa na manutenção. Não dá para gastos extras. E elas também querem ir ao cinema.

“Será que a gente não consegue comover esses empresários?” – desabafa a coordenadora.

A segregação social e econômica dessas crianças é apenas uma das faces da violência que sofrem. A convivência com a outra, a do extermínio, é tão presente em seus relatos que lhes parece quase natural.

O desafio é intransponível. Mas transformar as necessidades desses “menores” em direitos para todas as crianças e adolescentes, a fim de fazer da cidadania um fato concreto, exige outras mudanças por parte dos governos e da sociedade civil.

Saneamento básico

Krisnamurte Sarmento

A água é a substância mais comum e primordial na Terra. Todo ser vivo – plantas, animais, o ser humano – precisa dela para viver. A maioria dos cientistas acredita que a própria vida teve início na água.

Utilizamos a água na cozinha, na limpeza, no banho, para levar os resíduos e excrementos pelo cano abaixo (neste caso, recebe o nome de *águas servidas*, indo correr por um sistema de esgotos abaixo do calçamento das ruas). Para cultivar o alimento, o homem irriga as plantações. Desde a absorção de alimentos até a eliminação de resíduos – tudo requer o elemento líquido. Todo ser vivo é composto, principalmente, por água; o corpo humano contém cerca de 2/3 de água (H₂O).

As cidades podem tirar água de três fontes apenas: rios, lagos e, ainda, do solo, através dos poços, recurso mais utilizado em cidades pequenas. Porém, a água, em seu estado natural, raramente é potável – sem bactérias, clara, sem gosto ou cheiro. Por esta razão, deve ser levada às estações de tratamento. O tratamento é basicamente simples e não constitui algo dispendioso, financeiramente, para os governos.

As cidades devem dispor de instalações de tratamento de esgotos que purificam a água utilizada pelo homem, para, então, ela poder ser lançada, sem perigo, num rio, lago ou mar. É o que se chamaria de duplo ciclo vital

da água – vital para ela e para o homem.

Podemos considerar como saneamento básico – tão discutido e prometido pelos governantes – a coleta de lixo, construção de habitações, cuidado com a irrigação e

plantio e até mesmo, para alguns, o asfalto. A deficiência e/ou ausência de saneamento básico no Brasil é causa de 80% das doenças epidêmicas e 60% dos óbitos no Norte e Nordeste. A degradação do meio ambiente também con-

tribui para o agravamento desse quadro.

O homem é produto do meio. Quando ele não se adapta ao meio, por ele é destruído. Nasce, assim, mais um ciclo vicioso – a antívida.

Como sempre, descambamos para a falta de dinheiro como responsável pela falta de saneamento. O governo afirma que o Brasil precisa investir US\$ 52 bilhões até o final desta década, mas só tem 5% deste montante.

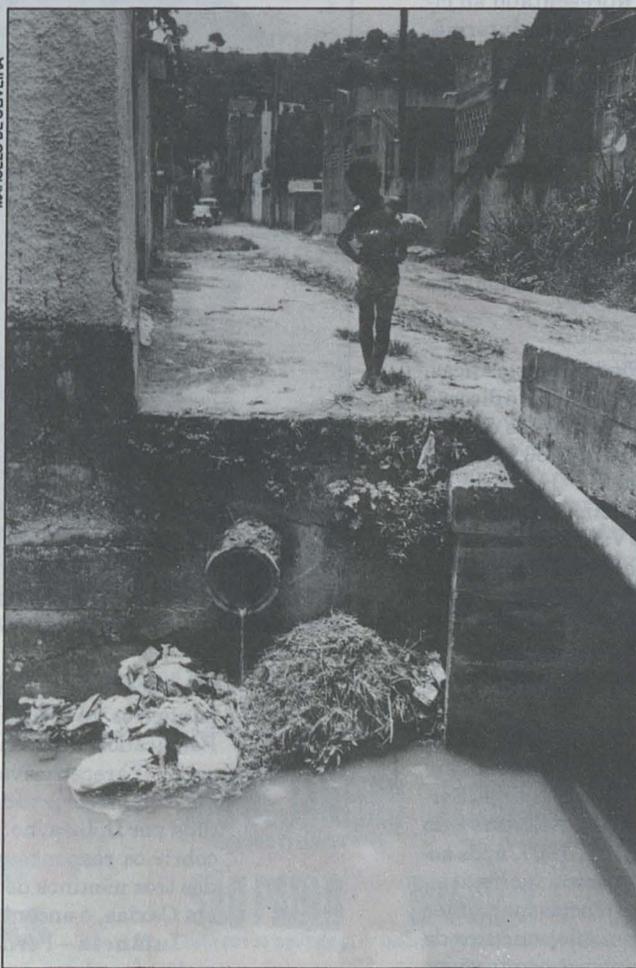
O saneamento básico do Brasil espera apenas um projeto político, uma decisão política, para ser realizado. Não há nada mais ecológico do que a saúde de um povo. Só o que falta é a consciência crítica dos governantes.

Os países costumam elaborar legislações para defender a saúde de suas populações. No Brasil, a Constituição de 1988 patenteia o óbvio: ninguém imaginaria que se pudesse pensar em saúde sem que houvesse, no mínimo, tratamento de água para consumo humano. Lá está, no Art. 200, item VI: "Fiscalizar e inspecionar alimentos, bem como bebidas e água, para consumo humano."

Entretanto, as leis, muitas vezes, de nada adiantam. Na Grã-Bretanha, as repetidas epidemias de cólera forçaram o povo a se mobilizar para conseguir convenientes fornecimentos de água, assim como a remodelação do sistema de esgotos.

O que falta, aqui, é também uma maior conscientização por parte da população, em busca de uma melhor qualidade de vida, de uma melhor qualidade de água. ■

A população reivindica a extensão dos serviços de água e esgoto a todas as cidades e favelas do país



MARCELO DE OLIVEIRA

Um roteiro-testemunho

Ex-menino de rua descobre no cinema o veículo ideal para contar suas experiências de infância com menores da Baixada Fluminense

Paulo Marinho

Fascinado pelo primeiro filme brasileiro a mostrar, nos anos 50, cenas de ruas e favelas, o garoto conviveu com os pequenos delitos e passou boa parte de seu tempo no interior do Cine Serrano, no bairro de Jardim Primavera, em Caxias. Lá, se tornou amigo do projetista e conseguiu uma poltrona privilegiada na própria sala de projeção.

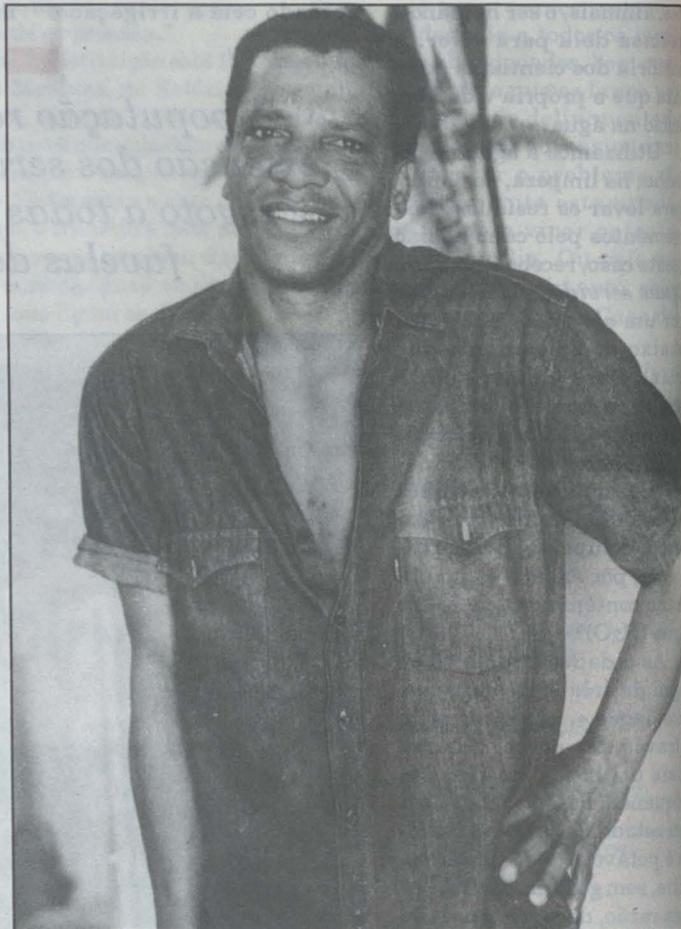
Aos 20 anos, conseguiu ser apresentado ao cineasta Nelson Pereira dos Santos e, por seu intermédio, começou a estagiar, em 1977, nas filmagens de *A Dama do Lotação*, de Neville d'Almeida, servindo água e cafezinho à atriz Sônia Braga.

Quinze anos depois, 28 filmes como assistente de produção e diversos trabalhos com diretores estrangeiros, o cineasta Flávio Leandro, 36 anos, continua tentando transformar em realidade o sonho de dirigir um filme sobre meninos de rua, com uma abordagem humana até aqui pouco utilizada por aqueles que se debruçaram sobre o tema.

Vivência – Repleto de situações autobiográficas, o roteiro escrito pelo assistente de produção e direção Flávio Leandro poderia muito bem conter as dificuldades que ele vem encontrando desde 1980 para viabilizar a filmagem de sua estória.

“Produtoras como a Blisk, Roman Stuback e Silver Star, de São Paulo, e a Opção Vídeo, do Rio de Janeiro, manifestaram interesse, e uma outra paulista, a Movimento Vídeo, chegou a oferecer 15 mil dólares pelo projeto. Mas, não abro mão de dirigir este filme” – garante Leandro, que tinha seu filme aguardando financiamento, quando o governo Collor acabou com a Embrafilme.

Acostumado a conviver com dificuldades financeiras desde a infância, Leandro, que cresceu vendendo bala no trem da linha Leopoldina-Raiz da Serra, chegou a fugir da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), em 1967, após sofrer maus tratos nos 22 dias que passou na instituição. Mas, foram duas outras experiências marcantes que acabaram se transformando no fio condutor da estória que ele quer filmar. “A primeira aconteceu no



Flávio Leandro: uma grande batalha para chegar a fazer cinema

final dos anos sessenta, quando um de nossos companheiros foi retirado à força do grupo, na Praça do Pacificador, em Caxias, por policiais da 50ª DP, e seu corpo apareceu crivado de balas dias depois. O outro episódio, incorporado ao roteiro, foi a luta empreendida por D. Iara, no início da década de 70, para descobrir os responsáveis pela morte de seu filho, um dos três meninos de rua presos na Galeria do Amor, em Caxias, e encontrados mortos na linha férrea.”

Infância – Permeado pelos desníveis sociais e a violência urbana, o roteiro procura mostrar também

o lado humano dos meninos de rua, os quais acabam ingressando na delinquência e deixam de ser vistos como crianças que lutam pela sobrevivência em plena infância.

Quem explica é o próprio Flávio Leandro: "Quero mostrar que, na cabeça dos menores, passa a idéia de que a rua é, antes de tudo, o lugar do folguedo, da brincadeira e até de demonstrações de solidariedade, como o assalto a uma funerária e o roubo de um caixão, com o qual enterramos uma senhora conhecida por Preta Velha, que tratava bem os meninos e não tinha parentes na favela da Coréia, em Saracuruna, Caxias, no ano de 1970."

Vidas nas ruas da Baixada Fluminense, as experiências do ex-menino de rua espelham fortes contradições. "Por exemplo, por viajar de pendurado na janela do trem, cheguei a ficar três dias preso nas celas que a Rede Ferroviária mantinha nas estações da Penha e Caxias. Naquela época, nosso grupo, que também agia nas imediações da Praça Mauá, recebia incentivo e proteção de policiais, para aliviar os bolsos dos turistas e dividir com os agentes da lei os dólares trocados na boate Cowboy." Em outro episódio, lembra Leandro, a turma foi contratada pelo proprietário de um sítio em Capivari, também em Caxias, para conduzir cabeças de gado até Magé: "O longo percurso era perigoso e, no melhor estilo faroeste, chegamos a trocar tiros com ladrões de gado que atuavam na área. Cumprimos nossa tarefa e conquistamos o respeito da comunidade."

Dificuldades - Recomendado em documento por D. Mauro Morelli, bispo da Diocese de Caxias, para quem "o projeto espelha bem o que acontece na Baixada Fluminense", a filmagem do roteiro do cineasta Flávio Leandro envolveria gastos da ordem de 400 mil dólares: "O custo é médio, fica bem aquém do 1 milhão a 1,5 milhão de dólares que alguns protegidos já conseguiram no país, para tocar projetos que nem chegaram a ser filmados, como um filme sobre a vida do general Osório, que o cineasta Carlos Mossy não realizou, em 1977", revela.

Diretor de produção do único filme rodado no Rio

"Quero mostrar que, na cabeça dos menores, a rua é o lugar do folguedo, da brincadeira e até de demonstrações de solidariedade"

de Janeiro até julho deste ano - o documentário *Outros Quinhentos, 500 Anos da América vistos pelos índios* - Flávio Leandro critica a Lei Rouanet, de fomento à cultura, que dá preferência aos curta-metragens, e lamenta que a lei de incentivo ao cinema, do governador Albuíno Azeredo, do Espírito Santo, tenha sofrido um retrocesso, por causa de um projeto maldesenvolvido pelo cineasta Paulo Thiago, que estourou o orçamento, não concluiu a fita e inibiu aquela que foi a única iniciativa séria voltada para a cinematografia nacional nos últimos anos.

Vida de Cristo - Com formação profissional adquirida inteiramente nos sets de filmagens dirigidas por alguns dos maiores cineastas brasileiros, Flávio Leandro acumulou currículo respeitável. Entre os 28 filmes, onde apareceu como assistente de direção, estão *Qui-lombo*, de Cacá Diegues; *Amor Bandido*, de Bruno Barreto; *Insônia* (da obra de Graciliano Ramos) e *Missa do Galo* (da obra de Machado de Assis), com Nelson Pereira dos Santos; e participação na montagem de *Idade da Terra*, de Glauber Rocha.

Com as pontas dos negativos deste último filme (sobras dos rolos), Leandro reuniu os antigos companheiros de trem, moradores de Caxias, utilizou os equipamentos da produtora Sky Light, comprou figurinos com doações e filmou *A Vida de Cristo* na favela. Com grande afluência de público, principalmente da comunidade onde as cenas foram rodadas, o filme chegou a ser exibido três vezes na Embrafilme, com público sempre superior a 400 pessoas. Frequentemente consultado por agências de notícias estrangeiras sobre o tema dos meninos de rua, o também assistente de produção acumulou traba-

lhos com cineastas estrangeiros que vêm atuar no Brasil. Entre eles, os italianos Pier Luigi Ciriaci e Máximo Tarantini, e o argentino Mário Sábado. Às vésperas de ter seu projeto apreciado pelo Channel Four, o canal 4 da TV inglesa, que produz filmes de conteúdo social sobre a realidade do Terceiro Mundo, Leandro elogia dois filmes, nos quais o assunto meninos de rua recebeu tratamento sério e digno: *Pixote*, de Hector Babenco, sobre argumento de José Louzeiro, e *Barra Pesada*, de Reginaldo Farias.

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO
ASSINATURAS ▶

RIO DE JANEIRO
Tel.: (021) 252-7440

FLORIANÓPOLIS
Tel.: (0482) 44-7663

BELO HORIZONTE
Tel.: (031) 224-3610

SÃO PAULO
Tel.: (011) 36-7094

BRASÍLIA
Tel.: (061) 226-2202

ARACAJU
Tel.: (079) 211-1912

AMAPÁ
Tel.: (096) 223-1721

Reservas extrativistas

Rosângela Trolles

A experiência dos povos da floresta comprovou que, com as árvores em pé e colhendo-se apenas duas espécies, pode-se gerar um lucro quatro vezes maior do que o obtido com a pecuária numa área idêntica. Não é preciso derrubar a floresta para retirar riqueza, como é o caso da pecuária, das empresas mineradoras e madeireiras, além da agricultura. Basta industrializar e comercializar os produtos naturais colhidos.

Mas, para isso, é necessário que primeiro se conheça bem esta riqueza. O Conselho Nacional dos Seringueiros reivindica um estudo mais apurado da região para definir seu trabalho.

"Nós estamos apresentando um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia com a proposta da criação das reservas extrativistas", diz Osmarino Amâncio, presidente do conselho. "Queremos desenvolver tecnologias que possam industrializar o produto natural. Já dispomos de mais de 100 espécies para comercializar. É preciso que se façam pesquisas sobre estes produtos, mas sabe-se que qualquer resul-

A comercialização e a industrialização dos produtos da floresta surgem como solução para os problemas sócio-ambientais do Norte do país

tado de pesquisa na Amazônia não leva menos de 20 anos, diz Osmarino. Segundo ele, o governo deveria investir nas reservas extrativistas, uma vez que durante 30 anos despejou recursos nos grandes projetos instalados na região, como Carajás e Paranapanema, que provocaram graves impactos ambientais. "A gente está industrializando a castanha, o cupuaçu, o piqui e muitos produtos de nossa terra", explica.

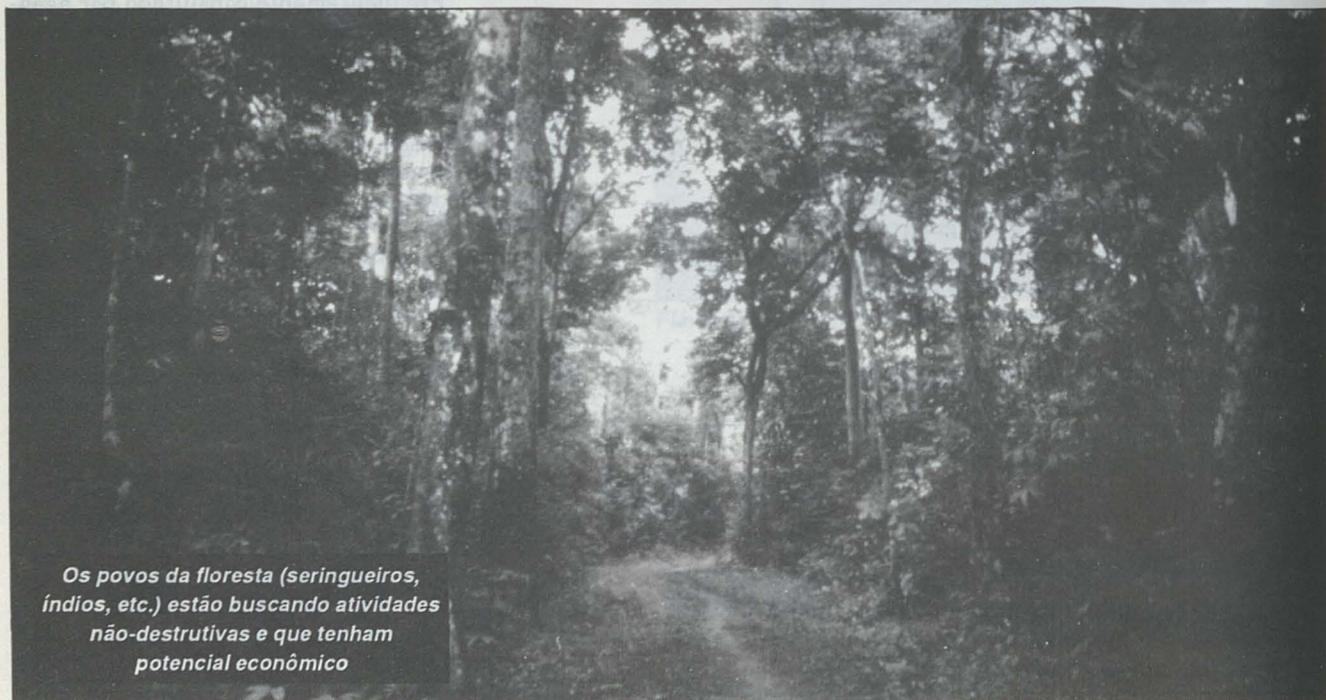
Segundo estudiosos da Amazônia as metas do governo divergem das necessidades dos povos indígenas, serin-

gueiros, juteiros, castanheiros, ribeirinhos e pequenos agricultores. O projeto de reforma agrária, por exemplo, aponta para a colonização de 80% da Amazônia, o que significaria sua destruição quase completa.

Além do mais, os colonos chegam à região Norte sem saber trabalhar no extrativismo e acabam promovendo a devastação, como foi o caso de Rondônia. Depois de algum tempo, se dão conta de que não há uma política agrícola e, como resultado, abandonam as terras em direção à capital, aumentando os conflitos sociais.

Com o processo de exportação de madeira, estes grupos perdem sucessivamente territórios e riqueza. "Não é mais exportação, é um contrabando legalizado pelo Ibama. As madeireiras e o Ibama acham ótimo a cobrança de multas, porque assim a destruição da floresta fica oficializada. Deve-se desenvolver uma política para o desmatamento e não uma política para a cobrança de multas", denuncia Osmarino.

O Japão ocupa no mundo o primeiro lugar em importação de madeiras tropicais, sendo seguido pela Holanda. Muitas vezes, o lucro resultante da venda da madeira (cujos preços no Brasil são re-



Os povos da floresta (seringueiros, índios, etc.) estão buscando atividades não-destrutivas e que tenham potencial econômico

lativamente baixos, mas no mercado internacional são altos) converge para as mãos de um pequeno grupo de proprietários de terras, como é o caso da Manaus Madeireira Nacional S.A., que possui uma área de 4,3 milhões de hectares.

Respaldo político – O respaldo político ao Conselho Nacional dos Seringueiros é muito importante para garantir, inclusive, a própria vida das lideranças dos povos das florestas, já que são inúmeros os assassinatos de líderes sindicais devido a conflitos de terra. O assassinato do primeiro presidente do conselho, Chico Mendes, teve muita repercussão no exterior. Como ele, centenas de líderes já foram mortos.

Existem até tabelas divulgando o valor dos assassinatos. A morte de um deputado tem um preço, a de um padre outro, a de um líder seringueiro outro. Matar um Osmarino Amâncio, um Gumerindo Rodrigues, um Antônio Macedo está valendo US\$ 1 mil dólares, ou seja, mais de US\$ 4 milhões.

Direito de comercialização – Outro problema grave que os povos da floresta enfrentam é o da legalização de seus produtos. Diversas pessoas têm patenteado grande parte das plantas naturais e demais espécies, impedindo-os de trabalharem com tal material.

“Recentemente, um paulista patenteou uma variedade de espécies e nos ofereceu o registro por US\$ 1 milhão. Então, para vendermos hoje o nosso produto da Amazônia, temos que comprar o que ele registrou como dele, sem nunca ter ido à Amazônia”, conta Osmarino, que luta pelo reconhecimento de sua atividade. Atualmente, eles já exportam 100 mil toneladas da castanha-do-pará e acreditam que a prefeitura de São Paulo ou do Rio de Janeiro deveria comprar este produto. Com a introdução da castanha na merenda escolar, por exemplo, ou com um trabalho de venda por meninos e meninas de rua, não se perderia 80% deste produto que apodrece por falta de mercado.

Pesquisas realizadas com a castanha avaliaram seu alto teor alimentício; porém, o produto não se firmou ainda no mercado interno por um simples problema de aculturação dos hábitos alimentares. Devido às verbas limitadas, a merenda escolar oferece às crianças alimentos como angu e dispensam as qualidades nutritivas da castanha.

Para os seringueiros, este quadro tende a se modificar, uma vez que já está sendo feita a exportação do produto para os Estados Unidos e está sendo construída uma usina de beneficiamento da castanha com o empréstimo de US\$ 30 mil da Organização Não-Governamental “Cultural Survival”.

Hoje, as reservas extrativistas em fase de implementação já estão trabalhando também na área de medicina e saúde. Várias espécies estão sendo trabalhadas para a medicina preventiva. Convênios com universidades como a UFRJ e a Unicamp trazem o aval científico para difundir esses produtos, mas

a idéia é criar uma universidade dos povos da floresta que detêm o conhecimento do uso desse material. A proposta é chamada de Centro de Formação e Pesquisa e buscará criar um banco de dados de todas as pesquisas que já foram trabalhadas na Amazônia, catalogando seus resultados. O aumento da criação de animais silvestres em regime aberto, semi-aberto, a piscicultura, e a própria cultura permanente fazendo um reflorestamento dos 500 mil km² de áreas degradadas são assuntos importantes que estão sendo objeto de pesquisa por parte dos trabalhadores extrativistas. ■

História de resistência

A devastação de milhares de hectares de Floresta Amazônica é uma constante desde meados dos anos 70. Fora os projetos estatais, os grandes proprietários rurais vêm expulsando famílias de suas terras nos estados do Norte brasileiro sob a alegação de estar implementando a pecuária.

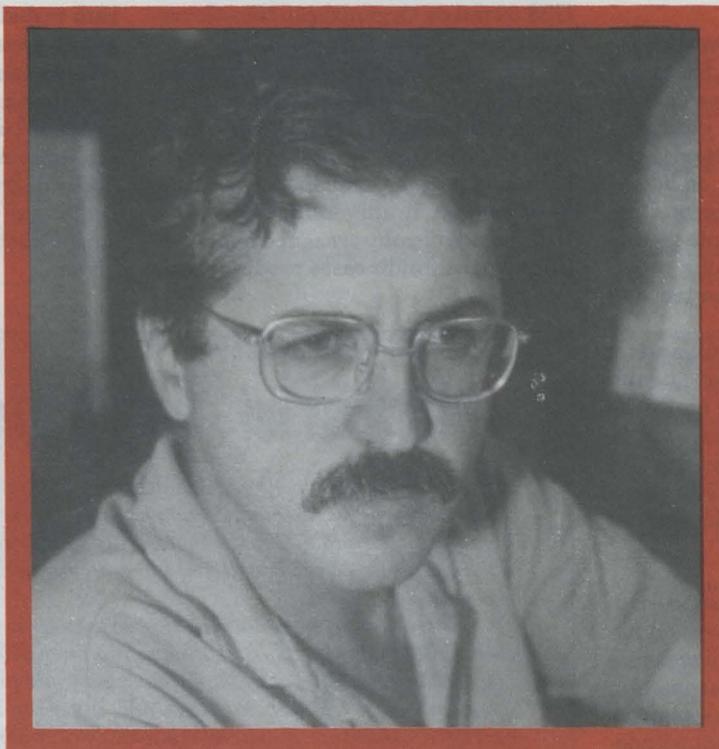
Contra o avanço do latifúndio, seringueiros e outros trabalhadores extrativistas passaram a praticar uma forma de luta que se tornou conhecida como *empate*. “No início, não soubemos como agir. Começavam os desmatamentos e nós, ingenuamente, íamos à Justiça, ao IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e aos jornais denunciar. No empate, a comunidade se organiza, sob a liderança do sindicato e, em mutirão, se dirige à área que será desmatada pelos pecuaristas. Junto a nossas famílias, explicamos aos piões que também eles terão o futuro ameaçado com a derrubada da mata. Esse discurso emocionado sempre gera resultados”, explicou o ex-líder seringueiro Chico Mendes, em 1988, meses antes de seu assassinato. Os empates conseguiram o embargo das derrubadas por via legal, pois estes, em sua maioria, eram ilegais.

Buscando o fortalecimento de sua luta, os seringueiros da região de Xapuri, no estado do Acre, convocaram o I Encontro Nacional de Seringueiros. Neste encontro, realizado em Brasília em 1985, estiveram presentes 130 seringueiros que, juntos, criaram o Conselho Nacional dos Seringueiros. Foi ali que formulou-se a expressão reserva extrativista, para designar áreas destinadas à exploração extrativista, com toda a infra-estrutura e demais condições de produção e vida.

Neste primeiro encontro, decidiu-se pela regionalização das lutas, criando-se comissões municipais e estaduais do Conselho, definiu-se reserva extrativista como categoria jurídica e passou-se a implementar este modelo de exploração onde o movimento já estava mais avançado.

Em 1989, realizou-se o II Encontro Nacional de Seringueiros, em Rio Branco, no Acre. Nele, Osmarino Amâncio foi eleito o novo presidente do Conselho, sucedendo Chico Mendes. A partir desta reunião, estabeleceu-se que as reservas extrativistas devem ser áreas de domínio da União para o usufruto do trabalhador sob a concessão do Ibama. Hoje, já estão decretadas como legais as reservas do Rio Cajari, no Amapá, com 481.650 ha; Rio Ouro Preto, em Rondônia, com 204.583 ha; Chico Mendes, no Acre, com 970.570 ha e a do Alto Juruá, também no Acre.

Padre marcado para morrer



Mortes anunciadas são levadas a termo diante da indiferença das autoridades governamentais, revelando que a escravidão e a impunidade difundem-se livremente pelo interior do país

Marcia Cezimbra

Mais uma vez, o fogo cruzado entre lavradores e pistoleiros explodiu brutalmente em Conceição do Araguaia, no sul do Pará. A histórica guerra fundiária do Brasil envolve, desde o mês de julho, 700 trabalhadores rurais de três fazendas – a São José do Araguaia, a Mata Azul, as duas da Comarca de Xinguara e a de Diutá, em Rio Maria, todas numa das regiões de maior violência agrária do país, em volta dos rios Araguaia e Tocantins.

A disputa judicial por aqueles milhares de hectares é antiga. A novidade é que o juiz da Comarca de Xinguara,

Roberto Moura, permitiu agora a permanência, na área, por tempo indeterminado, de um enorme contingente policial para a defesa do patrimônio dos supostos proprietários. Ou seja, a caça aos posseiros inaugurou, nos últimos dois meses, mais um intenso campo de batalha. Há mortos dos dois lados, prisões ilegais até de menores, mas estes estampidos não chegam aos ouvidos do governo, muito menos aos da Justiça.

No entanto, a voz incansável e já internacionalmente conhecida de padre Ricardo Rezende, da Diocese de Conceição do Araguaia, se levantará novamente no próximo dia 23 de setembro. Nesta data, ele apresentará uma espé-

cie de dossiê sobre a questão agrária brasileira, em pronunciamento na sede da Organização dos Estados Americanos – OEA, nos Estados Unidos.

Jurado de morte – Padre Ricardo Rezende, mineiro de Carangola, é um dos jurados de morte pelos proprietários de terras do Norte e Nordeste do país. A notoriedade internacional que recebeu a partir de seu trabalho na Comissão Pastoral da Terra – CPT do Araguaia e, ainda, através de conferências ou de reportagens para publicações estrangeiras, entre elas *Wall Street Journal*, *People*, *Time*, *Newsweek* e *Le Monde*, não lhe oferece qualquer garantia de

REFORMA AGRÁRIA

vida. Tampouco o livro de memórias que acaba de lançar no Brasil – *Rio Maria, canto da terra*, editado pela Vozes e com 1.500 exemplares vendidos em dois meses – pode traduzir-se em qualquer forma de proteção. Afinal, padre Ricardo Rezende cismou de denunciar crimes há cinco séculos impunes no Brasil. Os coronéis de ontem são hoje poderosas multinacionais como a Volkswagen, com uma área de 145 mil hectares, ou grandes grupos financeiros como o Bradesco e o Bamerindus. Mas padre Ricardo diz que não tem medo de morrer. “Minha mãe me entregou à Nossa Senhora quando nasci”, brinca. Com muito bom humor, este poeta de 40 anos, constantemente assediado pelas mulheres do Rio de Janeiro e de São Paulo, prossegue no trabalho “de formiga”, duro e aparentemente inglório, pela construção de um mundo mais humano.

Na conferência da OEA, padre Ricardo Rezende revelará os conflitos mais recentes do Araguaia, em documento preparado por uma equipe da Pastoral da Terra. O primeiro, da fazenda Mata Azul, com dez mil hectares e reivindicada pelo fazendeiro Fábio de Abril Vieira, envolve 200 posseiros e incontáveis histórias de horror. Segundo o frei dominicano e advogado da CPT no Araguaia, Henri de Roziers, a fama de Fábio Vieira é macabra ao sul do Pará.

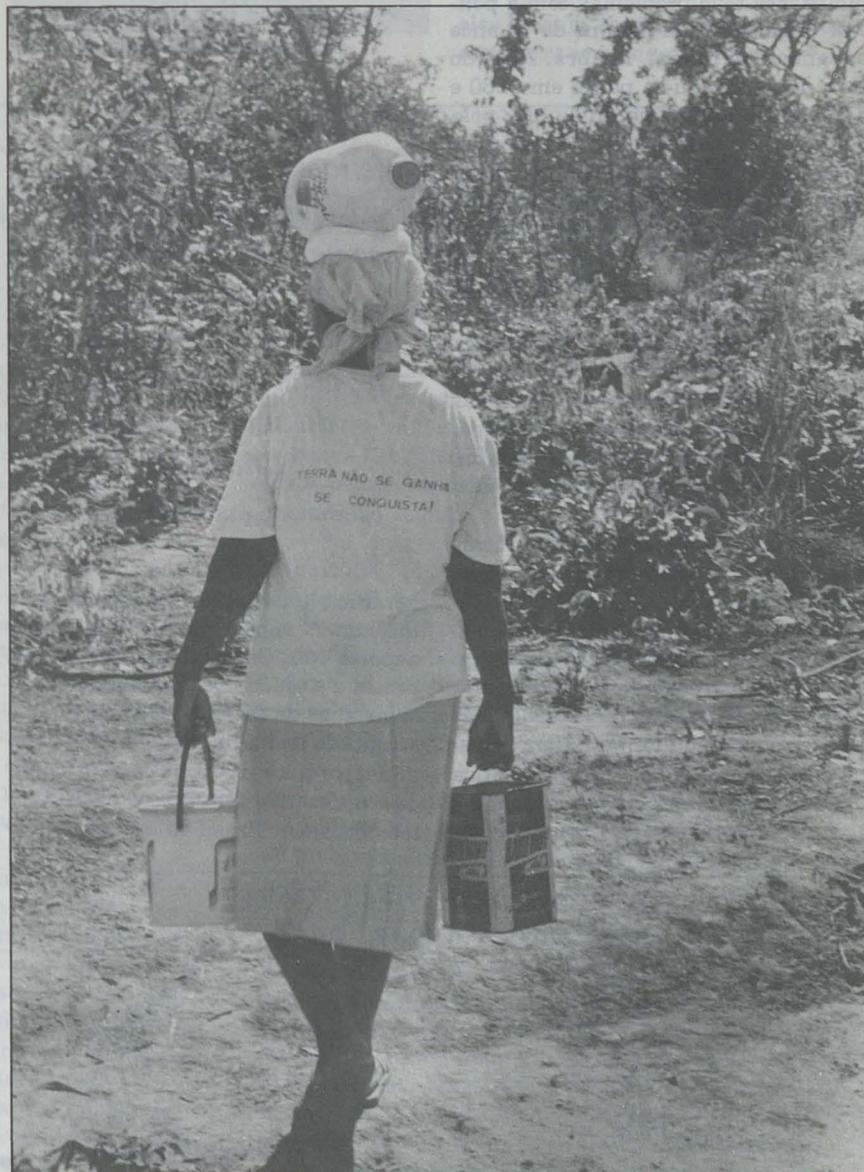
“Já houve duas mortes ali este ano, não apuradas, é claro”, disse o frei-advogado Henri de Roziers. “Este homem é acusado pelos posseiros de guardar um saco de orelhas humanas. Uma vez, ele ameaçou cortar as orelhas de um deles, Euclides, espancado com correias de trator até abrir cortes no corpo de vários centímetros de profundidade. A própria ex-mulher dele, Lica, já testemunhou ter visto este saco de orelhas, mas nada acontece. E, hoje, Fábio é acusado de estar à frente desta guerra na Mata Azul.” Frei Henri estava de partida para a Guatemala, mas diante da tensão do momento adiou a viagem para ajudar na defesa dos ameaçados de morte, na libertação de trabalhadores ilegalmente presos, na luta por justiça.

Outro conflito se desencadeou há dois meses na fazenda São José, reivindicada pela paulista Agropecuária São José do Araguaia, liderada pelo empresário José Alves Veríssimo Sobrinho. Ele conseguiu, em setembro do ano pas-

sado, uma liminar de reintegração de posse e, há dois meses, com a autorização do juiz Roberto Moura para a presença *ad eternum* da polícia, a guerra se alastrou por 25 mil hectares de terras trabalhadas por 450 lavradores. Os policiais militares se misturam aos pistoleiros contratados para matar. “Há mortos e feridos dos dois lados. É muita gente, mas não sabemos o número ao certo porque a caça se dá na mata. Os corpos desaparecem”, comenta frei Henri.

O terceiro conflito recente que padre Ricardo Rezende levará à OEA tem proporções menores, embora de igual intensidade de violência. Envolve a fazenda Diutá, em Rio Maria, de 1.725 hectares, onde trabalham 40 lavrado-

res. “Os trabalhadores estão sendo ameaçados desde julho por 17 policiais militares e por mais cinco pistoleiros, entre estes, dois ex-PMs expulsos da corporação”, diz padre Ricardo. Ele confessa estar cansado de fazer denúncias sobre os marcados para morrer. Cita como exemplo o pedido de garantia de vida que fez, em abril de 1991, ao então ministro da Justiça Bernardo Cabral, para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza. “Havia 17 deputados federais nesta audiência. Eu disse ao ministro que já haviam matado o outro presidente, João Canuto, seus dois filhos e ameaçavam um terceiro. Avisei que Expedito ia morrer e o minis-



O sonho da posse da terra acalenta as esperanças de milhares de brasileiros

tro prometeu segurança”, lembrou. O desfecho, no entanto, foi o de sempre. O *Le Monde Diplomatique* estampou a foto de Expedito numa reportagem de duas páginas sobre os ameaçados de morte em dezembro de 1991, com a legenda: “Este homem vai morrer”. Dois meses depois, no dia 2 de fevereiro deste ano, Expedito morreu assassinado a tiros. “Jerônimo Alves Amorim é o acusado de tê-lo mandado matar. Não aconteceu nada”, diz Ricardo Rezende.

Logo após se formar em Filosofia e em Ciência das Religiões em Juiz de Fora, onde cresceu com a família, padre Ricardo mergulhou no interior do país. Filho de operário, trabalhou inicialmente com educação popular e já no primeiro mês teve problemas com a polícia: “Encontrei um menino de 14 anos espancado e preso”, lembra. Ricardo Rezende ordenou-se padre em 1980 e articulou um movimento de luta pela reforma. Já sofreu um atentado em 1989, durante um misterioso acidente de carro que resultou em fratura de crânio e três cirurgias. “Mas a União Democrática Rural – UDR ainda vai ter que me aturar”, comenta. O último evento carioca pela garantia de vida de padre Ricardo, “Canto da Terra”, registrou em março o recorde histórico de público do Circo Voador: seis mil pessoas espremeram-se sob as lonas da Lapa. De março até hoje, a situação piorou. Padre Ricardo Rezende continua marcado para morrer.

Nos últimos dez anos, padre Ricardo contabilizou 181 assassinatos só na área da Diocese de Conceição do Araguaia. “Ninguém foi punido, nem sequer chegou a julgamento”, protesta. As vítimas são trabalhadores em luta pelo direito à posse da terra ou aqueles que se rebelam ou tentam fugir da escravidão. “O trabalho escravo é prática comum nos grandes empreendimentos agropecuários da região, tanto para a

derrubada da mata quanto para a limpeza do pasto”, diz. Os latifúndios têm, segundo ele, dois quadros de funcionários: um permanente, onde a legislação trabalhista é, em parte, respeitada; outro provisório, diante do qual a empresa não assume encargo algum. “Neste segundo caso, os fazendeiros recorrem a um intermediário para contratação da mão-de-obra, geralmente um pistoleiro. Eles oferecem grandes vantagens, como assistência médica, e os trabalhadores ficam entusiasmados. Quando chegam à fazenda, são informados da cilada: não podem sair do lugar antes de pagar a dívida que contraíram sem sa-

o trabalho por dívida. Este trabalho é escravidão. Na matemática do empregado, dois mais dois nunca somam menos de oito. Esta é a lógica da coação física, do senhor de escravo.”

Esta prática criminosa é denunciada de modo incessante ao Ministério da Justiça que, segundo padre Ricardo, alega invariavelmente não dispor de recursos econômicos para uma fiscalização mínima. A imprensa é que ajuda, quando noticia algum caso, a mobilizar a Polícia Federal. “Graças às denúncias da imprensa, já conseguimos provar que existe escravidão no sul do Pará. Com o trabalho perseverante da Pastoral da Terra, os trabalhadores da região já não se iludem com estas promessas falsas e recusam este tipo de oferta de trabalho.” Os pistoleiros agora têm que fazer longas viagens para recrutar lavradores em lugares distantes. Ainda conseguem, segundo padre Ricardo, enganar jovens adolescentes ou velhos que não encontram mais chances no mercado de trabalho.

A prática da exploração do trabalho escravo é a mesma de cinco séculos atrás. “A Volkswagen tem uma área de 145 mil hectares em Rio Maria, e 90% dos recursos que foram aplicados nestas terras vieram de incentivos fiscais ou de empréstimos a taxas negativas de juros”, disse. O governo federal, segundo ele, incentivou esta concentração fundiária na Amazônia porque a liberação dos empréstimos sempre foi proporcional ao tamanho da terra. “Quanto maior a propriedade rural, mais recursos públicos recebidos. Na lei de incentivos fiscais, há uma relação entre o tamanho da terra e a capacidade de levantar verbas oficiais a juros negativos”, acrescentou.

Estrutura patológica – Não há luz no fim deste túnel atravessado com coragem por padre Ricardo Rezende. O Estado brasileiro, segundo ele, não

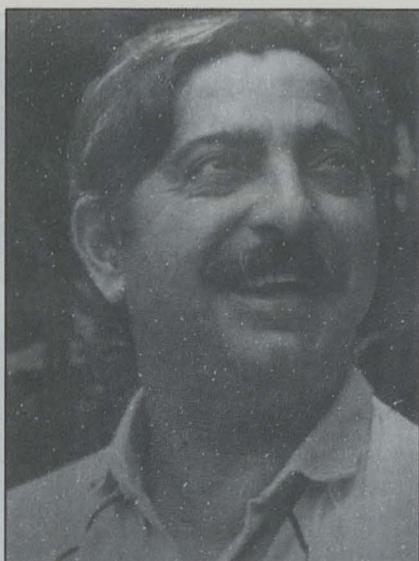
*“Águas.
Como derramar a
consciência
no rio da Esperança,
feito e refeito sem tapia?
Remei quinze léguas
na noite última da agonia.
Velado pela lua,
perseguido pelas águas,
fiz delas o meu conforto;
do amor a minha
loucura.”*

(poema de padre Ricardo)

ber com alimentação e transporte até a fazenda. Aí não há mais saída a não ser a morte”, diz. Os pistoleiros têm carros, armas e a ajuda dos trabalhadores assalariados da fazenda. Quanto mais o recrutado trabalha, mais dívidas acumula, porque as roupas e comida vendidas na fazenda têm preços exorbitantes. “Existe no Brasil uma lei proibindo



existe para instaurar direito algum. "Ele só está presente para reprimir os trabalhadores e coletar impostos. As empresas sabem que o Ministério do Trabalho não fiscaliza coisa alguma no interior e que o Ministério da Justiça não cria obstáculos para limitar um mínimo o cotidiano de ilegalidades", diz. Há ainda muita cumplicidade entre os proprietários da terra e a polícia, facilitada pelos baixos salários dos policiais. Trata-se de uma estrutura social tão sólida quanto patológica. "Os empresários sabem que podem contar com a polícia. É claro que há exceções. Há soldados sérios, delegados honestos, mas há muita gente desonesta que simplesmente fecha os olhos para a violência e para a desumanidade. Há muitas facilidades para quem entra no esquema de corrupção", conta o padre.



Chico Mendes: sacrifício em vão?

Os próximos marcados para morrer são o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Rio Maria, Carlos Cabral – que, 30 dias após a morte de Expedito, levou tiros na porta da casa de padre Ricardo –, e os outros diretores do Sindicato, Roberto Silva e Orlando Canuto. "E eu", diz o padre tranquilamente. Ele escrevia o livro que acaba de lançar e recebia um grupo de deputados que viajaram até lá para apurar as denúncias de violência quando a sua casa foi atingida por disparos. "Eu, que já estou acostumado com tiros em Rio Maria, nunca os vi tão próximos de mim. Os deputados estavam lá. Acordamos no meio da noite assustados e, como as luzes estavam todas apagadas, nem percebemos que eles haviam acertado a caixa de luz. A casa ficou sem energia." ■

O escravo que conseguiu fugir

Um adolescente de Rio Maria, José Pereira, de 17 anos, conhecido de padre Ricardo, foi um dos milhares de lavradores que sonharam com a vida melhor que lhe foi oferecida por pistoleiros do Espírito Santo. "Ele decidiu dar um grito de independência e sair da casa dos pais. Aceitou um trabalho de empreitada em Xinguara mas, como não conseguia pagar a sua dívida, foi vendido para uma fazenda da família do deputado estadual Vavá Mutram, do Espírito Santo", conta padre Ricardo. A violência da jornada de trabalho o levou ao desespero. Só pensava em fugir dali. A decisão foi tomada com um amigo, chamado Paraná. "Os dois entraram na mata de madrugada mas, de manhã, foram capturados por quatro pistoleiros. Paraná levou um tiro na cabeça e morreu na hora. Mandaram o Zé caminhar e, quando lhe deram os tiros, caiu, fingindo-se de morto. Estava ferido, mas ouvia a discussão dos pistoleiros sobre o que fazer com os corpos. Iam jogá-los no rio Vermelho, mas decidiram deixar na porta de outra fazenda, a Brasil Verde, para incriminar os vizinhos", disse.

Zé Pereira salvou-se por milagre, na opinião de padre Ricardo Rezende. Conseguiu se levantar e buscar socorro. Foi levado ferido até Xinguara, mas nenhum hospital quis lhe prestar assistência, com medo de uma invasão de pistoleiros. Ele se recuperou, registrou queixa na polícia, mas o delegado teria dito que foi até a porta da fazenda Brasil Verde e não encontrou o corpo de Paraná. "Por isso, não se fez nada", disse o padre.

A família Mutram tem grandes extensões de terra e praticam violências absurdas, de perversidades singula-

res, na avaliação de padre Ricardo. "Vavá Mutram é acusado de matar lavradores há muito tempo, mas só ficou conhecido no ano passado, quando a imprensa o denunciou por exploração de menores na prefeitura de Marabá. O prefeito era tio de Vavá e os meninos trabalhavam na coleta de lixo sem luvas, sem carteira assinada, sem sapatos, sem cuidado algum. Não tinham nenhum direito respeitado", lembra.

Vavá Mutram esteve envolvido também em escândalos sexuais. "Um dia, ele foi a Marabá e colocou diversas crianças na sua frente. Mandou que abaixassem as calças e se masturbassem para ele assitir. Fez isso também com velhos que estavam numa fila para receber aposentadoria." Padre Ricardo comenta que o episódio motivou a abertura de uma CPI na Câmara dos Deputados, em Brasília. Tudo em vão.

Ele matou, ainda, segundo padre Ricardo, um coletor de impostos que se recusou a liberar seu gado retido numa estrada por falta das devidas guias. "Só que este coletor de impostos era da maçonaria, e começaram a surgir provas da autoria do crime. Os deputados estaduais suspenderam a imunidade de Vavá e ele hoje responde a um processo criminal", conta. O problema é que a juíza de Marabá é ninguém menos que sua nora, esposa de um de seus filhos. "Nenhum processo criminal contra Vavá caminha em função desta situação. Este é o drama do interior, sob o comando de déspotas que encaram a população como o gado de suas fazendas. Tangem o povo como se fossem bois."



Policiais mostram as roupas que foram usadas nos rituais da seita LUS no Paraná, onde crianças teriam sido sacrificadas

Crueldade por dinheiro

A ambição por poder e riqueza leva ao sacrifício de crianças em rituais satânicos no Paraná

José Louzeiro

Uma onda de satanismo avança pelo país. Começou em fins de 1990, quando foi misteriosamente morto, em Goiânia, Goiás, o menino Michael Mendes, de 4 anos de idade. Ao ser localizado pela polícia, o corpo estava mutilado. Os dedos dos pés e das mãos cortados, um buraco no crânio, o coração arrancado. Junto ao cadáver, as oferendas próprias de um *despacho*: farofa, garrafa de aguardente, flores e velas.

Em São Luís, Maranhão, a Delegacia Metropolitana recolhe material para tentar desvendar os bárbaros crimes envolvendo meninos na faixa dos 7 aos 12 anos. O delegado Luís Moura explica que os garotos aparecem com as mãos amarradas para trás, com os

testículos decepados. Pelo menos um corpo foi encontrado junto a um *despacho*.

Em Guaratuba, 130km de Curitiba, o terror satânico ganhou dimensão: o menino Leandro Bossi, de 7 anos, desapareceu de casa dia 15 de fevereiro deste ano e no dia 6 de abril Evandro Caetano, também com 7 anos, foi sequestrado, sendo encontrado em um matalgal, a 11 de abril, próximo a sua casa, com os pés e mãos cortados, olho direito furado, o coração arrancado.

O caso vem mobilizando as polícias Civil, Militar (P-2) e Federal, segundo informou o delegado José Maria de Paula Correia, que tem outra preocupação: somente no Paraná, há pelo menos 10 crianças desaparecidas.

Bruxas ricas – Enquanto isso, sete acusados já estão presos, por determinação da juíza Anisia Judith

Kowalski, de Guaratuba. São eles: Celina (53 anos) e Beatriz Abagge (29), mulher e filha do prefeito da cidade; os pais-de-santo Osvaldo Marcineiro, Vicente de Paula e Davi dos Santos Soares; os autores do sequestro Sérgio Cristofolini e Airton Bardelli.

Celina e Beatriz pagaram Cr\$ 7 milhões pelo sacrifício do menino Evandro Caetano, com o objetivo de serem felizes, poder dispor de mais riquezas e fazer com que o prefeito Aldo Abagge tivesse os "caminhos políticos abertos".

Quando Guaratuba e todo o Paraná estavam assustados com o crime, do qual Celina e Beatriz confessaram-se co-autoras, em fita gravada na Penitenciária de Mulheres de Curitiba, eis que o caso agrava-se. A gaúcha Valentina de Andrade (61 anos) e seu marido José Alfredo Teruggi (38), líderes da seita satânica Lineamento Universal Superior - LUS, instalada em Buenos Aires, podem estar vinculados à morte de Evandro Caetano e ao sumiço de Leandro Bossi.

Valentina e Teruggi iam frequentemente ao Paraná. Hospedavam-se no Hotel Villareal, em Guaratuba, e mantinham uma casa em Londrina, onde costumavam fazer reuniões noturnas com as pessoas que os acompanhavam. Essas pessoas, aproximadamente 75/80, vinham da Argentina e juntavam-se a grupos de brasileiros, especialmente de São Paulo e do Paraná.

Dia 15 de fevereiro, quando o menino Leandro Bossi sumiu, Valentina e Teruggi estavam no Villareal. Logo que as buscas se iniciaram, trataram de desaparecer. Retornaram no início de abril. Novamente, hospedaram-se no Villareal. Dia 7, o garoto Evandro Caetano foi assassinado, do mesmo jeito que o menino Michael Mendes, em Goiânia. Mas o corpo só foi localizado dia 11. Na véspera, Valentina e Teruggi tinham retornado a Buenos Aires.

Depois que os policiais conseguiram entrar na casa dos responsáveis pela seita LUS, em Londrina, e inúmeras fitas de vídeo, capuzes e armas foram apreendidos, o delegado José Maria Correia solicitou a prisão temporária do casal. Em uma das fitas, gravada dia 11 de fevereiro, José Teruggi diz a Valentina: "Mate a criancinha que eu te pedi".

As palavras de Teruggi podem ser o elo de ligação que a Polícia procurava para unir a seita LUS ao grupo de fanáticos de Guaratuba.

Desespero - O *bruxo* Osvaldo Marcineiro e seus auxiliares Davi dos Santos Soares, Vicente de Paula, Airton Bardelli e Sérgio Cristofolini, permanecem na Casa de Detenção de Curitiba, por falta de segurança na prisão de Guaratuba. Acusam-se, mutuamente, enquanto Celina bate-se contra as paredes da cela e Beatriz, em depressão, não pára de chorar.

Há fortes indícios de que Osvaldo Marcineiro, Celina e Beatriz estejam mesmo vinculados ao LUS. Nos depoimentos iniciais, logo após a prisão, Davi dos Santos declarou que ele, Osvaldo Marcineiro e Vicente de Paula receberam US\$ 2 mil pelo rapto do menino Leandro Bossi, encomendado por Celina Abagge. O garoto teria sido entregue a "uma mulher estrangeira, loura".

No Hotel Villareal, em Guaratuba, como consta do livro de registros, dia 15 de fevereiro, data do desaparecimento de Leandro, Valentina e José Teruggi estavam hospedados no apartamento 304.

Valentina e Teruggi conheceram a mãe do garoto, Paulina Bossi, 33 anos, camareira do Villareal. Nesse dia Leandro esteve no hotel mas não almoçou com a mãe. Foi para casa, na avenida Paraná, s/nº, bairro de Vila Esperança. Em casa, trocou de roupa e, segundo Paulina, saiu de novo, o que leva a entender que Leandro costumava perambular pela cidade que é pacata mas, nas *temporadas*, torna-se conturbada. A população de 20 mil habitantes chega facilmente a 80/100 mil.

Satanismo e política - Em Guaratuba, o prefeito é o grande patrão. Os empregos permanentes são oferecidos pela municipalidade. Para a realização de obras, como instalação de redes de esgoto e asfaltamento de ruas, convocam-se trabalhadores por alguns meses, o mesmo acontecendo com a rede hoteleira. Muita gente trabalha nas *temporadas*, mas quase todo mundo fica desempregado quando os turistas vão embora.

A outra opção de trabalho é na pesca, que emprega um bom número de homens. Mulher pescadora ainda



Ademir e Maria, pais de Evandro Caetano, o garoto louro assassinado no ritual satânico

não existe em Guaratuba. Em compensação, é uma atividade promissora. O bairro dos Pescadores tem escola, as casas são de alvenaria, há pescadores com motos e até com carros novos. Os camarões de Guaratuba encontram bons preços no mercado.

Todos se conhecem na cidade. Os vereadores, dos diferentes partidos, enfrentam uma dificuldade: é difícil fazer oposição ao prefeito. Em época de campanha eleitoral, como agora, eles se encontram nos mesmos lugares, mesmos restaurantes, no clube local, na mesma praça. Cada um sabe da vida do outro, o que favorece o disse-que-disse.

Passada a eleição, juntam-se, como se fosse um partido único, e trabalham pela boa imagem da cidade. As ruas, de modo geral largas e limpas, têm sucessivos quebra-molas, para conter a fúria dos turistas e seus carros.

O índice de criminalidade no município é considerado baixo, subindo nas temporadas. Com a cidade superpovoada de turistas, os policiais ocupam-se, principalmente, com drogas, agressões, furtos e roubos. Os homicídios não são comuns, mesmo durante o carnaval.

Mas foi nessa cidade, cheia de luz e pessoas saudáveis, que ocorreu o crime que abalou o país e está tendo repercussão no exterior. O menino Evandro Caetano foi morto em um ritual satânico.

Rasparam-lhe as sobrancelhas e os cabelos, quebraram-lhe os dentes, cortaram-lhe os braços com navalha, deceparam-lhe os dedos dos pés, amputaram-lhe as mãos, serraram-lhe o peito, arrancaram-lhe o coração, parte das vísceras e os testículos.

E mais: como Satã torna-se pródigo à medida que a vítima do sacrifício padece cruelmente, as mutilações foram feitas com Evandro Caetano vivo. Por isso que Beatriz disse e está gravado:

"Eu e minha mãe, cada uma segurou em uma mão da criança, e o Osvaldo segurou embaixo, as pernas... E daí o De Paula cortou o pescoço..."

Na mesma fita, gravada no quartel da Polícia Militar de Matinhos, perto de Guaratuba, diz Celina Abagge que Vicente de Paula foi quem ficou incumbido de mutilar o garoto, abrindo-lhe o peito "com uma serra".

O longo martírio da criança aconteceu na serraria de propriedade do prefeito Abagge, onde trabalham aproximadamente umas 30 pessoas cortando madeira mole, chamada *caxeta*, para fazer lápis, porta-copos e pequenos objetos vendidos nas lojas de *souvenir*.

Mise-en-scène - Guaratuba vive momentos de constrangimento. As pessoas sumiram das ruas, dos

restaurantes, dos bares. As festinhas de fim de semana foram adiadas. Os que se atrevem a sair de casa, conversam sobre o crime brutal, em que estão envolvidos sete fanáticos, entre eles Celina e Beatriz Abagge.

Quem tem imóvel para vender, em Guaratuba, enfrenta dificuldades. A queda nos preços chega a 40%. De outra parte, ao contrário do que acontece em épocas normais, até agora não há pedidos de reserva nos hotéis e muito menos há interesse pelo aluguel de casas junto ao mar. Essas reservas costumam ser feitas desde o início de julho.

Guaratuba está traumatizada. As versões do crime satânico tendem a multiplicar-se, somando-se às fantasias de cada um. As crianças espiam pelas janelas. Todo mundo é suspeito. Os pais acompanham os filhos à escola. Não permitem que brinquem nas praças ou nos quintais. Passam horas diante dos aparelhos de televisão, aguardando notícias de Curitiba, onde os assassinos estão presos.

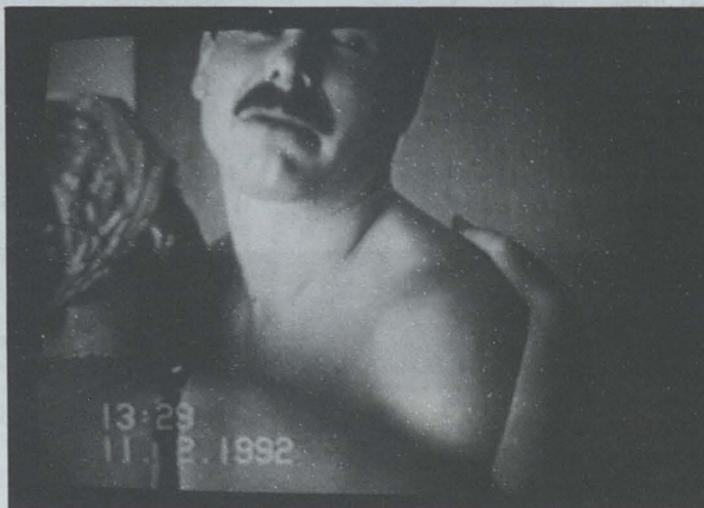
Mas não pára por aí: a cidade dividiu-se. Os amigos do prefeito procuram minimizar o fato, lembrando que Aldo Abagge está sendo vítima de intriga política. Não negam que Beatriz e Celina frequentassem o Ilj Axi, onde Osvaldo Marcineiro jogava búzios, mas admitir

que as duas tenham se envolvido no assassinato do menino Evandro Caetano é absurdo.

O vereador Josi Valdemar Travasso, primeiro secretário da Câmara, coloca-se entre os que não conseguem conceber Celina e Beatriz Abagge transformadas em "monstros sanguinários".

Travasso lembra: "Abagge é um bom homem. Tornou-se prefeito de Guaratuba por amor ao município. Tentou eleger-se diversas vezes, até que conseguiu. Vinha desenvolvendo um trabalho sério, quer no tocante ao saneamento básico, quer nos setores de Saúde e Educação."

"Dona Celina, por sua vez, cuidava da Associação de Proteção ao Menor e à Infância, com muito carinho", diz ele. "Além disso, adotou filhos de criação: Maurício está com 23 anos, Sílvia tem 10 ou 11. Todos criados com muito cuidado, sem qualquer tipo de discriminação. Confesso que não entendo. Mas esteja certo: tenho muita intimidade com o prefeito e sua família. A partir do momento em que vi Beatriz encantada pelas artes do *bruxo* Osvaldo Marcineiro, tratei de adverti-la, pois gosto dela como de uma filha. Pedi que tomasse cuidado. Não devia se envolver com coisas das quais nada entendia." Quanto ao depoimento gravado na Polícia Militar de Matinhos, Travasso



Alfredo Teruggi pediu à mulher Valentina que matasse uma criança

acentua: "Para mim, é inteiramente falso. O que sei é que elas falaram sob tortura. Foram colocadas nuas diante dos inquisidores. Nesse estado, até eu confesso. Resta saber se a Justiça vai aceitar esse depoimento."

Desde o afastamento do prefeito Aldo Abagge, o vereador Travasso assumiu a administração dos seus negócios, inclusive da serraria, onde Evandro Caetano foi morto.

"Os policiais estiveram aqui, fazendo investigações, e nada encontraram. A serraria ficou uma semana fechada. A pedido dos próprios funcionários, terminei conseguindo licença para funcionar. Eles dependem da serraria para sobreviver. Os inimigos políticos de Abagge querem prejudicar nossa cidade, que vai ficar com má fama depois disso tudo. Mas eu não me deixo dobrar. Guaratuba não pode pagar pelo erro de ninguém."

Se o vereador Travasso continua achando que Celina e Beatriz são inocentes, com Maria Ramos Caetano, secretária da escola municipal onde o filho estudava, passa-se o contrário. Não apenas ela tem certeza de que Celina conduziu o martírio do menino, como ainda tentou iludi-la, tão logo o corpo foi localizado no matagal.

"Ela teve a coragem de me visitar, junto com a filha e o pai-de-santo Osvaldo Marcineiro, dizendo que queria me confortar. Sabia como eu estava me sentindo. Dizia, também, que o prefeito havia acionado a Polícia e os criminosos não ficariam impunes. Chegou a fazer chá pra mim e a dizer que ia me dar licença no

trabalho. Só voltaria à escola quando estivesse recuperada. Levou meus filhos Márcio, 11, e Júnior, 12 anos, para ficar um dia na casa dela. Quando soube que algumas professoras, minhas amigas, estavam organizando passeata de protesto - diz Maria -, dona Celina ficou zangada. Disse que o caso não se resolveria por aí. O importante era deixar a Polícia trabalhar, até localizar os matadores."

No dia em que nos deu esse depoimento Maria Caetano estava inconsolável. Chorando, disse:

"Toda hora vejo meu filho. Tão alegre, tão amigo. Pronto a colaborar, embora ainda fosse pequeno. Quando fecho os olhos, ele vem para junto de mim, como se nada tivesse acontecido. E eu peço a ele: filho, ajuda as outras crianças. Não deixa que os meninos de Guaratuba ou de onde for, passem pelo martírio que você passou."

Polícia ludibriada - As buscas para localizar Evandro Caetano foram feitas, inicialmente, pelo "Grupo Tigre", formação de elite da Polícia Civil, que terminou sendo ludibriado pela família Abagge, como reconheceu o próprio secretário de Segurança do Paraná, delegado José Moacir Favetti, da Polícia Federal.

Os policiais, liderados pelo delegado Adauto Abreu de Oliveira, receberam o apoio do governo do município como coisa normal, jamais imaginando, por exemplo, que o prefeito tivesse em casa um rádio com a mesma frequência da que eles usavam, a fim de que nenhum detalhe das investigações lhe escapasse.

Dez meninos sumidos no Paraná

O governador Roberto Requião, do Paraná, determinou a impressão de 1 milhão de cartazes, com as fotos das crianças desaparecidas nos últimos anos, no estado. Serão distribuídos por todo o país. A Rede OM de televisão vai contar o drama das famílias que tiveram seus filhos sequestrados. As Polícias Federal, Civil e Militar trabalharão em conjunto, nos inquéritos abertos sobre desaparecimento de crianças.

Estão sumidos, desde 1987:

1. **Rodrigo Novicki de Oliveira** - desapareceu dia 11 de outubro de 87, da porta da casa de parentes, na Vila São Carlos, Pinheirinho. Tinha menos de 2 anos.

2. **Maristela da Silva Bernardes** - sumiu dia 14 de maio de 88, da sua casa, na Grande Curitiba. Tinha 4 anos. Foi sequestrada pelo casal

Oriel Pontes e Felícia Fagundes. Nomes falsos, segundo a Polícia.

3. **Everton de Lima Gonçalves** - sequestrado a 23 de dezembro de 88. Tinha 3 anos. Foi pego nas imediações da casa dos pais, no Taboco, Curitiba. O retrato falado de um suspeito coincide com as características físicas de Osvaldo Marcineiro.

4. **Guilherme Caramés Tiburtius** - Desapareceu a 17 de junho de 91, quando brincava em frente à casa dos pais, no Jardim Social, Curitiba. Tinha 8 anos. Um retrato falado em poder da Polícia remete para Davi dos Santos Soares, um dos acusados pela morte de Evandro Caetano.

5. **Alex Anderson da Silva Rosa** - Sumiu da sua casa em Piraquara, dia 24 de dezembro de 91. Está com 11 anos.

6. **Leandro Bossi** - Desaparecido desde 15 de fevereiro deste ano. Tem

8 anos. É filho de Paulina Bossi, camareira do Hotel Villareal, Guaratuba, onde os bruxos Valentina de Andrade e Josi Teruggi se hospedavam.

7. **José Carlos dos Santos** - Sequestrado de Maringá, nos primeiros dias de março, 92. Tem 11 anos.

8. **Adnilton de Palma** - 10 anos de idade. Sumiu em Maringá, no mesmo dia em que José Carlos desapareceu. A suspeita de que ambos pudessem ter fugido jamais se confirmou.

9. **Edson Rodrigo Batista da Silva** - Sumiu na noite de 5 de abril, no Parque de Exposições de Londrina, onde tinha ido com a mãe. 5 anos de idade.

10. **Lucinéia da Silva Silveira** - Tem 5 anos. Sequestrada por mulher loura, aproximadamente 30 anos, que dirigia um *Escort*, dia 20 de abril, data em que os líderes da seita satânica LUS saíram de Guaratuba.

Foi a partir daí que entrou em cena o ex-policia! Diógenes da Silva Caetano Filho, tio de Evandro. Procurou fazer o delegado Adauto de Oliveira aceitar a tese de que os responsáveis pelo sumiço do garoto eram Celina, sua filha Beatriz e o *bruxo* Osvaldo Marcineiro.

Como não conseguiu, dirigiu-se à Polícia Militar, que colocou a P-2 (Serviço Secreto) no circuito. Dia 2 de julho eram presas, em Guaratuba, em casa, Av. 29 de Abril, Celina e Beatriz Abagge. Osvaldo Marcineiro já estava detido. Em seguida, foram capturados em flagrante os pais-de-santo Vicente de Paula Ferreira e Davi dos Santos Soares, o pintor de paredes Sérgio Cristofolini e o contador Airton Bardelli, gerente da serreria do prefeito, onde aconteceu o ritual. De posse dos depoimentos dos acusados, a P-2 precisava ouvir Celina e Beatriz.

"Elas confessaram o crime, sem qualquer constrangimento", afirma Diógenes Caetano. "Não foram torturadas. Simplesmente, diante das afirmações dos parceiros, nada puderam dizer, a não ser confirmar a monstruosidade da qual eram co-autoras. A essa altura, a Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal estavam trabalhando em conjunto."

Os detidos foram ouvidos na presença da juíza Anisia Judith Kowalski, no Fórum de Guaratuba, onde houve um princípio de tumulto, pois havia muita gente querendo linchá-los. Celina recebeu bastonada na cabeça, de um homem de idade. Beatriz machucou o rosto, quando os policiais tiveram que empurrá-las para a porta do prédio, a fim de que não fossem alcançadas por um homem armado com uma faca.

Diógenes disse aos policiais que seu sobrinho fora vítima dos *bruxos*, num ritual satânico e explicou:

"Osvaldo Marcineiro tinha um terreiro em Curitiba, no bairro do Capão Raso, onde era conhecido como *Caboclo Cobra Coral*. Chegou a Guaratuba no mês de novembro de 91, por intermédio de amigos do prefeito Abagge. Quatro homens e uma mulher, que se apresentava como sendo Madame Stier. Pertencia a um grupo afro, lia mão, fazia mapa astral, jogava búzios. Foi até a casa dos pais de Evandro e profetizou o rapto do menino. Viu a má sorte do garoto estampada num copo d'água. Esteve em visita à avó de Evandro, fez a mesma previsão. Prometeu desenvolver esforços, com orixás poderosos, a fim de reverter o que estava escrito, mas avisou que ia ser difícil.

Bode preto e sangue – "Nessa época, lembra Diógenes Caetano, um genro da Madame Stier, conhecido como *Chero*, era visto com o pessoal dos búzios. Osvaldo, por sua vez, desenvolvia esforços no sentido de unificar os centros de macumba do município. Dizia-se vice-presidente da Federação Afro-

Brasileira de Candomblé, o que foi desmentido pela entidade. Para impressionar seus seguidores, certa noite Marcineiro sacrificou um bode preto. Na presença dos clientes e adeptos, pendurou o animal, abriu-o com uma faca. O bode estava vivo. Retirou-lhe as vísceras e os testículos, amputou-lhe as patas e, por fim, arrancou-lhe o coração. Tudo muito igual ao que fizeram com Evandro."

Lembra Diógenes Caetano que, "depois das funestas premonições de Madame Stier, ocorreu um fato curioso: o desaparecimento, a 15 de fevereiro, do menino Leandro Bossi, até hoje não-localizado. Tinha a mesma idade de Evandro. A mãe dele, dona Paulina, trabalha no Hotel Villareal. No período do desaparecimento da criança, o grupo dos búzios era visto em companhia do negociante Antônio Costa e do *Chero*, genro de Madame Stier.

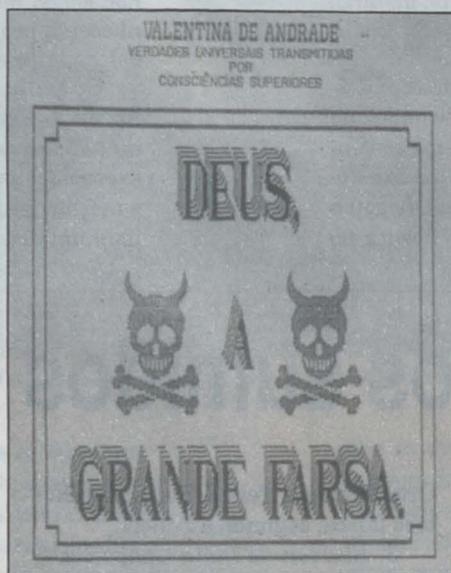
Diabolice – "No mês de março – segue Diógenes Caetano – o *bruxo* Osvaldo Marcineiro divulgou na cidade que, segundo os búzios, ia acontecer uma tragédia em Guaratuba. Apavoraria a população e provocaria polêmica. Fazia isso porque tinha certeza do que ia ocorrer. Quanto mais pessoas soubessem, melhor. Mais testemunhas teria dos seus dons sobrenaturais. Na semana seguinte ao desaparecimento do Evandro, quando as primeiras notícias horrorizavam as pessoas, ele encheu a cidade de anúncios do seu terreiro e passou a cobrar Cr\$ 25 mil por consulta."

"Outro detalhe intrigante dessa sinistra história – acentua Diógenes Caetano – segundo Maria, mãe de Evandro, Antônio Costa não costumava passar por perto de sua casa. Mas, na semana que antecedeu ao rapto, ele foi visto várias vezes, dirigindo um carro. A tal Madame Stier reapareceu e fez-lhe algumas visitas. Continuava preocupada com o garoto. No dia 3 de

abril, 9 horas da noite, um vizinho de nome Inácio viu um desconhecido encostado ao muro conversando com o garoto. Perguntou o que desejava. O tipo puxou a pala do boné sobre a testa, disse que ia roçar o terreno do outro lado da rua. Estava se informando com o garoto.

"Na manhã de 6 de abril – recorda Diógenes Caetano –, Evandro foi para a escola, uns 100 metros de sua casa, acompanhado da mãe. Por volta das 9h e 30min, disse estar com fome. Pegou a chave com a mãe, voltou pra casa, a fim de fazer um lanche. Foi aí que sumiu.

"Encontraram o corpo no matagal. Era o dia 11 de abril. Um sábado. As mãos do garoto tinham sido decepadas, mas a chave da casa, que pegara com a mãe, estava junto dele. Colocada de um jeito que pudesse ser localizada com facilidade, como foi. Sinceramente, não sei o que isso significa", conclui Diógenes Caetano. ■



Capa do livro de Valentina

"É preciso lutar pela justiça e liberdade"



Para o presidente deposto do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, só uma atitude mais firme da comunidade internacional possibilitará o retorno à democracia

Claudia Guimarães

As vésperas de completar um ano da sua deposição, Jean-Bertrand Aristide se mantém firme na defesa dos princípios que o levaram a se tornar o primeiro presidente livremente eleito no Haiti. Apesar da rígida censura imposta pela ditadura militar, sua voz, tranquila e serena, continua a ecoar no Haiti, pedindo liberdade e justiça.

Em entrevista a *cadernos do terceiro mundo*, o presidente Aristide afirma que democracia e participação popular são as únicas formas de romper o ciclo de miséria e ditaduras que marca a história do seu país. Também denuncia a concentração da riqueza, a nível mundial, como uma das maiores ameaças ao sistema democrático.

Ardoroso adepto da não-violência, o presidente haitiano se opõe a uma possível intervenção militar estrangeira para restabelecer o regime democrático. Em seu lugar, pede o endurecimento das sanções econômicas internacionais, ainda que este caminho seja mais longo.

Apesar de tudo, Jean-Bertrand Aristide se diz otimista quanto ao futuro. Na sua opinião, quando os homens e mulheres reúnem esforços por uma causa comum, "a estrela da esperança pode voltar a brilhar".

■ O sr. acredita que as sanções econômicas possam fazer o regime militar retroceder?

— As sanções são muito importantes. Mas é preciso que a pressão da comunidade internacional se multiplique e impeça os navios que transportam gasolina de atracar no Haiti. Na prática, o que tem acontecido é que o governo militar continua comprando petróleo no mercado externo.

Mas isso é algo que pode ser mudado. Uma vez que a comunidade internacional decida realmente bloquear esse comércio, os militares terão que se conscientizar de que sua empreitada chegou ao fim. Também é importante que todos os países suspendam os vistos de entrada e congelem os bens no exterior das figuras envolvidas no golpe militar.

Sou grato à comunidade internacional, mas insisto que devemos agir. Na medida em que todos os países que estão empenhados na solução do problema haitiano passem dos discursos para a ação, encontraremos uma saída para a crise.

■ Qual a sua opinião sobre a posição do governo dos Estados Unidos, que passou a impedir que os barcos de refugiados ataquem em território norte-americano e autorizou em maio a repatriação forçada dos imigrantes interceptados em alto mar, antes mesmo de estudar o seu pedido de asilo?

— A solução para este problema está em uma só frase: o retorno da democracia ao Haiti. Enquanto a democracia não for restabelecida, os Estados Unidos continuarão recebendo um enorme fluxo de refugiados políticos.

Gostaria de enfatizar que o êxodo não se dá só por razões econômicas, mas fundamentalmente políticas. Vale lembrar que, durante os sete meses do meu governo, de fevereiro a setembro de 1991, os haitianos permaneceram no país, apesar da miséria. Além disso, havia muitos outros voltando da diáspora para ajudar a construir a democracia. Naquele momento, ao me eleger, os haitianos votaram pela liberdade, pela democracia, pela vida, pela paz. E nós tivemos paz. Uma vez concretizado o golpe, infelizmente eles começaram a imigrar.

❑ Como o sr. vê o acordo de 9 de maio, entre o governo militar e setores conservadores do Parlamento haitiano, para formar um "governo de unidade nacional" que o excluiria?

– Este acordo vai contra a legalidade. E a ilegalidade não tem nenhum sentido para nós.

❑ A Organização dos Estados Americanos (OEA) tem feito várias gestões para conseguir o restabelecimento da democracia no Haiti. O sr. crê que estas iniciativas possam dar bom resultado, a curto prazo?

– Esta é uma pergunta muito importante, porque isso nos faz pensar no futuro da OEA. Sem dúvida, a credibilidade da organização está em jogo no nosso país. Se se conseguir restabelecer a democracia, sua credibilidade estará salva. Caso contrário...

❑ O que o sr. pensa da idéia da OEA usar a força para tentar restabelecer a democracia no Haiti?

– Acho que se deve descartar totalmente a hipótese de uma intervenção militar. Existem outras formas de pressioná-los, entre elas as sanções econômicas. Como já disse, o regime militar não pode sobreviver sem petróleo.

❑ Nos últimos tempos começa a se esboçar alguma reação popular ao golpe, apesar de toda a repressão. Como o sr. vê esse processo?

– Eu tenho orgulho da atitude que vem sendo tomada pelos haitianos. Há muitas pessoas ao redor do mundo que também estão orgulhosas deles, que tentam entender como continuam a resistência, apesar de tanta repressão. É importante que os haitianos saibam que sozinhos somos fracos, mas juntos somos fortes e sobreviveremos à tormenta.

No continente latino-americano todos os povos têm que lutar para conseguir a paz, a justiça, a liberdade. Naturalmente, há diferentes formas de luta. Nós, no Haiti, temos recorrido às mobilizações populares, e não às armas.

"A arma do nosso povo é a solidariedade, é a fé na liberdade, na democracia. Sozinhos somos fracos, mas juntos somos fortes e sobreviveremos à tormenta"

A arma do nosso povo é a solidariedade, é a fé na liberdade, na democracia. Por isso vemos nas ruas tantos jovens dizendo *não* ao regime militar. Apesar da repressão, continuaremos lutando – sempre por meios não-violentos – até que volte a democracia ao Haiti. Quando os homens e as mulheres reúnem esforços por uma causa comum, a estrela da esperança pode voltar a brilhar.

❑ O acordo de 23 de fevereiro em Washington¹ seria o ponto de partida para a volta à democracia?

– Sim. Mas era preciso que fosse ratificado pelo Parlamento, o que nunca aconteceu.

❑ Um ponto que nunca ficou claro nesse acordo era a permanência do general Raoul Cedras à frente das Forças Armadas. O sr. concordaria com a continuação dele no cargo?

– Não, não. Ele é um criminoso. O acordo fala de anistia geral, mas não para os criminosos comuns, como é o caso de Cedras.

❑ O golpe que o derrubou contou com o apoio, explícito ou não, de vários políticos tradicionais. Como o sr. pensa, na sua eventual volta ao governo, em lidar com esta situação?

– O presidente não é um juiz. Portanto, não cabe a mim julgar esse tipo de atitude. Aliás, um julgamento de políticos envolvidos no golpe implicaria rever as próprias instituições jurídicas do país. Há tempos estou estudando o que podemos fazer a fim de fortalecer o Judiciário no Haiti para que, em uma situação como esta – onde, ao

que tudo indica, parlamentares estariam envolvidos no golpe – os encarregados de julgar estes casos não hesitem em cumprir seu dever.

❑ A partir do que ocorreu no Haiti, Peru e Venezuela, o sr. não considera que as instituições políticas estão debilitadas na América Latina?

– Isto é uma pergunta complexa, porque a questão política está intrinsecamente ligada à econômica. Hoje há 1,2 bilhão de pobres nos países em desenvolvimento e, segundo diversos cálculos, no ano 2000 teremos 1,3 bilhão. Já para 2025, prevê-se 1,5 bilhão de pobres.

Por que estou dizendo isso? Porque até que todos não consigam comer, não se pode falar de uma democracia equilibrada. Até que todos não gozem de liberdade e segurança, não se pode falar de uma democracia saudável. ■

¹ Acordo assinado em 23 de fevereiro passado em Washington por Aristide e parlamentares haitianos de diferentes partidos, que previa, entre outras coisas, o seu retorno ao governo e uma anistia geral

Agora, o neoliberalismo militar

Nils Castro

O novo projeto dos Estados Unidos para os exércitos latino-americanos evidencia seus objetivos hegemônicos

Hoje, não é mais segredo que a atual política regional norte-americana tem, entre suas prioridades, a reformulação do papel dos exércitos latino-americanos. Isto inclui desde mudar as funções das Forças Armadas até reduzir os orçamentos que nossos países gastam nesta área, diminuindo seu poderio.

Se a questão fosse apenas desmilitarizar a vida política das nações para democratizá-las, não haveria objeções conceituais ao projeto, exceto a de que este tema deve ser decidido exclusivamente por nossas nações, em vez de ser imposto de fora.

Entretanto, não é este o objetivo do projeto, como repetidamente tem sido denunciado. Trata-se de reconverter os exércitos nacionais latino-americanos em gendarmes¹ dedicados a atender os interesses norte-americanos.

Sobressai o fato de que a difusão deste projeto vem aco- plada à de outro que lhe é complementar: o de constituir uma força *interamericana* de intervenção, supostamente, em defesa da "democracia".

Isto quer dizer que este enfraquecimento material e institucional das nossas Forças Armadas, e sua vinculação a tais organismos estrangeiros, seria acompanhado de um fortalecimento do exército norte-americano na região latino-americana e caribenha, e de uma suposta legitimação de suas operações dentro da mesma.

A Doutrina de Segurança Nacional – Em mui-



Panamá: uma síntese das novas políticas norte-americanas

tos de nossos países, frequentemente o currículo político dos militares não é bom e, portanto, é desejável reformular seu papel, como exige o processo democratizador. Mas, para ser mais claro, este processo exige anular os efeitos deixados pela doutrina anterior – a Doutrina de Segurança Nacional –, imposta pelos mesmos mentores norte-americanos aos nossos exércitos durante mais de três décadas e que os envolveu em supostas *guerras internas*, de repressão contra-revolucionária e antidemocrática, das quais resultaram tantas ditaduras.

Mas uma péssima orientação política norte-americana, no passado, não pode ser reparada hoje com outra "menos pior", e nem sequer com uma pretensamente "boa". Só pode ser sanada com uma reorientação nacional e democrática, que parta

de cada país soberano, sem submissão aos influxos e padrões impostos ou dirigidos de fora. Esta nova orientação só pode ser uma resposta a necessidades e demandas da sociedade nacional.

Por definição, as Forças Armadas existem para fins de defesa nacional, para dissuadir ou, em alguns casos, repelir intervenções estrangeiras. Mas não lhe cabe interferir no livre desenvolvimento da sociedade civil e da institucionalidade política da nação.

O mencionado projeto norte-americano, contradizendo qualquer natureza democrática, viola esse princípio por ambos os flancos. Patrocina, com novos pretextos, um envolvimento desses militares-gendarmes em problemas de ordem interna e civil (como é o caso da chamada *narcodelinquência*), o que leva à sua

rápida politização, na pior acepção do termo.

O caso do Panamá – Uma vez mais, no Panamá, estamos podendo observar a síntese destas políticas. O golpe militar norte-americano, como primeira providência, eliminou fisicamente as Forças Armadas nacionais, transformando seus restos em uma deficiente polícia, dependendo de tutores estrangeiros.

Agora, sob a forma de mudanças na Constituição, está instrumentando uma dupla operação: proibir a própria existência de uma instituição militar panamenha, para perpetuar a "proteção" militar norte-americana e, ao mesmo tempo, tornar rápida e ilimitada a privatização – isto é, a *transnacionalização* – de todos os recursos nacionais.

Em outras palavras, essa reformulação da doutrina militar para a América Latina e o Caribe é diretamente complementar às doutrinas e imposições em voga no campo da economia. Se, conforme o credo neoliberal, nos cabe desmantelar o patrimônio, a soberania e até o Estado nacionais, agora nos toca também renunciar à defesa nacional, substituindo-a pelo policiamento da vida civil. Fazer de um apregoado mundo sem fronteiras – para o capital – o quintal dos gendarmes e dos sequestros legalizados. A contrapartida militar da onda privatizante. ■

¹ Gendarme: Na França, soldado incumbido de velar pela segurança e ordem pública; em países da América Latina, força militar encarregada de vigiar as fronteiras

Paraíso de caçadores ou santuário ecológico?

Elias Fajardo

Em 1991, o presidente francês François Mitterrand, ao discursar num congresso sobre recursos florestais, esqueceu-se de mencionar os mais de cinco milhões de hectares de florestas tropicais existentes na Guiana Francesa.

Este fato dá bem a medida de como a região é distante até para os franceses, embora pertença ao seu país. Situada entre o Suriname, a oeste, e o Brasil, ao sul, a Guiana Francesa é um dos únicos lugares do mundo com cerca de 90% de suas florestas tropicais ainda intactas.

Isto a coloca diante de um dilema: por um lado, os ecologistas dizem que é uma esplêndida oportunidade para se criar um modelo de conservação, desenvolvimento e estudo, único na América do Sul, evitando a exploração predatória que acontece nos países vizinhos. Do outro, as elites locais querem a qualquer custo abrir estradas e colonizar as áreas virgens.

A floresta guianense é extremamente rica, contando com 400 mil espécies de flora e fauna, que inclui um número de pássaros maior do que o existente na Europa. O dr. Conrad Gorinsky, um especialista em Guiana, defende a teoria de que a região é um remanescente da Gondwana, um supercontinente que teria existido há cem milhões de anos e que ligava a África à América.

Na sua opinião, esta "terra de muitas águas" tem grande importância climática, na medida em que forma uma área de proteção, conhecida como escudo guianense, que começa na Venezuela e ajuda a preservar o ciclo das águas amazônicas. Uma intervenção malfeita no local poderia afetar toda a América do Sul.

Os primórdios – O francês Poncet de Brétigny foi o primeiro europeu a instalar-se na Guiana Francesa, em

Com 90% de suas florestas tropicais ainda intactas, a Guiana Francesa enfrenta o dilema de encontrar um caminho ao desenvolvimento que não implique a destruição de sua fauna e flora

1643. Mas morreu logo depois, atravessado por uma flecha dos nativos.

No final do século XVIII, a França enviou mais de dez mil colonos, com a finalidade de penetrar no interior. Poucos sobreviveram à aventura, refugiando-se nas chamadas "ilhas da saúde", próximas à costa. A mais famosa delas, no entanto, acabou apelidada de "Ilha do Diabo", ao deixar de ser refúgio para colonos doentes e se transformar em um presídio tristemente famoso.

Desde 1946, a Guiana é um Departamento Ultramarino da França, pomposo nome que esconde a realidade da exploração colonial. Há poucas e precárias estradas ligando a região a seus vizinhos, e por isso o acesso se dá basicamente por mar e ar.

A terra é fértil, mas a Guiana importa a maioria dos produtos que consome. Os *créoles* – negros e mestiços – compõem 80% da população, mas ocupam cargos secundários na adminis-

tração. O país vive em função do comércio marítimo com a metrópole, cujas embarcações trazem desde cebolas até sabão.

É interessante notar que a Guiana é o único lugar da América do Sul onde os quilombos conseguiram sobreviver. Enquanto o Brasil e outros vizinhos massacravam os quilombos que abrigavam os escravos fugidos, na Guiana, talvez por falta de condições de reprimir mais do que de boa vontade dos franceses, os quilombos continuaram existindo dentro da mata.

Hoje, cerca de 10 mil negros descendentes dos escravos vivem nessas comunidades e falam seus próprios dialetos. Agora eles estão sendo guindados diretamente para a sociedade de consumo, com todos os perigos que isso pode acarretar.

Base espacial – Ao falar de florestas, Mitterrand esqueceu-se de mencionar a Guiana. Mas se se tratasse de assuntos espaciais, certamente ela se-



ria citada. Lá está a Base Européia Espacial de Kourou, de onde são lançados foguetes (ver matéria nesta edição: "Parceria indesejável") e o satélite *Ariane*. O projeto *Ariane* fatura hoje 52% do mercado mundial de lançadores de satélites.

Segundo o ecologista Kris Wood, estabelecido na região há dez anos, a base espacial não traz benefícios para a população. Ela resulta numa entrada de recursos que serve mais para desestruturar as comunidades tradicionais e incrementar a corrupção entre os políticos, que não se importam com a degradação das condições ambientais. "E, o que é pior – acrescenta Kris –, isto provoca um grande festival de consumo que resulta em um acúmulo de lixo e um aumento de carros na região de cerca de 30% ao ano."

O dinheiro vindo da metrópole é usado para financiar estradas que penetram no interior, acelerando o desmatamento e a caça predatória. A população duplicou para 150 mil pessoas nos últimos 10 anos. O dinheiro atraiu também grande número de imigrantes ilegais vindo dos países vizinhos. As queimadas na floresta, a mineração ilegal (feita sobretudo por brasileiros) e a caça sem controle estão ameaçando a integridade da região, segundo Kris Wood.

Espécies ameaçadas – Ao contrário de seus pobres vizinhos, a elite guiana

Os ecologistas propõem que o país seja dividido em três setores: o primeiro, perto da costa, poderia ser ocupado sem problemas; o segundo, seria reservado para o turismo e a caça controlada; o terceiro, seria um santuário protegido

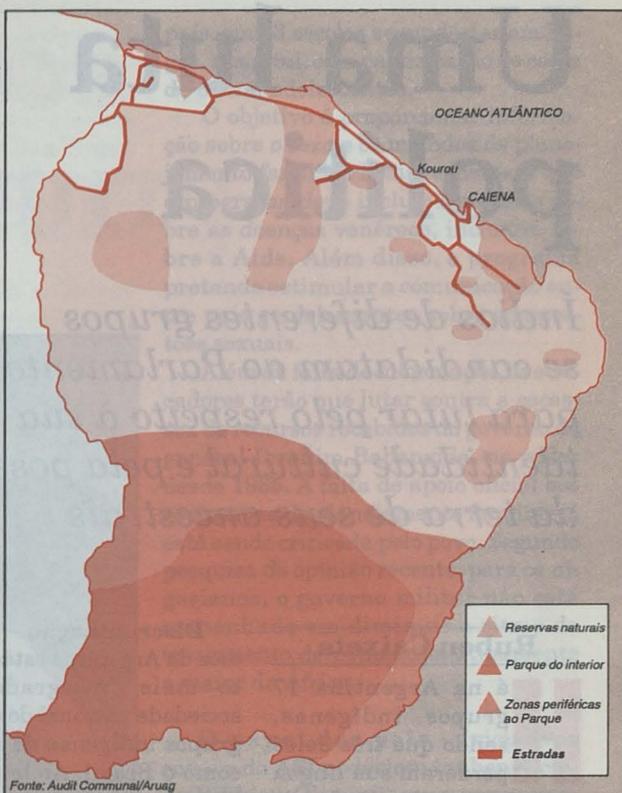
nense agora é rica e suficiente para comprar motores de barcos, *freezers*, geradores, refletores para iluminar a escuridão da floresta e, sobretudo, rifles automáticos.

A Guiana Francesa é o paraíso dos caçadores. Os cardápios dos principais restaurantes de Caiena, a capital, oferecem jacarés, tucanos, onças, tartarugas, macacos e um pássaro chamado *red ibis*. Espécies em extinção protegidas na maior parte do mundo, na Guiana são caçadas livremente e vão abastecer os restaurantes ou ter suas peles vendidas nas butiques.

Os pássaros são os mais procurados, para serem vendidos vivos, empalhados, ou terem suas penas transformadas em objetos turísticos. A população da *red ibis*, calculada há pouco tempo em 10 mil exemplares, caiu repentinamente para 800.

Existe uma lista de 26 espécies ameaçadas de extinção (20 mamíferos e cinco répteis) feita pelo Ministério do Meio Ambiente da França, que proíbe a caça destes animais e a comercialização de muitos outros. Mas o exército francês estabelecido na região, que deveria ajudar a cumprir tais restrições, orgulha-se do número de peles de jacaré carregadas pelos legionários que vão para a França. Os turistas e os franceses que trabalham em Kourou comemoram sua estadia na selva com lembranças nativas, como peles de onça ou jacarés embalsamados.

Energia solar – Os ecologistas locais defendem o ponto de vista de que, apesar dos problemas, muito poderia ser feito na área ambiental. Na sua opi-



nião, a Guiana Francesa teria condições de se tornar um modelo de conservação e desenvolvimento sustentável.

Como exemplo, cita as perspectivas na área da energia solar. Segundo a revista francesa *Science et Vie*, a energia que produzirá a barragem Petit Saut poderia ser perfeitamente gerada, com os recursos existentes hoje, por equipamentos de energia solar, pois a região recebe muito sol o ano inteiro. O projeto está sendo financiado pelos franceses e vai sacrificar grande trecho de floresta.

De qualquer modo, cresce na Guiana e na França o anseio pelo cuidado com o meio ambiente. O ex-ministro francês do Meio Ambiente, B. Lalonde, ex-líder da organização não-governamental "Amigos da Terra" na França, visitou a Guiana no ano passado e fez um apelo para implantar o desenvolvimento sustentável.

Os planos mais avançados propõem a divisão da região em três setores. O primeiro, perto da costa, poderia ser ocupado sem maiores problemas. Um segundo estágio intermediário seria reservado para o turismo e a caça controlada. A terceira região, mais ao sul, seria um santuário protegido, cuja entrada seria vigiada.

As florestas da Guiana Francesa são habitadas por milhares de espécies em extinção, vítimas permanentes da caça predatória

Uma luta política

Índios de diferentes grupos se candidatam ao Parlamento para lutar pelo respeito à sua identidade cultural e pela posse da terra de seus ancestrais

Ruben Caixeta

Há na Argentina 17 grupos indígenas, sendo que três deles perderam sua língua nativa. Segundo cálculos de lideranças indígenas, eles seriam cerca de 1,5 milhão em todo o país. Somente em 1985 é que foi criada a chamada Lei Nacional das Comunidades Indígenas (nº 23.302) e um instituto semelhante à Fundação Nacional do Índio (Funai), pelos quais os índios passaram a ter instrumentos legais para fazer valer seus direitos, principalmente o respeito aos seus territórios ancestrais. Porém, na prática, sua situação pouco mudou.

Essa é a avaliação feita pelos índios *toba* Egidio García, 33 anos, e tupi-guarani Basílio Soria, 39 anos. Soria é atualmente deputado da província (estado) de Salta, ao norte da Argentina, delegado do Parlamento Indígena da América e candidato a deputado nacional nas eleições parlamentares que se realizarão em maio de 1993. García é também candidato a deputado (estadual) da província do Chaco, centro-norte do país.

Discriminação – Os índios da Argentina estão muito mais “integrados” à sociedade nacional do que os grupos indígenas de países como o Brasil. Ao longo da história de colonização, eles perderam suas terras e os

meios de sobrevivência, sendo forçados a se integrarem ao mercado de trabalho.

O resultado foi dramático. Por um lado, abandonaram em grande parte o seu modo de vida tradicional: festas, rituais, mitos, formas de conhecimento e outras práticas. Por outro lado, não tiveram respeitados os direitos que a sociedade majoritária oferecia aos não-índios.

“Somos discriminados no trabalho, na escola e na vida cultural. Prestamos o serviço militar, cantamos o hino nacional, temos carteira de identidade, mas não somos respeitados – como reza a Constituição – enquanto cidadãos argentinos”, nos conta García.

Atualmente, o principal problema enfrentado pelos indígenas da Argentina é em relação ao controle sobre seu território. As terras onde vivem as comunidades são considerados áreas não-ex-

ploradas, virgens, e como tal denominadas “terras fiscais”, ou seja, propriedade do estado.

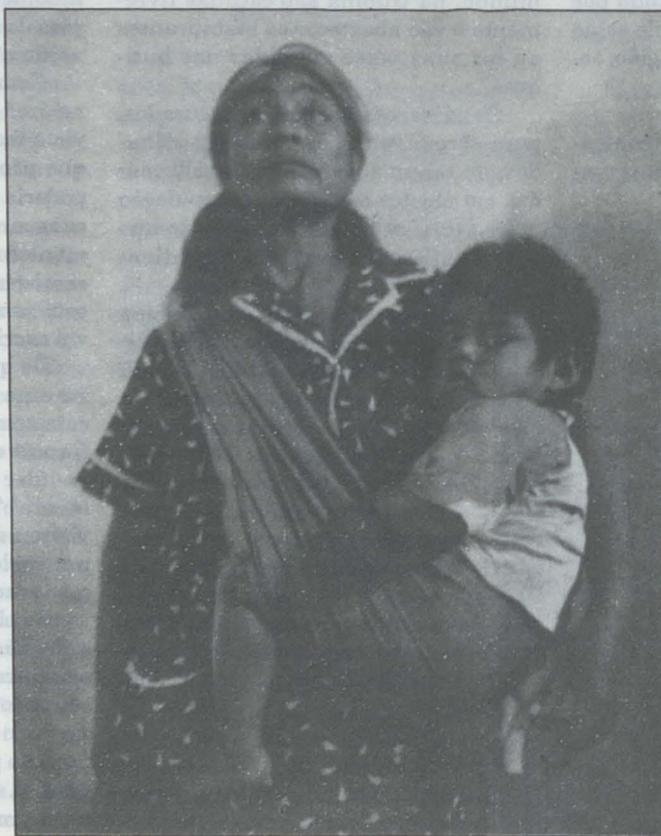
“Esse problema é gravíssimo, pois o programa de privatização do governo atual não só tem deixado milhares de irmãos desempregados, mas lançado sobre nossas terras as empresas nacionais e multinacionais. São empresas de petróleo e de celulose que estão invadindo as terras consideradas do Estado, mas que na verdade são terras indígenas”, relata Soria.

“O pior é que o governo nacional está vendendo as terras para as empresas privadas com os índios e tudo lá dentro”, acrescenta García.

Luta no Parlamento – Na província do Chaco, há dois grupos indígenas além dos *toba*, *mocovis* e *wichis*. Ao todo, são mais ou menos 35 mil índios e 90% deles não possuem legalmente a terra que ocupam.

Egidio García está lutando para se eleger deputado por esta província pelo Partido Justicialista (peronista). Necessita de mais ou menos 20 mil votos para se eleger (atualmente só há um índio deputado provincial em todo o país, que é Basílio Soria, da província de Salta).

Ao contrário de outras minorias étnicas do mundo que possuem um parlamento indígena paralelo ao Parlamento da sociedade nacional – como o caso dos *samis* da Escandinávia –, os índios argentinos querem participar do sistema político majoritário. “Existem leis – diz García – que são feitas pelos brancos para proteger os índios, mas nunca são cumpridas. Queremos participar do Parlamento para cobrar o cumprimento das leis relacionadas ao meu povo. Sempre votamos nos brancos, agora vamos escolher um índio para nos representar”, completa o candidato. ■



Índia toba: uma luta permanente para fazer valer seus direitos

Gravidez na adolescência

Alto índice de gravidez entre adolescentes na Nigéria leva organizações não-governamentais a iniciarem programas de educação sexual nas escolas do país



As adolescentes não sabem evitar filhos

Remi Oyo

Jane Deribe tem 19 anos de idade e já é mãe. Ficou grávida aos 14. "Eu gostava do rapaz e terminei engravidando", diz, com simplicidade. "Tentamos nos livrar da criança com métodos rudimentares, mas não conseguimos. Fiquei muito doente. Depois da tentativa de aborto voltei e terminei o curso secundário", declara.

Dramas como o desta jovem não são raros na Nigéria, país do noroeste africano. Cada vez mais, jovens em idade escolar estão engravidando, na sua maioria por falta de informação ou orientação sexual.

Após constatar que a Nigéria tem um dos índices de maternidade entre adolescentes mais altos do mundo, organizações não-governamentais (ONGs) ligadas a projetos de educação sexual decidiram organizar cursos e palestras de orientação diretamente nas escolas.

As estatísticas oficiais são eloquentes: aos 18 anos, 66% das 44 milhões de

mulheres nigerianas já tiveram relações sexuais, e aos 17, a metade das mulheres desta nação de 115 milhões de habitantes estão casadas.

Educação sexual nas escolas - Segundo a Ação Saúde Internacional (ASI), organização não-governamental dedicada principalmente aos problemas de saúde dos adolescentes, de cada mil mulheres que dão a luz, 146 têm menos de 19 anos.

Reconhecendo o alto risco da maternidade precoce para a saúde da mãe e da criança, e as sérias consequências sociais desta situação, a ASI decidiu agir. Nike Essiet, coordenador da instituição, afirmou que a maternidade prematura afeta o futuro das jovens, já que em muitos casos a gravidez ocorre quando as mães ainda estão na escola. "Sem educação formal, suas oportunidades de seguir uma carreira e a possibilidade de alcançar uma posição social privilegiada se vêem limitadas", diz Essiet.

Pensando nisso, a ASI iniciou um programa, que espera estender a todo o

país, em 33 escolas secundárias em Lagos, a capital, com participação de cerca de 66 mil adolescentes.

O objetivo é proporcionar informação sobre o sexo e os métodos de planejamento familiar. Essiet considera que o programa deve incluir conselhos sobre as doenças venéreas, inclusive sobre a Aids. Além disso, o programa pretende estimular a comunicação entre pais e adolescentes sobre as questões sexuais.

Além da falta de informação, os educadores terão que lutar contra a escassez de recursos recebidos do governo do general Ibrahim Babangida, no poder desde 1985. A falta de apoio oficial aos programas de planejamento familiar já está sendo criticada pelo povo. Segundo pesquisa de opinião recente, para os nigerianos, o governo militar não está empenhado em diminuir o ritmo de crescimento da população, atualmente a maior da África.

O papel dos pais - Iniciativas como a da ASI poderiam ter beneficiado Bilikisu Olatunji, uma costureira, que ficou grávida aos 15 anos, quando estava na escola. "Meu pai não me recebeu em casa. Não estou muito certa, mas acredito que o incidente pode ter motivado a separação dos meus pais", disse.

Grace Diru, de 38 anos, mãe de três filhas que frequentam o curso secundário, concorda que logo que os pais achem necessário, os jovens devem ser informados sobre seu sistema reprodutivo e suas funções.

Para ela, "a época de ocultar esta informação vital aos adolescentes já passou. Se querem que seus filhos se transformem em cidadãos responsáveis, têm que ensiná-los estas coisas em casa, o mais rápido possível".

Alice Boundrin, professora e mãe de duas filhas que já estão na Universidade, disse que, embora seu marido seja mais conservador e a tenha impedido de aconselhar suas filhas, mudou de opinião quando duas adolescentes de uma família vizinha ficaram grávidas.

"Isso foi motivo de grande preocupação para a família e eu tive que sugerir para a mãe destas meninas, que tinha mais duas filhas, que seria melhor dar-lhes educação sexual antes que as outras duas fossem pelo mesmo caminho", lembra Alice.

A economia em primeiro plano

Com uma economia paralisada pela crise, o governo trabalhista enfrentará o dilema de ser fiel a seu passado e a seu ideário político ou de contar com a ajuda substancial dos Estados Unidos

John Roberts

A decisão do novo primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, de suspender temporariamente a construção de assentamentos nos territórios ocupados foi suficiente para que o presidente George Bush anunciasse que pedirá ao seu Congresso a rápida aprovação das garantias de crédito para Israel. Isso permitirá ao governo trabalhista pedir empréstimos no mercado internacional no valor de 10 bilhões de dólares — mais de dois mil dólares por cada cidadão israelense — para ajudar a sanear a economia.

Mas o novo primeiro-ministro sabe que esse gesto de boa vontade de Washington pode vir acompanhado da exi-

gência de uma profunda reforma econômica. O governo Bush sustenta que Israel deve passar pelo mesmo tipo de reestruturação que as economias centralizadas da Europa Oriental.

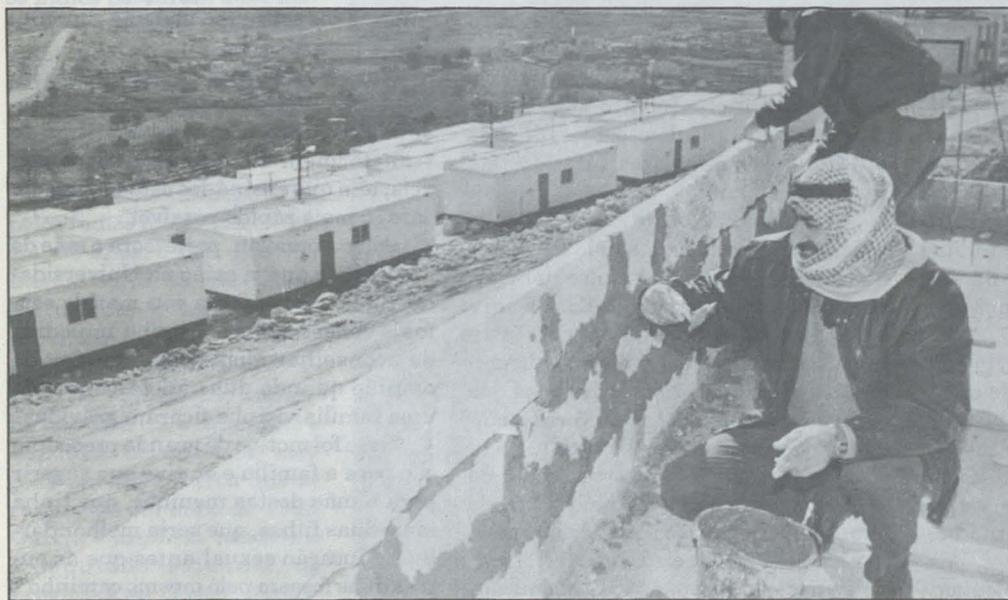
“O resultado eleitoral está sendo visto somente através do processo de paz. Ninguém está vendo que também significa o retorno das propostas socialistas”, afirma o analista israelense Barry Chamish. Para este especialista em questões do Oriente Médio que publica suas crônicas na Inglaterra, Rabin destinará a instituições falidas, como as granjas comunitárias (*moshavim*) e as comunidades agrícolas (*kibutzim*), os fundos que o governo anterior queria usar para construir assentamentos nos territórios palestinos ocupados.

Isso não é exatamente o que a Casa Branca esperava. O Departamento de Estado havia redigido um esboço das reformas econômicas que pretendia ver implantadas em Israel, entre as quais estavam incluídas a privatização dos bancos e do grosso das indústrias do governo. Segundo os cálculos do governo norte-americano, essas operações poderiam chegar a render 20 bilhões de dólares.

O documento também contempla a redução da inflação para 5% e a liberação de grande parte da terra, que está em mãos do Estado, para que seja adquirida pelo setor privado. O governo e as instituições estatais possuem, atualmente, 93% das terras de Israel, sem levar em conta os territórios ocupados.

A Casa Branca também estaria disposta a pressionar o governo de Israel para diminuir o número de ministérios, dos 27 atuais para apenas 11. Segundo os Estados Unidos, isto economizaria pelo menos três bilhões de dólares por ano, o mesmo volume de recursos que destinam atualmente ao governo israelense em ajuda militar e econômica.

Negar o passado? — Se o Partido Trabalhista aceitasse as diretrizes do governo norte-americano, estaria virando as costas para o seu passado de orientação socialista, ou melhor, social-democrata, para abraçar a economia de mercado, algo que inclusive



Assentamentos judeus: sua suspensão levou os EUA a avalizar os empréstimos pedidos por Telavive

os governos de direita do Likud resistiram em fazer.

A opção não é fácil. Israel está falido. Suas dívidas nos mercados internacionais e locais superam os 66 bilhões de dólares e está pedindo mais dez bilhões. O serviço da dívida é pesado e seu orçamento só conseguirá se equilibrar com uma maciça injeção de ajuda externa. Mais de três bilhões de dólares entram anualmente no país em termos de ajuda militar e econômica dos EUA. O restante, uma cifra equivalente, provém da venda de bônus e de doações de

corporações privadas e "beneficentes".

Há mais de cinco anos, Reagan designou um economista do mais alto nível do seu governo, Herbert Stein, como assessor especial, para salvar a economia israelense. A meta da Casa Branca era na ocasião — como ainda é — se livrar da responsabilidade de ter que jogar sempre a "bóia salva-vidas" para a economia de Israel.

Agora, Yitzhak Rabin e George Bush terão que se sentar para definir a estratégia a seguir nas negociações de paz e na recuperação econômica. Ape-

sar do seu desejo de impulsionar as reformas, a Casa Branca não pode impor novas condições à ajuda financeira, porque poderia prejudicar o andamento das negociações de paz e assim lesar, também, as expectativas de Bush de ser reeleito em novembro.

A Casa Branca, porém, tem uma importante cartada para jogar, em favor da reforma econômica, na opinião de Chamish: o prêmio seria a anulação da dívida de 25 bilhões de dólares de Israel com os EUA e o apoio para obter uma redução do saldo. ■

Inundação de armas

Pouco depois da vitória do Partido Trabalhista nas eleições, o governo de Israel pediu ao Ocidente que ponha fim à corrida armamentista no Oriente Médio. O apelo foi formulado pelo ministro das Relações Exteriores, Yossi Gal. "O principal produto ocidental exportado para a região é a inundação de armas. Se estas continuarem chegando, haverá guerra", disse Gal. O ministro enfatizou que não se referia apenas ao fluxo de armas para os países árabes, mas também para Israel.

Em 1991, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU pediram a adoção de "um amplo programa de controle de armas na região". E afirmaram que não iriam transferir armas convencionais em circunstâncias que pudessem minar a estabilidade.

Um congelamento do fornecimento de armas certamente beneficiaria Israel. Como produz uma quantidade maior de armamentos que os Estados árabes, a medida ajudaria a manter uma vantagem re-



Israel gasta em armas de 4 a 5% do seu orçamento

lativa sobre seus vizinhos. Israel enfrenta, além disso, uma crise financeira de maior proporção que os países árabes, embora, a longo prazo, seriam estes os que mais se beneficiariam com uma proibição ou limitação na transferência de armas.

Segundo cálculos da Agência de Controle de Ar-

mas e Desarmamento dos Estados Unidos, Israel importou em média um bilhão de dólares em armas a cada ano durante a década de 80. A Síria gastou quase o dobro (2,1 bilhões de dólares), Egito 1,09 bilhão e a Arábia Saudita 3,7 bilhões.

Analistas ocidentais anteciparam pressões con-

sideráveis sobre a Grã-Bretanha e França para que suspendam suas entregas de armas à Arábia Saudita, e sobre a Rússia e Theco e Eslováquia para que deixem de vender armas à Síria. Prevê-se que os esforços para estabelecer um regime de controle de armas no Oriente Médio irão começar pela tentativa de obter o apoio de Israel e dos governos árabes na nova redação da Convenção sobre Armas Químicas.

No caso de Israel, a chegada ao governo do Partido Trabalhista favorece esta perspectiva, embora possa ser mais difícil convencer Rabin a aceitar a restrição ao desenvolvimento nuclear e de mísseis, outra das metas dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança.

Os militares de Israel estariam dispostos a assinar a paz com seus vizinhos. Mas, diante da eventualidade de que o processo fracasse, desejam manter a supremacia que lhes dá o fato de possuírem, clandestinamente, armas nucleares.

(John Roberts)

Boicote, uma arma política

A decisão dos Estados árabes de impor um embargo econômico a Israel, adotada há várias décadas, pode se transformar em um elemento de negociação com o novo governo



Comércio de rua em Jerusalém: o boicote econômico tem sido pouco eficaz

A nova realidade regional desenhada pelo triunfo trabalhista nas eleições de Israel provavelmente induzirá os Estados Unidos e a Comunidade Européia a pressionar os países árabes para que acabem com o seu boicote econômico ao Estado judeu. Em compensação, se exigiria de Israel que pusesse fim, definitivamente, à colonização dos territórios ocupados de Gaza e da Cisjordânia.

A troca já havia sido proposta no ano passado por vários Estados árabes, entre eles Egito e Arábia Saudita. Agora, com a decisão do novo primeiro-ministro Yitzhak Rabin de suspender, temporariamente, a construção de novos assentamentos, estariam criadas as condições para se rediscutir o fim do boicote econômico.

Esvaziamento – Na época em que foi imposto, o objetivo do boicote era tirar proveito do poder dos contatos comerciais árabes para impedir que empresas ocidentais investissem em Israel ou lhe fornecessem tecnologia. O escritório encarregado de controlar o boicote, sediado em Damasco, capital da Síria, mantém uma lista de empresas cujos produtos estão proibidos no mundo árabe por seus laços comerciais com Israel. Mas várias exceções fizeram com que a medida punitiva perdesse muito do seu sentido.

Tradicionalmente eram os Estados do Golfo – sobretudo Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait – que davam força às sanções. Mas desde que a coalizão multinacional encabeçada pelos Estados Unidos expulsou do seu território as tropas iraquianas, o Kuwait deixou de pedir às empresas estrangeiras que cumpram o boicote.

Washington não sabe se essa tendência dos ricos Estados do Golfo é circunstancial ou mais duradoura. Outros países árabes, com as exceções da Líbia e da Síria, tampouco são muito severos no momento de exigir o cumprimento das sanções comerciais. O Marrocos e a Tunísia, por exemplo, as aplicam de forma quase aleatória.

Inclusive no Golfo, entre 1989 e 1990 o boicote foi levantado parcialmente para que uma série de consórcios norte-americanos, entre eles a Coca-Cola, pudesse ser retirada da lista negra sem deixar de operar em Israel.

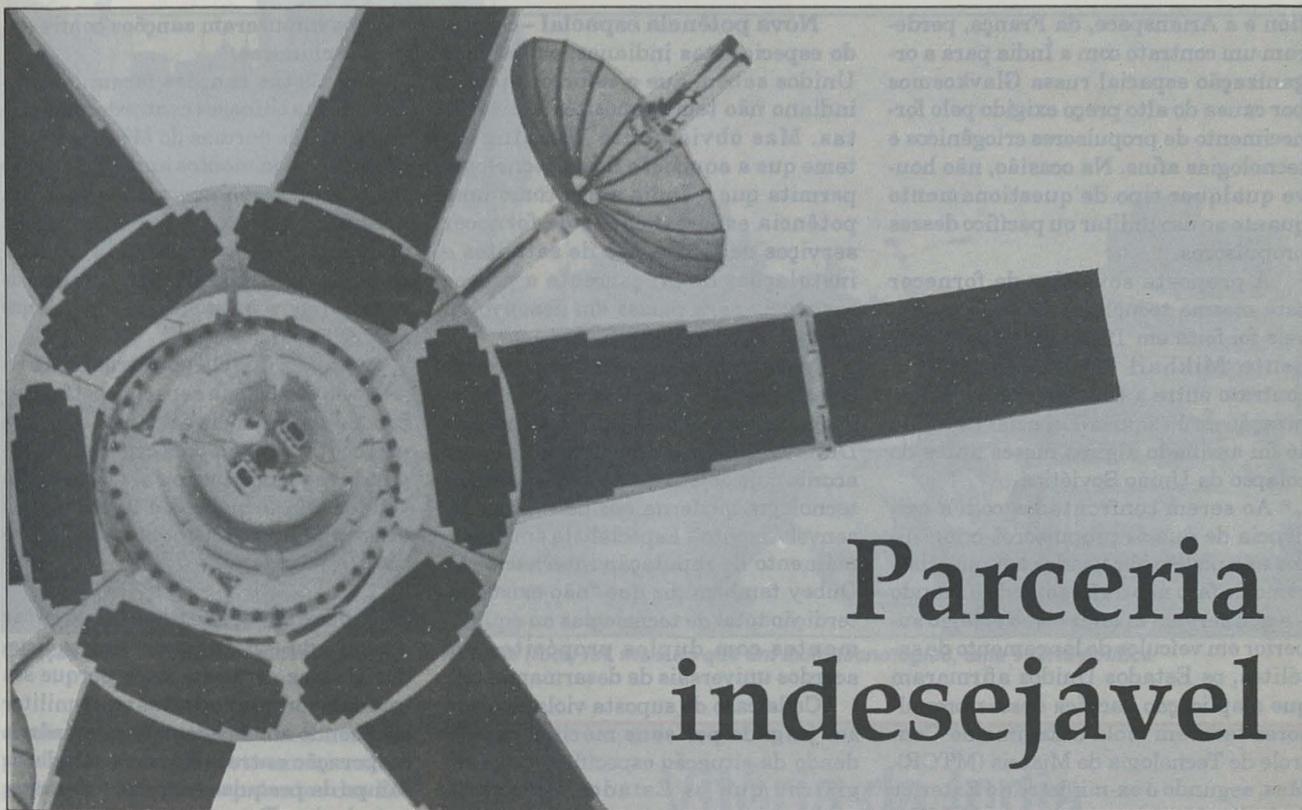
Essa medida foi tomada para enfrentar um fenômeno: na década de 80 as companhias norte-americanas haviam começado a deixar que os contratos com os Estados árabes caducassem, sem fazer esforço algum para renová-los. As empresas estavam fartas de tratar de cumprir, ao mesmo tempo, as regras do boicote e as restrições que Washington impunha ao seu comércio com os países árabes.

Não se discutia o direito dos Estados árabes de cortar seus laços comerciais com Israel, mas a Casa Branca condenava o boicote secundário que tentava influir nas empresas de terceiros países.

Cartada nas negociações de paz – A questão do boicote está na agenda do G-7 – grupo que reúne as sete nações mais industrializadas do mundo – por influência do lobby das organizações judaicas norte-americanas e também está em debate no Parlamento Europeu. Em Israel, o governo anterior havia criado um comitê de alto nível para coordenar os esforços antiboicote e recopilar informação sobre empresas internacionais que, segundo algumas informações, cumprem as restrições árabes.

Os israelenses e seus aliados nos Estados Unidos confiam que o boicote será abandonado – ou ao menos deixado sem efeito – em breve. De sua parte, várias nações árabes evidentemente consideram que o boicote é cada vez menos relevante. Mas aqui surge um paradoxo: ainda que os dias do boicote como arma econômica pareçam contados, a complexidade do processo de paz no Oriente Médio sugere que sua utilidade, como um trunfo na negociação, poderia apenas estar começando.

John Roberts



Parceria indesejável

A retomada da cooperação entre a Índia e a Rússia, principalmente no campo da tecnologia espacial, assusta os Estados Unidos, que sentem ameaçado seu complexo industrial-militar

Venugopala Rao

Uma piada maldosa circula nos meios diplomáticos: "Os norte-americanos estão colocando as manguinhas de fora... E é bom todo mundo se prevenir..."

A queixa do ex-presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev – externada em maio durante seu discurso "Fluxo do tempo", na cidade norte-americana de Fulton – se encaixa no espírito dessa piada. Segundo Gorbachev, "seria uma grande tragédia, caso certos Estados ou grupos de Estados" interpretassem o fim da Guerra Fria – iniciada com o discurso de Churchill em Fulton há 46 anos – como uma "vitória absoluta" a partir da qual pudessem "monopolizar novamente o panorama internacional".

A Rússia, principal herdeira da antiga União Soviética, vem confiando nos Estados Unidos e aliados para levar a cabo o seu enorme programa de recons-

trução econômica. Porém, reforçando a idéia de tragédia da qual falou Gorbachev, a Rússia tem sido obrigada a resistir a diversas pressões exercidas pelos Estados Unidos e seus aliados ao longo desse processo.

O mesmo ocorre com a Índia. Ao tentar encontrar um caminho através do campo minado do pós-Guerra Fria desenvolvendo uma relação de cooperação com os Estados Unidos, acabou submetida a uma série de sanções comerciais e estratégicas.

Portanto, não causará surpresa se, antes mesmo de fazerem consultas bilaterais, Índia e Rússia decidirem fazer uma pausa e avaliar por conta própria as reais intenções da administração norte-americana.

Os EUA pressionam – As pressões dos Estados Unidos sobre ambos países têm razões bastante diferentes. Mas se originam no grande esforço norte-americano para evitar o reatamento de uma

relação estreita e de cooperação mútua entre a Rússia – e outros Estados da antiga União Soviética – e a Índia.

Talvez isso se deva ao desejo obsessivo dos Estados Unidos de impedir o surgimento de um centro de poder econômico e estratégico competitivo na região capaz de ameaçar os interesses dos Estados Unidos e seus aliados.

Recentemente, ao sentir o renascimento de uma cooperação em larga escala entre a Rússia e a Índia no campo da tecnologia espacial, os Estados Unidos suspenderam a sua cooperação com as agências espaciais de ambos os países alegando que tal tecnologia tinha implicações militares. Também sugeriram que esta suspensão pode vir a se estender a outras áreas, tais como a da cooperação econômica e comercial caso ambos países não se comportem como eles esperam.

Agindo assim, os Estados Unidos parecem ignorar que a empresa norte-americana General Dynamics Corpora-

tion e a Arianspace, da França, perderam um contrato com a Índia para a organização espacial russa Glavkosmos por causa do alto preço exigido pelo fornecimento de propulsores criogênicos e tecnologias afins. Na ocasião, não houve qualquer tipo de questionamento quanto ao uso militar ou pacífico desses propulsores.

A proposta soviética de fornecer esta mesma tecnologia a preços razoáveis foi feita em 1986 pelo então presidente Mikhail Gorbachev, mas o contrato entre a Glavkosmos e a Organização de Pesquisa Espacial da Índia só foi assinado alguns meses antes do colapso da União Soviética.

Ao serem confrontados com a evidência de que os propulsores criogênicos não podem ser usados em mísseis — como de fato não o são em todo o mundo — e que servem apenas como estágio superior em veículos de lançamento de satélites, os Estados Unidos afirmaram que a aplicação pacífica desses propulsores também viola o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR). Mas, segundo o ex-ministro do Exterior da Índia, Muchkund Dubey, o MTCR é um acordo absolutamente irregular e discriminatório firmado entre as potências nucleares e alguns de seus aliados.

Nova potência espacial — Segundo especialistas indianos, os Estados Unidos sabem que o esforço espacial indiano não tem propósitos militaristas. Mas obviamente Washington teme que a aquisição desta tecnologia permita que a Índia surja como uma potência espacial capaz de fornecer serviços de fabricação de satélites e instalações de lançamento a preços razoáveis para países em desenvolvimento.

Mesmo que se admita que os propulsores criogênicos possam vir a ser usados com fins militares, a Índia, segundo Dubay, “não pode aceitar qualquer acordo cujo objetivo seja negar acesso à tecnologia moderna aos países em desenvolvimento”. Especialista em desarmamento de reputação internacional, Dubey também diz que “não existe interdição total de tecnologias ou equipamentos com duplos propósitos em acordos universais de desarmamento”.

Cada caso de suposta violação deve ser julgado por seus méritos dependendo da situação específica. Cabe registrar que os Estados Unidos se recusaram a aceitar provas de que o programa espacial indiano é inteiramente pacífico e que rejeitaram a proposta feita pela Rússia de que o acordo fosse examinado por especialistas internacionais independentes.

Antes da Índia e da Rússia, os Estados Unidos boicotaram a China que, assim como a Rússia, não é signatária do MTCR. Incapazes de impedir que a China fornecesse sistemas de mísseis ao Irã e plataformas de lançamento ao Paquistão, os Estados

Unidos impuseram sanções contra empresas chinesas.

Mas estas sanções foram levantadas após os chineses concordarem em se submeter às normas do MTCR sem que os seus fornecimentos anteriores para o Irã e Paquistão fossem afetados e sem nenhuma certeza quanto ao futuro. Os chineses, de acordo com um especialista indiano, “negociam com o mundo de uma maneira muito mais nebulosa que nós...”

O Japão, que chegou atrasado no cenário da tecnologia espacial, está ameaçando a supremacia ocidental com duas versões de propulsores criogênicos. Segundo especialistas, o Japão pretendia vender esta tecnologia à Índia, mas foi desencorajado pelas pressões dos Estados Unidos.

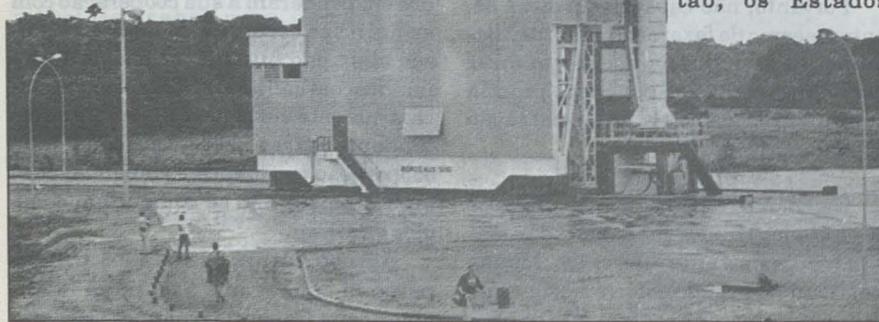
Complexo industrial-militar ameaçado — Evidentemente, os Estados Unidos estão furiosos porque seu imenso complexo industrial-militar está sendo ameaçado pela retomada da cooperação entre a Rússia e a Índia no campo da pesquisa espacial e de outras tecnologias. Em uma inversão de pólos altamente irônica, a Índia pode estar agora “defendendo a Rússia... dos norte-americanos”, segundo o correspondente do jornal russo *Izvestia* em Nova Déli.

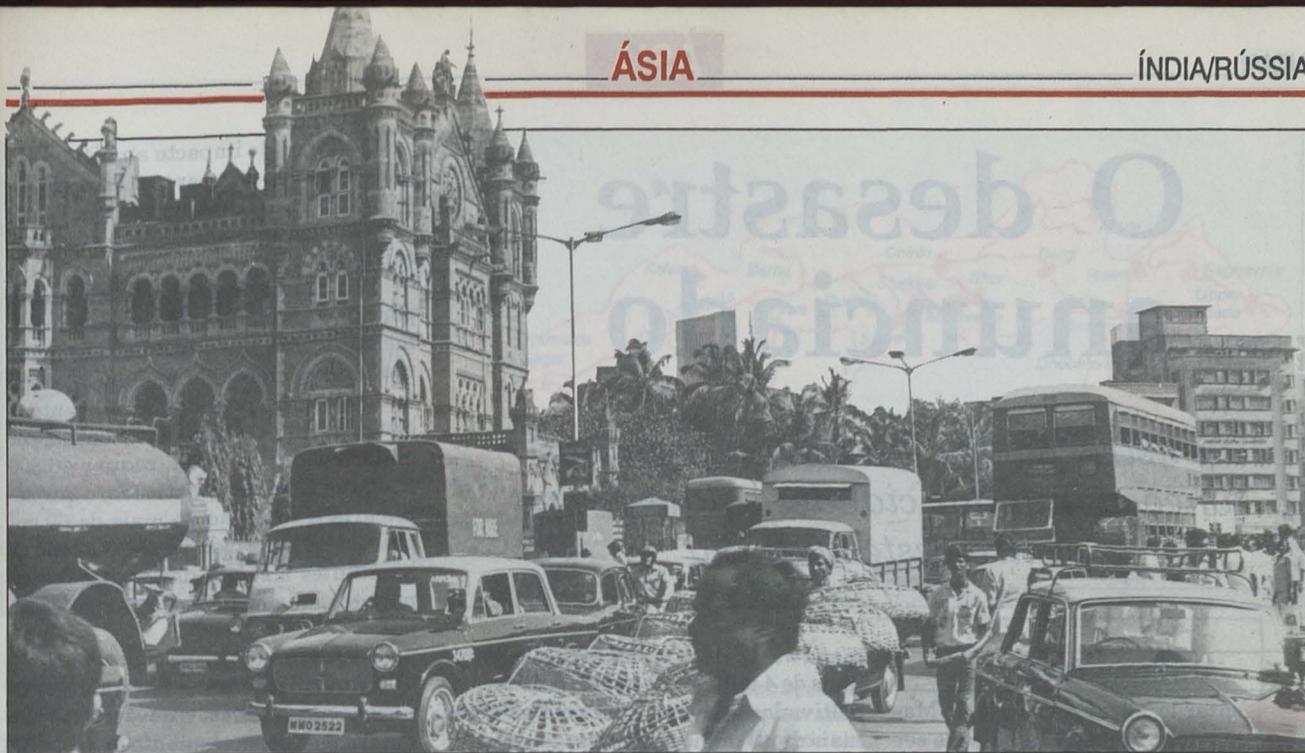
Esta ironia também se reflete no fato de que a Índia e a Rússia podem se tornar as duas maiores vítimas do agressivo protecionismo da nova Guerra Fria que, ao que tudo indica, os Estados Unidos pretendem instaurar. As ameaças de corte de ajuda econômica para a Rússia — caso não cancele seus negócios espaciais com a Índia — seguiram-se insinuações de que os Estados Unidos podem vir a negar qualquer ajuda bilateral e multilateral caso a Rússia insista em fornecer tecnologia de foguetes para a Índia e o Brasil.

Poderão estes três países trabalhar juntos e resistir à pressão norte-americana como foi sugerido pelo conselheiro de Yeltsin, Sergei Stankevich? Não é uma resposta fácil.

A Índia já está sofrendo uma pressão considerável dos Estados Unidos, que retiraram as importações farmacêuticas e químicas do seu sistema preferencial de concessões tarifárias. Também ameaçaram com outras medidas punitivas até que a Índia concorde

Base de Kourou, na Guiana Francesa: de lá foi lançado o satélite indiano Insat-2A





O lançamento do primeiro satélite produzido na Índia (foto) foi, mais do que um êxito tecnológico, uma vitória política

em abrir completamente o seu mercado para bens e serviços norte-americanos e garanta a proteção de patentes dos Estados Unidos. Há também um perigo real de outras sanções contra a Índia para obrigá-la a aceitar o discriminatório Tratado de Não-Proliferação Nuclear (NPT).

Diplomatas veteranos como Muchkund Dubey sugerem que o grande projeto norte-americano de perpetuar a sua hegemonia e a de seus aliados sobre o resto do mundo, mantendo os países do Terceiro Mundo em perpétua subserviência, "acabará se esvaziando em função de suas próprias contradições". E afirma que é um dever moral da Índia fazer valer seus interesses nacionais para mobilizar os países do Terceiro Mundo. Mas isso, admite, vai depender inteiramente do poder, resistência e força de vontade da economia indiana.

A situação da Rússia e outras ex-repúblicas soviéticas é, talvez, mais difícil. Segundo disse Gorbachev, em Fulton, "precisamos adquirir uma nova compreensão dos problemas de segurança internacional, interesses nacionais e... da sobrevivência da humanidade". O que está a ponto de emergir, na sua opinião, é "uma estrutura global mais complexa de relações internacionais" onde não haverá mais divisões entre "vitoriosos e derrotados...", o que sugere um longo caminho a ser percorrido.

Vitória da Índia

O lançamento em órbita de um satélite avançado multiuso, o Insat-2A, em julho último, colocou a Índia entre os poucos países do mundo que dispõem de tal tecnologia. Porém, mais do que um êxito científico, o fato representou uma grande vitória política contra os Estados Unidos.

Nos últimos meses, o governo norte-americano vem pressionando a Índia na área da tecnologia espacial, em represália à negativa de Nova Déli em anular um contrato de compra de motores de foguetes da Rússia.

Recentemente, Washington chegou a proibir a venda de tecnologia espacial à agência indiana, o que afetou, em parte, os planos da Índia de criar um satélite nacional.

Mas o país está procurando fornecedores alternativos e o Insat-2B, que será colocado em órbita no próximo ano, será o último com componentes produzidos nos Estados Unidos, segundo a agência espacial indiana.

Esse pano de fundo explica a satisfação não só da comunidade cien-

tífica, como do Parlamento indiano pela colocação em órbita do satélite. O Insat-2A foi lançado mediante um foguete Ariana, da Agência Espacial Européia, a partir das sua estação espacial de Kourou, na Guiana Francesa.

O Insat-2A é o primeiro de uma série de satélites de segunda geração e substituirá o Insat-1D, já obsoleto, que é o último da primeira geração de satélites multiuso.

Ao contrário de outros satélites que foram construídos para a Índia pela companhia norte-americana Ford Aeroespacial, o Insat-2A foi montado pela organização indiana de Pesquisas do Espaço com componentes desenhados no país, com exceção de algumas peças eletrônicas adquiridas nos Estados Unidos.

O Insat-2A permitirá melhorar os prognósticos meteorológicos, as telecomunicações e a capacidade das transmissões de rádio e televisão. A Índia é um dos poucos países do mundo que passou a empregar um só satélite para todas estas funções, o que permitirá reduzir os custos dos investimentos espaciais.

O desastre anunciado

Construção de uma série de represas ameaça inundar cidades e florestas no centro-oeste da Índia

Juliana Iooty

Tentar localizar o vilarejo de Manibeli no oeste da Índia pode ser uma tarefa difícil. Devido à sua pequena dimensão, os cartógrafos decidiram omiti-lo dos mapas comuns. No entanto, se os planos do governo indiano em relação a este lugarejo, que abriga algumas centenas de famílias, forem cumpridos à risca, Manibeli corre o risco de, literalmente, sumir do mapa.

Localizada na área destinada à construção da represa Sardar Sarovar, — a primeira de uma série projetada para explorar o potencial hidrelétrico e de irrigação do rio Narmada — Manibeli é apenas uma das cidades ameaçadas de submersão.

Já chamada de “o maior desastre ecológico planejado do mundo”, a represa, de 140 metros de altura, e o canal de 450 metros de extensão ligado a ela ameaçam a existência de centenas de cidades indianas, podendo causar ainda a devastação de milhares de hectares de florestas.

Com um custo total de 11,4 bilhões de dólares, o megaprojeto foi concebido em 1946 pelo governo indiano, e parcialmente patrocinado pelo Banco Mundial, para atender à crescente demanda de energia elétrica e irrigação do país. Se construída até o ano 2000, segundo está previsto, Sardar Sarovar produzirá 1.450

megawatts de eletricidade, irrigará mais de 4 milhões de hectares de terras cultivadas e levará água potável para mais de 40 milhões de pessoas no oeste do país.

Benefícios questionados — Comparados com os danos que traria ao meio ambiente e às populações de várias cidades, os benefícios da represa são questionáveis. Segundo fontes oficiais, o total de pessoas a serem deslocadas apenas nas cidades que a margeam — área chamada de “zona de submersão” — chega a 100 mil. Os estados mais afetados com o remanejamento de populações seriam os de Gujarat, Maharashtra e Mandhya Pradesh, todos no oeste indiano.

Os dados do impacto ambiental são igualmente preocupantes. Para dar espaço a Sardar Sarovar, mais de 14 mil hectares de florestas terão que ser derrubados.

Seu rastro de destruição não pára por aí. A construção de projetos diretamente ligados à represa deve provocar um deslocamento de população ainda maior do que o previsto inicialmente. O canal de 450 metros de extensão, por onde escoaria a água, requer 46.800 hectares para ser construído, o que implicaria a remoção de mais de 60 mil pessoas de suas cidades. Mas o total de habitantes a serem deslocadas com os projetos adicionais pode chegar a 140 mil.

“Reabilitação” — Para abrigar as pessoas deslocadas, o governo indiano autorizou o desmatamento de áreas florestais, numa operação chamada de “reabilitação”. O reassentamento da população de 33 cidades do estado de Maharashtra, por exemplo, resultará no desmatamento de pelo menos três mil hectares de florestas. Mas, na prática, nem essa parcela de terras seria suficiente para abrigar a população de tantas cidades.

Para enfrentar o problema, o governo deste estado pediu às autoridades federais permissão para começar a derrubada das árvores. O pedido foi prontamente recusado pelo Ministério do Meio Ambiente, que ratificou a deci-

Megaprojetos questionados

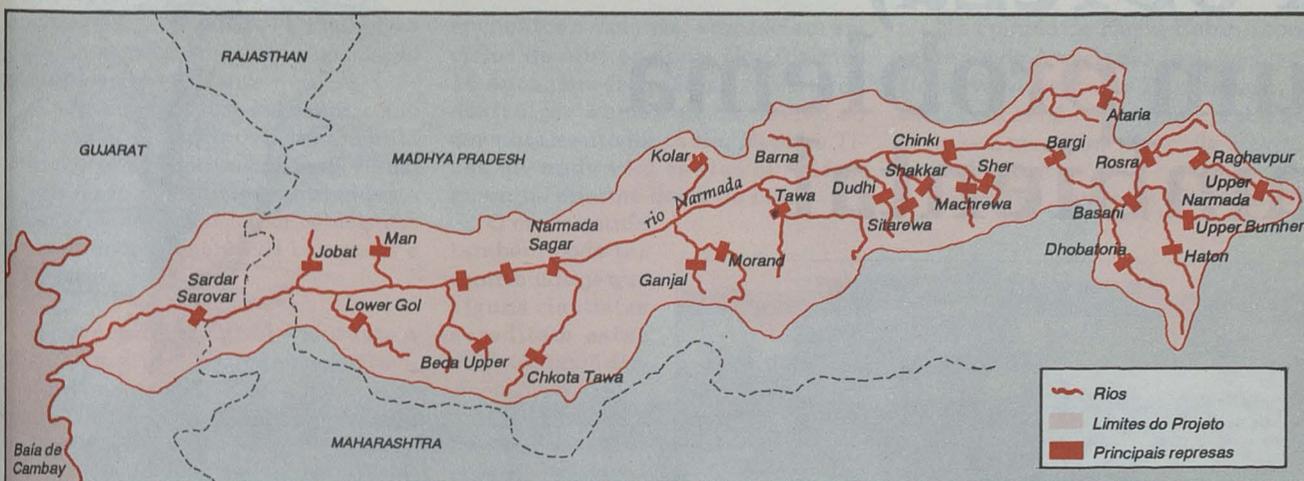
A pesar da grande polêmica em torno de Sardar Sarovar, esta não é a única represa a ser construída na Índia com altos custos ambientais e humanos. No estado de Kerala, no sul do país, um outro projeto gigantesco, a represa de Pooyamkutty, no rio de mesmo nome, ameaça, do alto dos seus quase 150 metros, a existência de várias cidades e vilarejos vizinhos.

Prometendo gerar 700 megawatts de eletricidade para os estados do sul, e com um custo total estimado em torno de 10 bilhões de rúpias (539 milhões de dólares), Pooyamkutty é a primeira de uma série de seis represas: Mankulan, Kudal, Upper Idamalayar, Manali e Anamala.

O relatório de impacto ambiental divulgado pelo governo indiano em fins de 1983 continha informações falsas. Segundo o documento, as áreas ameaçadas de submersão por Pooyamkutty “não abrigavam muitos animais selvagens ou espécies raras ameaçadas de extinção”.

Estas afirmações foram desmentidas por um estudo do Grupo de Pesquisas Florestais do Estado de Kerala, que afirmou que os prejuízos ao meio ambiente deste estado chegariam a 30 bilhões de rúpias (1,6 milhão de dólares).

Ainda segundo o relatório, os danos incluíam o deslocamento de populações de diversas etnias.



são tomada em 1987, quando restringiu o desmatamento apenas às áreas utilizadas para a construção da represa, proibindo a derrubada de árvores para fins de reassentamento populacional.

Como resposta, o Banco Mundial — que se comprometeu a garantir o direito ao reassentamento — ameaçou cortar a ajuda financeira ao país caso a autorização fosse negada, mas o governo manteve-se inflexível.

De acordo com algumas estimativas, mais de 100 mil pessoas seriam retiradas apenas das “zonas da submersão”, como são chamadas as áreas vizinhas à represa. Isto significa que cerca de 300 mil hectares de florestas teriam que ser desmatados para abrigar esta população. No estado de Kevadia, por exemplo, onde seriam construídos os bairros para funcionários, a população de seis cidades foi forçada a deixar suas casas.

O mais grave, no entanto, é que o plano de reabilitação do governo só irá contemplar a população das chamadas zonas de submersão. Isso significa que as quase 200 mil pessoas ameaçadas pelos projetos adicionais ficariam sem área para reassentamento.

Resistência — Apesar de conhecer o destino de suas cidades, muitos moradores se recusam a abandonar suas casas. Agrupados em associações populares, eles organizam marchas, vigílias e até greves de fome coletivas para protestar contra a decisão do governo de levar a construção adiante. O militante indiano Minar Pimple, diretor da organização ambientalista Youth for Unity and Voluntary Action (YUVA), ligada ao movimento “Salve o

Narmada”, afirma que as comunidades tribais e os pobres da zona rural são sempre os mais sacrificados. “O modelo de desenvolvimento indiano deve ser questionado. É um modelo antipopular, que beneficia apenas aquela que chamam de nação”, pondera.

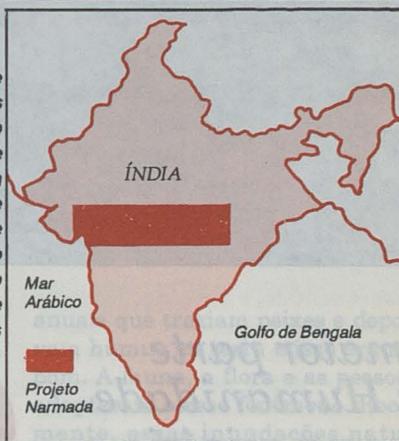
Pimple acredita que o governo insistirá na construção, apesar dos protestos. “O Estado já gastou muito com contratos e empreiteiras. É um projeto muito grande e acredito que eles não desistirão do seu objetivo de construí-lo”.

Em 1989, na cidade de Harsud, estado de Mandhya Pradesh, uma marcha reuniu mais de 60 mil pessoas entre trabalhadores sem terra, membros de comunidades tribais, ambientalistas e artistas indianos. Eles fizeram um protesto contra a represa, numa demonstração de força que transformou a cidade em um símbolo da luta ambientalista. “As pessoas decidiram não abandonar suas casas. É a maneira que elas encontraram de dizer não à represa”, diz Pimple.

A oposição a Sardar Sarovar dentro e fora da Índia terminou forçando as autoridades indianas a reavaliarem o impacto ambiental e social do projeto.

Revisão — Diante da pressão dos grupos ambientalista e dos enormes custos da represa, que até 1991 tinha

A construção de várias represas ao longo do rio Narmada pode provocar um grave desastre ecológico e obrigar o deslocamento de milhares de pessoas



consumido mais de 10 bilhões de rúpias (cerca de 500 milhões de dólares) do erário indiano, além de 450 milhões de dólares de um empréstimo tomado em 1985, o Banco Mundial resolveu rever sua posição.

Na primeira iniciativa deste gênero, o Banco divulgou recentemente um relatório de cerca de 400 páginas, onde, entre outras coisas, acusa o governo indiano de “práticas ambientais condenáveis”. Numa aparente demonstração de autocrítica, o relatório censura o próprio banco por ter aprovado a construção da represa, apesar de “avisos internos sobre os danos que o projeto acarretaria ao meio ambiente”.

A revisão de postura prometida pelo banco em seu recém-divulgado relatório pode representar um avanço em direção a uma avaliação precisa do impacto ambiental de Sardar Sarovar.

Enquanto isso, a população afetada pelo projeto continua resistindo à construção da represa, à espera de uma saída que não ameace sua existência e não risque suas cidades do mapa. ■

Pobreza, um problema ambiental



A maior parte da Humanidade vive na miséria e, na luta pela sobrevivência, usa de forma inadequada os recursos naturais

Fernanda Lamego

O Banco Mundial define como pobreza absoluta uma renda anual entre 275 e 370 dólares *per capita*, ou seja, os miseráveis são quantificados por essa instituição como pessoas que ganham menos de um dólar por dia. Desde 1975 a proporção destas pessoas na população mundial (23%) permanece a mesma. Segundo o relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud) de 1991, eles são 500 milhões na Ásia, 360 milhões na África e 340 milhões na América Latina.

Obviamente, esse imenso contingente ficou à margem do consumo e dos benefícios do crescimento econômico. Agora, a novidade é que lhes chega, de repente, uma conta ambiental arrasadora para cobrir um desenvolvimento irresponsável do qual nunca se beneficiaram.

Ano passado, enquanto um quinto da população mundial vivia em condições de absoluta pobreza, um quarto gozava de estilos de vida que exigiram o consumo de 80% dos recursos naturais explorados no ano¹.

Além de consumir a maior parte dos recursos, os ricos do Norte e do Sul ainda deixam para os miseráveis os luga-

res mais degradados do planeta. Dados de 1992 da Universidade de Sussex (Brighton, Inglaterra) indicam que 60% dos pobres do mundo vivem em áreas ecologicamente vulneráveis: terras áridas ou pouco produtivas, topos de montanhas, montanhas, mangues, pântanos e, nos centros urbanos, morros e lugares inadequados para a construção de moradias.

No meio rural os pobres dependem diretamente da natureza para sobreviver. São pessoas que vivem da agricultura, criação de animais, caça, coleta, pesca e extrativismo. Muitas delas tinham formas tradicionais de conservar o solo e água, mas esse manejo sustentado foi desestruturado pelos modelos de desenvolvimento impostos por elites locais em nome do "progresso".

Expulsos de suas terras para dar lugar aos grandes projetos de "desenvolvimento" e produção em larga escala, os camponeses são forçados a migrar para áreas que nem sempre comportam as atividades produtivas que eles desenvolvem. Por isso mesmo, eles são as primeiras vítimas da sua própria ação: secas, enchentes e baixa produtividade, que aumentam a sua pobreza.

Tudo isso é agravado pelos baixos preços dos produtos primários, pelas

guerras (como na África) e mudanças climáticas provocadas pela degradação global do meio ambiente.

Também nos centros urbanos, como no Brasil e no México, os pobres moram nos lugares ecologicamente mais vulneráveis e são os principais atingidos — quando não os únicos — por catástrofes como desmoronamento de barrancos e enchentes.

Comércio desigual — Durante a Rio-92, um grupo de Organizações Não-Governamentais (ONGs), a maioria de países do Terceiro Mundo, organizou um evento paralelo, o Fórum Global sobre Pobreza e Meio Ambiente (GFEP), coordenado pelo Centro de Estudos Avançados de Bangladesh.

Diretor deste instituto e consultor das Universidades de Oxford e Aberdeen, o professor Atiq Rahman e sua equipe vêm estudando há dois anos a relação pobreza/degradação ambiental. “Metade dos pobres do mundo mora em áreas ecologicamente degradadas. Isso acontece tanto nos Estados Unidos, quanto nas Filipinas ou na Etiópia.”

Em Bangladesh, a situação é particularmente dramática. Situado na Ásia, o país tem uma economia primária e em nada contribui para a poluição global. Sua população, cuja renda *per capita* é de 160 dólares anuais² — cerca de 15 vezes inferior à do Brasil³ —, tem pago um preço exorbitante pela devastação gerada fora de suas fronteiras.

Antes, catástrofes naturais, como

enchentes e ciclones, aconteciam em ciclos de muitos anos. Nos últimos 15 anos, sua frequência e poder de destruição aumentaram devido ao desmatamento na Índia, Nepal e Tibet (de onde vêm os rios que deságuam no enorme delta do país).

O efeito estufa também pode ter contribuído, já que alguns cientistas acreditam estar aumentando o derretimento das geleiras do Himalaia. Esse fenômeno provocaria alterações na pressão atmosférica, influenciando na formação de ciclones e furacões.

Como exemplo, lembram que em abril de 1991 um ciclone matou em poucas horas 130 mil pessoas em Bangladesh, deixando outras 4 milhões desabrigadas⁴.

No caso das inundações, elas aconteciam de 20 em 20 anos no país. A partir da década de 80 seu ciclo passou a ser de dois a três anos⁵. Em agosto de 1984, uma enchente provocou a morte de 1.600.000 bengaleses e 35 milhões perderam suas casas e tudo que tinham. O país passou por um terrível período de epidemias e fome⁶.

Na opinião de Kushi Kabir, representante da Associação de Agências de Desenvolvimento de Bangladesh, as cheias em si não seriam um problema, se fossem mantidas dentro de determinados limites:

“Sempre tivemos inundações



Bangladesh: hoje, as inundações ocorrem a cada dois anos

anuais que traziam peixes e depositavam húmus na terra e isso era muito bom. A fauna, a flora e as pessoas se adaptaram a esse fenômeno. Recentemente, essas inundações naturais transformaram-se em enchentes que arrasam com as plantações e levam o húmus longe das terras agrícolas. As pessoas tiveram que passar a usar fertilizantes químicos e isso tem matado os peixes.”

Segundo Kushi, seu país é muito dependente de financiamentos do exterior, que vêm atrelados a imposições na área econômica, sempre no sentido de manter o modelo de desenvolvimento gerador de injustiças sociais.

O custo da preservação — Um dos temas mais discutidos pelas ONGs do Terceiro Mundo tem sido quem deve pagar o preço da preservação ambiental. Nesse sentido, o caso do Quênia é um bom exemplo. Lá, o governo deixa de dedicar enormes áreas a atividades econômicas, para preservá-las como parques nacionais. O turismo deveria ser uma forma de compensação, mas a maior parte dos lucros fica nos países de origem dos visitantes, que pagam antecipadamente às agências de turismo no exterior.

Princípios para um novo tempo

O Fórum Global sobre Pobreza e Meio Ambiente apresentou uma declaração cujos pontos principais são os seguintes:

* É impossível haver desenvolvimento sustentável sem erradicação da pobreza.

* A negociação de uma Convenção Global sobre Pobreza deve ser iniciada imediatamente. As duas convenções da Conferência das Nações Unidas

sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente que tratam da Biodiversidade e Mudanças Climáticas não se referem ao problema central da maioria da população mundial, que é a pobreza.

* A paz resultante da era pós-Guerra Fria deve ser avaliada e redirecionada para a erradicação da pobreza mundial.

* Os ricos devem pagar pelos custos ecológicos totais de seu consumo.

"Parece fácil exigirmos preços mais altos às empresas estrangeiras de turismo. Mas elas responderão: 'Está bem. A África é grande e podemos transferir nossos negócios para outro país'. Este é o x do problema", afirma Achoka Awori, representante de 200 ONGs do Quênia relacionadas a meio ambiente e desenvolvimento.

Na sua opinião, o maior problema enfrentado pelos países africanos é a redução da receita proveniente da exportação de matérias-primas, base da economia do continente. "Os mecanismos internacionais de comércio desvalorizam os nossos produtos. Hoje, somos forçados a usar mais terras e de forma intensa para receber a mesma quantidade de divisas que antes. Isso leva à exaustão do solo, à erosão, ao abuso de fertilizantes químicos e à poluição dos rios com agrotóxicos."

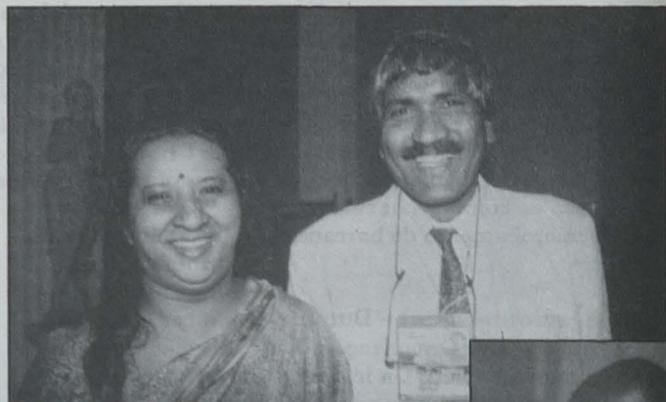
Achoka acredita que enquanto não existirem preços justos para as matérias-primas, os africanos vão ser obrigados a degradar o meio ambiente para sobreviver.

Nesse sentido, o queniano lembra o caso dos países exportadores de petróleo: "Quando eles resolveram usar o petróleo como arma política, o mundo inteiro ajoelhou-se a seus pés implorando pelo produto. Até então, ninguém dava ouvidos às suas reivindicações.

Talvez devêssemos fazer o mesmo: imagine se o Brasil, Quênia ou Colômbia e todos os outros exportadores de café dissessem: 'Nenhum café mais para o mundo. Aumentem o preço!' Os países do Norte adoram consumir café e poderiam resistir seis meses, um ano, mas acabariam cedendo."

Uma experiência pioneira - Anil Agarwal, do Centro para Ciência e Tecnologia da Índia, relata uma experiência desenvolvida com sucesso em seu país, para lidar a curtíssimo prazo com os piores problemas da pobreza. O governo oferece aos miseráveis empregos relacionados à recuperação ambiental, resolvendo assim dois problemas ao mesmo tempo: o alastramento da fome e a diminuição da degradação que provoca tragédias como as secas. Esse programa, em sua opinião, poderia ser aplicado em outras partes do mundo.

Mas o que Anil considera fundamental é um mecanismo internacional



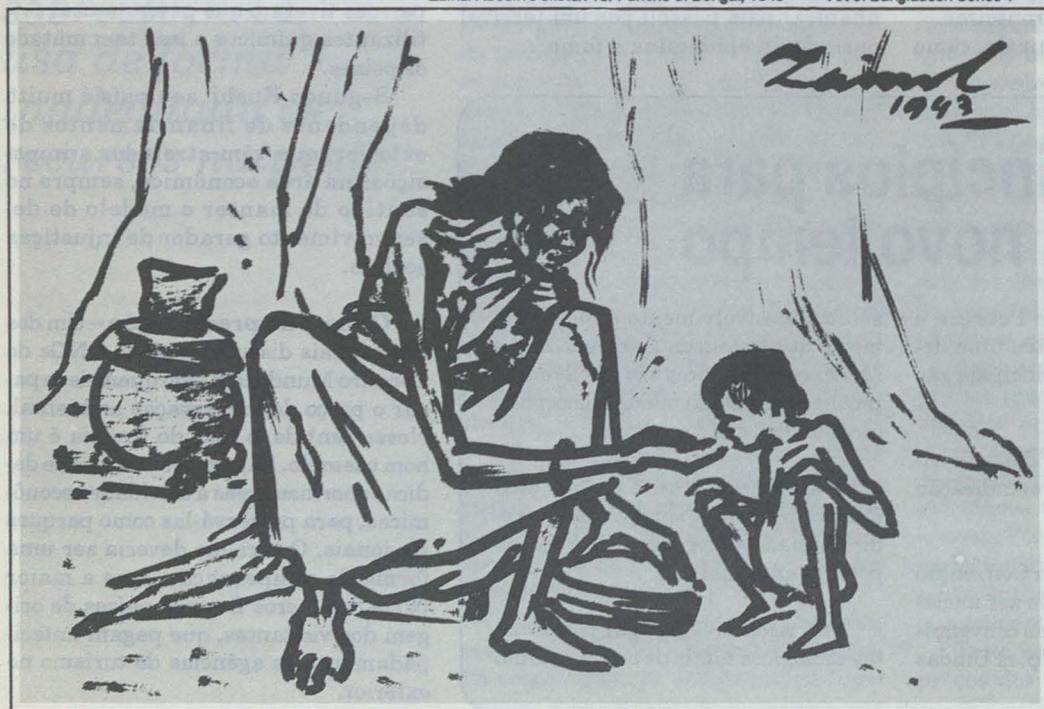
Kushi Kabir, Atiq Rahman, (acima) e Achoka Awori (ao lado): membros de ONGs que tentam enfrentar o problema da pobreza em seus países



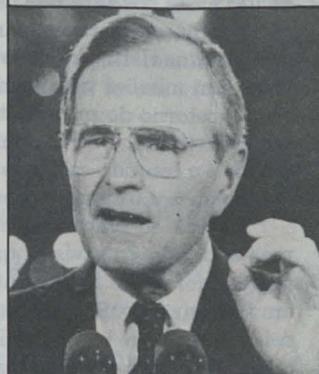
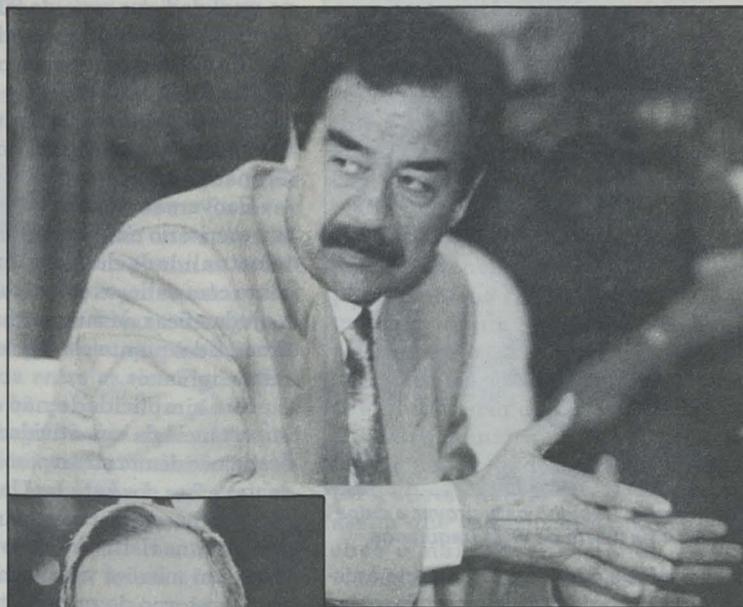
automático do pagamento dos danos ambientais causados pelos países poluidores: "A maior parte da pobreza do mundo situa-se em áreas ecologicamente degradadas, muitas delas por causa dos efeitos da poluição do Norte. Não é uma questão de ajuda ou caridade e sim um dever moral dos ricos pagarem pelo que fizeram."

Para ele, o grande problema que se percebe é a falta de união política dos governos do Terceiro Mundo na luta pela solução dos problemas comuns. Atiq Rahman observa que quando o Norte pressiona o Sul sobre algum tema, os países pobres se dividem, não assumindo uma posição em bloco. "Infelizmente nossos governos são facilmente seduzidos por financiamentos, seja de onde for."

Zainul Abedin's sketch 15. Famine of Bengal, 1943 "Art of Bangladesh Series 1"



- 1 Fonte: Pnud (1991)
- 2 Fonte: Almanaque Abril 1990 (dados de 1986)
- 3 Fonte: Almanaque Abril 1990: US\$ 2.437 (est. 1988)
- 4 Fonte: "Time to waste: poverty and global environment" (1992)
- 5 Fonte: Relatório da Coalizão de ONGs de Bangladesh (1992)
- 6 Almanaque Abril (1990)



Apesar dos desmentidos públicos, o presidente George Bush não desistiu de uma nova investida contra Saddam Hussein, com fins mais eleitoreiros do que de política externa. A ameaça de uma nova guerra no Golfo atemoriza a opinião pública

Os crimes de Bush

Considerado culpado nas 19 acusações que haviam sido formuladas por juristas de várias países, entre elas pela morte de 250 mil pessoas na guerra do Golfo, o governo republicano volta a pensar em usar conflitos externos para solucionar seus problemas internos

Beatriz Bissio



A discussão sobre a possibilidade de uma nova ação militar dos Estados Unidos contra o Iraque "para forçar o cumprimento das resoluções das Nações Unidas" passou a

ocupar as primeiras páginas dos jornais e a exigir sessões prolongadas de estudo em diferentes círculos políticos e militares.

A tensão entre Bagdá e Washington aumenta na medida em que o regime de Saddam Hussein dá mostras de estar reconstruindo rapidamente a infra-estrutura do país – e também seu poderio

militar, segundo denúncias dos serviços de informação norte-americanos – e na mesma proporção em que baixam os índices de popularidade do candidato à reeleição George Bush.

Mas os assessores da Casa Branca não escondem seu temor de que um eventual ataque ao Iraque possa ter consequências



Clark: árduo trabalho para provar a culpa dos EUA na morte de civis iraquianos

imprevisíveis para o governo norte-americano, sobretudo se a ofensiva não conseguir a deposição do líder iraquiano.

Tal como aconteceu em 1991, as Forças Armadas dos Estados Unidos não vêem com simpatia a eventualidade de um novo ataque. O Departamento de Defesa adverte – em um documento que vazou para a imprensa – que “não há motivações políticas para adotar uma ação militar” e tanto o secretário de Defesa, Dick Cheney, como o chefe do estado-maior conjunto, Collin Powell, duvidam da conveniência de uma nova intervenção armada.

O fato de que uma guerra no Golfo ameaça, mais uma vez, a precária paz mundial torna oportuna uma avaliação mais profunda da primeira intervenção norte-americana no Kuwait e no Iraque. O que para muitos foi uma operação das “forças aliadas” em defesa da integridade territorial de um país membro das Nações Unidas, para outros foi uma guerra criminosa promovida pelos Estados Unidos.

Entre os que defendem esta segunda tese está Ramsey Clark, um jurista norte-americano de intensa atuação internacional em defesa dos direitos humanos e dos direitos de povos oprimidos. Clark foi procurador-geral de Justiça do seu país e atualmente está à frente de um grupo de advogados especializados na defesa de causas nas quais estão em jogo as liberdades individuais e civis. Isso sem mencionar sua militância em favor do desarmamento,

ao qual dedicou mais de 20 anos, e em favor da democratização da África do Sul, da autodeterminação palestina, do direito de Cuba a escolher seu modelo político-ideológico, da denúncia da invasão norte-americana do Panamá e Granada, etc.

Conversamos com Ramsey Clark no seu escritório no Village, o bairro da intelectualidade de Nova Iorque, onde conta com valiosos colaboradores e com a ajuda eficaz de sua mulher, tão comprometida quanto ele na defesa dos direitos humanos.

Sua simplicidade não denuncia a importância da sua atividade e sua modestia não demonstra o peso da sua fama dentro e fora dos Estados Unidos. Muitos são os temas que o preocupam, entre eles a situação no Haiti, país que visitou várias vezes, em missões vinculadas à negociação do retorno do presidente Jean-Bertrand Aristide, e o Panamá. Mas sem dúvida é o Iraque o caso que mais tempo lhe tomou nos últimos meses.

“Estive no Iraque diversas vezes, mas sem dúvida a visita que mais me marcou foi a que fiz durante a guerra, em fevereiro de 1991, no começo da terceira semana de bombardeios. Percorri o país e no meu regresso fiz chegar um informe a Pérez de Cuellar (então secretário-geral da ONU), ao presidente Bush e à missão iraquiana nas Nações Unidas, onde relatei os crimes de guerra que testemunhei. Entre eles, o massacre de civis nas estradas, onde centenas de veículos – automóveis particulares, táxis, ônibus, carros de transporte escolar – foram bombardeados.”

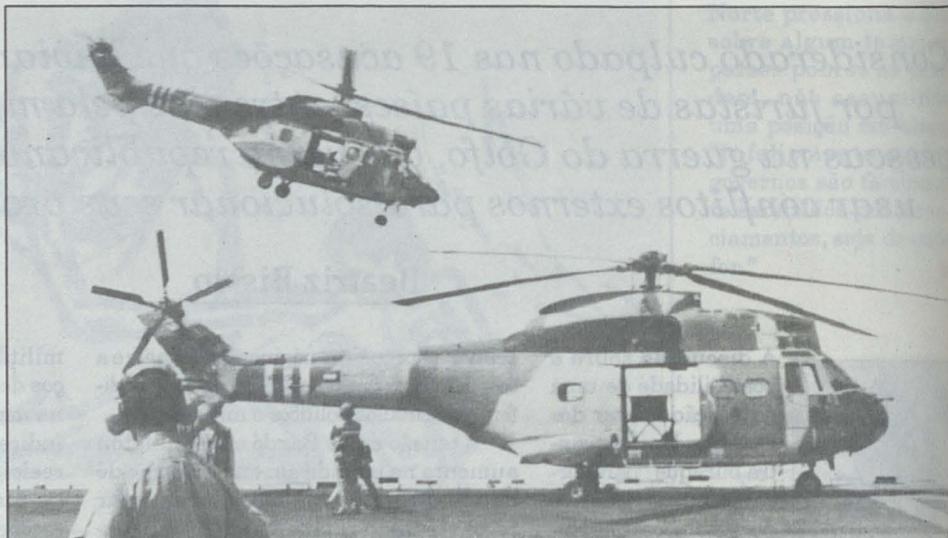
Como consequência desta viagem, Clark organizou uma Comissão de Investigação (Comission of Inquiry) sobre as responsabilidades do governo norte-americano na guerra do Golfo, que realizou mais de 30 sessões formais nos Estados Unidos e mais de 20 reuniões em países diferentes.



Culpado nas 19 acusações – Em fevereiro deste ano o Tribunal se reuniu em Nova Iorque para avaliar a documentação reunida nos Estados Unidos e no

exterior. As investigações permitiram definir 19 acusações contra o governo norte-americano. Elas incluíam acusações de “crimes contra a paz”, fundamentadas em evidências recolhidas de que a Casa Branca teria planejado a guerra antes de 2 de agosto de 1990 – data da invasão do Iraque no Kuwait –, estabelecendo bases militares permanentes na região, e chegavam a acusações muito mais graves, como “crimes de guerra”, pela morte de 250 mil civis.

“Ao iniciar as investigações, atuamos como cidadãos. Todos os norte-americanos têm que se sentir responsáveis pelos atos do nosso governo”, afirma o jurista. De certa forma, antes inclusive de ter presenciado os bombardeios em Bagdá, Clark presumia que as ações do governo norte-americano eram muito mais mortíferas do que as de qualquer outro protagonista do conflito. Tinha em mente, segundo seu testemunho, o caso da invasão do Panamá.



“Na Guerra do Golfo, não houve combate. Não perdemos aviões ou tanques em ação”

"Tínhamos realizado uma investigação sobre o Panamá na qual constatamos que ao invadir este país o governo dos Estados Unidos havia violado numerosas leis internacionais: o Tratado do Rio de Janeiro¹, a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e os Tratados Torrijos-Carter sobre o Canal do Panamá. Tínhamos pisoteado mais leis do que as que Saddam Hussein pode ter violado ao invadir o Kuwait", afirma Clark.

Mas ele partia de outra certeza: "Também estávamos convencidos de que havíamos matado mais panamenhos do que os kuaitianos mortos pelo Iraque. Organizações de direitos humanos como a Anistia Internacional e Middle East Watchmen tinham calculado em 300 o número de kuaitianos mortos durante a invasão. Enquanto que no Panamá houve pelo menos duas mil vítimas fatais."

Clark compara o que chama de "o assalto" sobre o Iraque das forças norte-americanas, com a capacidade destrutiva revelada pelo regime de Saddam Hussein com seus mísseis Scud e mostra que a diferença de escala está demonstrada no fato de que só duas pessoas morreram nos ataques a Israel.

"É trágica a morte de duas pessoas inocentes, mas não pode ser comparada com os 150 mil civis que foram assassinados direta ou indiretamente pelos bombardeios sobre o Iraque, mais os outros milhares que morreram em explosões, mais as centenas de milhares que foram vítimas da fome ou de doenças causadas por fontes de água contaminadas."

Na opinião de Clark há ainda um outro agravante: a imposição de sanções ao Iraque, como o bloqueio decretado pelas Nações Unidas. "A infra-estrutura do país foi destruída pelas bombas. Sem essa destruição maciça, hoje seriam outras as condições do Iraque para resistir ao bloqueio. Nessas circunstâncias, uma arma como o embargo não pode ser aplicada sem antes avaliar suas consequências."

Sua avaliação coincide com a de numerosas instituições humanitárias que visitaram o Iraque nos últimos meses. A vida da população civil está afetada seriamente porque, além da falta de infra-estrutura sanitária, hospitalar, de comunicações e agrícola, se soma o efeito das sanções. As mães não têm leite por falta de uma alimentação adequada e tampouco é possível adquirir alimentos substitutivos, como o leite em pó especial para bebês. "Se não tivéssemos destruído a viabilidade econômica do país, incluindo a agri-

cultura, os iraquianos estariam hoje em condições de normalizar sua vida."



O berço da civilização agrícola em crise – Uma das observações que mais comoveu Ramsey Clark nas suas viagens foram os estragos provocados pelas

agressões norte-americanas na agricultura. A Mesopotâmia, que é a faixa de terra situada entre os rios Tigre e Eufrates, foi o berço da civilização humana. É uma região baixa e plana, que ao longo dos séculos sempre alimentou milhões de pessoas. Mais da metade dessas terras estava irrigada, mas as represas e as hidrelétricas, mesmo as de maior dimensão, foram afetadas.

"O que fizemos com o Iraque foi manter todo o país como refém, exatamente como fazem os sequestradores de avião. Com a diferença que, neste sequestro, os reféns são todos os habitantes do país"

"Os bombardeios norte-americanos acabaram com o sistema de irrigação das terras agrícolas, com 40% do gado bovino, 90% da produção de frangos, 60% dos rebanhos de ovelhas, que se não sucumbiram às bombas, morreram de fome ou de sede. Até os locais onde se criavam peixes foram afetados, acabando com a última esperança de alimentação para o povo."

Com este quadro é fácil entender que a população civil iraquiana consoma neste momento um terço das calorias diárias que ingeria antes da guerra, segundo estimativas de organismos especializados da ONU, como a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Os bebês e

as crianças até cinco anos são os mais afetados, assim como os pacientes que necessitam de tratamentos especiais, como hemodiálise, ou o uso permanente de certos medicamentos, como a insulina, indicada para diabéticos.

Clark considera que o governo dos Estados Unidos não encontrou grandes resistências na opinião pública para atuar no Iraque porque o regime de Saddam Hussein havia sido previamente "satanizado" nos meios de comunicação. "Na guerra, é sempre necessário denegrir o inimigo. De outra maneira não se poderia inculcar nos soldados o desejo de matar", afirma Clark. E explica que foi assim que se fez com os índios apaches e mais recentemente com os vietnamitas. Toda a nação tem que odiar os inimigos para ansiar com força a sua morte.

"Por isso tínhamos que satanizar os iraquianos. O que fizemos com o Iraque foi manter todo o país como refém. É o mesmo que fazem os sequestradores de aviões, que dominam o piloto e ameaçam ir matando os passageiros um a um se suas condições não forem aceitas. Exatamente isso é o que as Nações Unidas estão fazendo com o Iraque, ao impor-lhe suas condições. Com a diferença que neste sequestro os reféns são todos os habitantes do país."

Mas, na opinião de Clark, a ONU atua assim por pressão dos Estados Unidos, atitude que ele qualifica de "comportamento criminoso" da Casa Branca. Daí que uma das suas 19 acusações contra o governo norte-americano tenha sido a de pressionar as Nações Unidas – "que foi criada para terminar as guerras, não para iniciá-las" – através de atividades ilícitas, a converter-se num instrumento de atos criminosos.



A votação no Conselho de Segurança – Quais foram os meios usados para persuadir a ONU? Ramsey Clark dá um exemplo: "Todos lembram que a República Popular da China estava ilhada desde a repressão na Praça da Paz Celestial. Precisava da respeitabilidade internacional. Nenhum dirigente mundial havia recebido uma alta autoridade

de chinesa desde aquele episódio. E aí Bush, em um encontro público e televisado, se reúne com o chanceler chinês no dia seguinte da votação no Conselho de Segurança da ONU que selou o destino do Iraque. A China não votou a favor da guerra, se absteve, mas para efeitos práticos, foi o mesmo. E o prêmio foi ser aceita novamente na comunidade internacional.”

A China – que, ao abster-se, abdicou do uso do poder de veto que possui no Conselho de Segurança – recebeu pouco



A suposta “guerra cirúrgica” dos EUA arrasou bairros residenciais

depois um crédito de mais de um bilhão de dólares do Banco Mundial, “crédito esse que os Estados Unidos vinham bloqueando”.

Não foi diferente, segundo Clark, o comportamento da União Soviética. “No meio da sua grave crise, a URSS – velha aliada do Iraque – abandonou suas posições anteriores e aceitou sete bilhões de dólares em créditos novos. Em compensação, quando o embaixador na ONU do pequeno Iêmen teve coragem de levantar-se para votar *não* à agressão, de forma bem explícita, o representante norte-americano disse: ‘Será o voto mais caro de que já se teve notícia.’”

De fato, prossegue o jurista, pouco depois a ajuda externa ao Iêmen foi cancelada e a Arábia Saudita expulsou quase um milhão de iemenitas que trabalhavam no país. Entre eles, 300 pacientes internados em hospitais, que foram retirados das camas e levados para as fronteiras. “Com esse tipo de ação, de coação e corrupção, foi que os Estados Unidos conseguiram na ONU o aval que precisavam para levar adiante a agressão ao Iraque.”

Para o ex-procurador geral dos Estados Unidos, além da gravidade dos fatos em si, a atitude da ONU na guerra do Golfo é ainda mais condenável quando comparada com suas omissões frente a casos tão ou mais graves que a ocupação do Kuwait pelo Iraque, como a ocupação de Timor Leste pela Indonésia e a própria invasão dos Estados Unidos em Granada e no Panamá. “E os desafios permanentes lançados por Israel, ao ignorar as resoluções da ONU em relação ao Líbano e aos territórios ocupados?”, pergunta.

Outro agravante que Clark assinala é que a guerra foi impulsionada pelo afã de dominação geopolítica de toda a zona do Golfo devido à sua enorme riqueza em petróleo. Isso significa, na sua opinião, que os Estados Unidos pensam em continuar utilizando o

petróleo como motor do seu desenvolvimento, apesar do que se denunciou sobre as consequências no campo da degradação ambiental.

Por outra parte, o jurista norte-americano opina que o controle do petróleo do Golfo por parte dos Estados Unidos gerará tensões com o Japão e a Alemanha, que também dependem do petróleo desta região.



O governo é culpado – Todas essas informações fizeram com que o governo norte-americano fosse considerado culpado das 19 acusações formuladas contra

ele. “Foi realmente extraordinário. Inclusive nós, que tínhamos vivido com tanta intensidade o processo do julgamento, não tínhamos previsto que o resultado pudesse ser este.”

E prossegue: “A responsabilidade na morte de civis era inquestionável. Mas também houve consenso em relação à morte de soldados. O simples fato

de vestir um uniforme não autoriza ninguém a matar um ser humano. E no julgamento foi provado que milhares e milhares de soldados iraquianos indefesos foram assassinados com armas ilegais, como explosivos que se incendiavam no ar, superbombas e armas semelhantes. Combate, mesmo, não houve. Os Estados Unidos perderam 38 aviões, menos do que o que perde nos jogos de guerra, nos treinamentos. Não só não perdemos aviões como também nenhum só tanque foi destruído em ação.”

“No Iraque foi mostrado que, com o auxílio da tecnologia, pode se estar fora de um país e esmagá-lo, quebrar-lhe os braços, as pernas e, finalmente, a espinha dorsal.”



O poder do povo – Contra o poder militar, só o poder da lei, da justiça e da mobilização popular. Daí o empenho de Ramsey Clark no julgamento contra o

governo norte-americano. Uma das acusações foi, justamente, que o presidente Bush havia violado a Constituição dos Estados Unidos ao usurpar poderes do Congresso.

“Bush mentiu para o Poder Legislativo, afirmou que seus propósitos eram puramente defensivos. Nenhum ditador na história esteve sob menos controle que ele. Ao enviar por sua própria conta centenas de milhares de soldados ao Golfo – tal como antes havia feito em Granada e Panamá –, Bush mostrou que é um presidente realmente imperial.”

Passado o julgamento, e avançada a campanha eleitoral, Clark considera necessário manter o tema em discussão e impulsionar algumas ações a nível internacional que possam fortalecer e preservar a paz. Entre essas iniciativas está a proposta de abolir o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

“Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU foram responsáveis, nos últimos 20 anos, por 90% das vendas de armas no mundo. Todos são potências nucleares e brutalizaram outros povos ou o seu próprio povo. Não se trata apenas de que o Conselho de Segurança seja antidemocrático; é homicida. Só abolindo o Conselho de Segurança poderemos democratizar as Nações Unidas.”

Outra das iniciativas que está em curso busca evitar novas agressões. "Devemos prevenir a opinião pública sobre os perigos de novas ações contra o Iraque, ou contra a Coreia do Norte, Líbia, Cuba e tantos outros países", afirma o jurista.

Na sua opinião todos estes esforços valem a pena porque, em última instância, o poder emana das pessoas. Basta ver exemplos ao longo da história que o demonstram. É o caso do xá Reza Pahlevi, do Irã, e de Ferdinando Marcos, nas Filipinas, que tinham forças policiais e corpos paramilitares altamente repressi-

vos, exércitos poderosos e eficientes serviços de espionagem mas acabaram derrotados pela insurreição popular

"Cabe perguntar: que mecanismos existem para depor governos antidemocráticos por caminhos não-violentos?", assinala Clark. Mas, para ele, existe uma pergunta mais importante: como motivar as massas a fazer uso destes mecanismos? "Se não se conhecem os fatos, não existem motivos para se rebelar. Por isso, devemos liberar os meios de comunicação. Estamos trabalhando em uma proposta neste sentido", assinala.

"Sem órgãos de comunicação realmente livres, os Estados Unidos nunca poderão ser livres! As pessoas pensam que somos uma democracia, mas na verdade somos uma plutocracia. Os ricos dominam de forma absoluta. E em nenhum outro país desenvolvido a riqueza está tão concentrada como nos Estados Unidos. O dinheiro domina não só os meios como também a própria vida política", afirma. ■

¹ Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar): Também conhecido como Tratado do Rio de Janeiro, foi criado em 1947 - e assinado por todos os países americanos - produto do clima de Guerra Fria contra o bloco socialista.

A manipulação da informação

Os objetivos atuais de Ramsey Clark, um o motiva em particular: democratizar os meios de comunicação de massa de seu país. "Devemos estudar o seu papel com mais atenção", adverte. "Neste país, sonhamos com a novela do que chamamos a *Primeira Emenda*, ou seja, o direito à liberdade de imprensa. Mas os meios estão dominados por interesses poderosos, em geral diretamente vinculados a grupos empresariais da indústria militar."

O ex-procurador-geral cita, como exemplo, que o segundo mais importante grupo empresarial da indústria bélica é o dono da rede NBC de televisão. "Por isso podem ter-lhe oferecido - como ocorreu - sete horas de filmagem em vídeo dos danos causados pelos bombardeios aliados à população civil de Basra e ninguém quis mostrá-lo. E eram documentários de alta qualidade técnica, filmados por um fotógrafo que ganhou sete EMMYs pelos seus trabalhos no Afeganistão, Vietnã e Angola."

Para Clark, esta falta de compromisso com uma informação objetiva explica por que os repórteres das redes de televisão norte-americanas receberam ordem de abandonar Bagdá na véspera do começo da guerra. "Não queriam que viesse à tona a verdadeira história da destruição da infraestrutura civil do país."

Um exemplo claro para ele é a destruição da fábrica de leite em pó para bebês, que foi apresentada como uma fábrica de armas químicas. "Eu tenho os planos do arquiteto francês que construiu a fábrica e não há dúvida alguma de que só servia para este fim. Pessoalmente, cheguei a provar a substância que estava nas bolsas que restaram. Era leite em pó."

E prossegue, indignado: "Mas suponhamos, por um momento, que fosse realmente uma fábrica de armas químicas. A lei internacional proíbe bombardear instalações deste tipo, porque é perigoso. A fábrica está na periferia de Bagdá e os produtos químicos poderiam ter contaminado a população dos arredores. Neste caso, os meios de comunicação não so-



freram nenhuma restrição do Pentágono. Não informaram porque não quiseram. Porque a plutocracia está de acordo com os planos do Pentágono."

Não é casual o boicote destes meios às mais de 30 audiências realizadas nos Estados Unidos durante o julgamento contra o governo pelos crimes de guerra no Iraque. O problema se agrava, na opinião de Clark, porque a maior parte dos 250 milhões de norte-americanos só recebe informação através da televisão. "Se não aparece na TV, é como se não houvesse ocorrido."

Essa é a razão do tremendo impacto causado pelo filme *JFK*, de Oliver Stone, que acusa a CIA e o Pentágono pela morte de Kennedy. "Várias gerações de norte-americanos vêem o cinema como parte da realidade", afirma Clark.

Para o jurista, outro perigo latente nos meios de comunicação é a manipulação da informação. E cita o caso de um programa de TV de grande audiência ao qual foi convidado. Antes que pudesse dizer uma palavra, a apresentadora pôs em rede um legislador que lhe perguntou: "Como se explica que um norte-americano ilustre como o sr. não condene um regime como o de Saddam Hussein? Vejamos este relatório." E divulgaram uma reportagem sobre 300 bebês que teriam morrido em um hospital do Kuwait porque Saddam Hussein teria mandado desconectar as incubadoras. "Que nos diz agora, sr. Clark?", lhe perguntaram, ao vivo.

O jurista respondeu que nunca tinha ouvido nada a respeito e contra-atacou perguntando, por sua vez, onde tinham obtido esta reportagem e como podiam estar seguros de que isto houvesse ocorrido realmente.

"Mas eu sabia que, daí em diante, nada do que eu pudesse contar da minha viagem sobre as agressões norte-americanas teria valor para os telespectadores. Havia sido tudo planejado. Depois se soube que aquele episódio das incubadoras nunca havia ocorrido, mas durante alguns meses foi utilizado em grande parte nos meios de comunicação de todo o mundo para justificar as atrocidades contra a população do Iraque."

EQUADOR

Neoliberalismo levanta críticas

Um programa de ajuste de cem dias é a única proposta concreta do novo presidente equatoriano, o direitaista Sixto Durán Ballén. Com uma inflação anual de cerca de 50% nos últimos três anos, e um déficit fiscal superior a 300 milhões de dólares, o Equador está agora nas mãos de uma equipe econômica que professa o neoliberalismo e vê as empresas estatais como um elemento negativo no desenvolvimento nacional. O programa de ajuste prevê a liberação do dólar, uma abertura agressiva da economia ao mercado mundial, a privatização de empresas e a demissão maci-

ça de funcionários públicos.

Essa política econômica já começou a criar mal-estar social, apesar de ter dado apenas seus primeiros passos. "Sixto Durán só fala em privatizar, mas não diz nada sobre o que fará em matéria de saúde, previdência social e legislação trabalhista", afirmou um dirigente sindical.

Neste mesmo sentido se manifestaram lideranças indígenas, a respeito de quem o novo governo – composto quase exclusivamente por banqueiros e homens de negócios – não se manifestou. Esta atitude contrasta com a do presidente Rodrigo Borja,



Para as lideranças indígenas, Ballén ainda é uma incógnita

que durante os quatro anos de seu mandato entregou cerca de três milhões de hectares de terras às comunidades e estabeleceu a educação bilíngue para os índios.

No campo internacional, Durán Ballén – um arquiteto

nascido em Boston quando seu pai trabalhava como diplomata nos Estados Unidos – se comprometeu a dar continuidade às gestões de Borja no sentido de buscar uma solução para a disputa territorial com o Peru.

SURINAME

O governo do Suriname e dois grupos rebeldes, que atuam no país há mais de cinco anos, assinaram um acordo de paz em 8 de agosto último. A Organização dos Estados Americanos (OEA) apoiou o processo de negociação entre o governo de Ronald Venetiaan e os grupos Tucuyana Amazons, formados por índios, e Jungle Commando, que inclui principalmente descendentes de escravos.

O acordo prevê o desarmamento dos rebeldes e uma lei de anistia que protegerá os quadros da guerrilha. Também se decidiu que a maioria dos efetivos das forças rebeldes passará a integrar a polícia rural e que sete milhões de dólares serão destinados a projetos de desenvolvimento na região oriental do país, onde os combatentes tinham suas bases.

Mais de dez mil pessoas das áreas afetadas pelos conflitos fugiram para a Guiana Francesa, mas calcula-se que a metade já regressou.

DIREITOS HUMANOS

Sindicalistas assassinados

Duzentos sindicalistas de diferentes países foram assassinados em 1991, segundo um relatório da Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL). O documento, que reúne dados de 1991 e dos três primeiros meses de 1992, assinala que Guatemala, Colômbia, El Salvador, Peru, Irã, China e África do Sul são os países que mais reprimiram os que exercem atividades sindicais.

A CISL adverte sobre a crescente relação entre empresários, policiais e grupos paramilitares e denuncia que, além das vítimas fatais, a repressão impôs maus-tratos a 50 mil militantes e prendeu outros dois mil.

O relatório se refere à América Latina como a região mais perigosa, citando em particular o caso da Colômbia, onde mais de 50 sindicalistas foram assassinados nos últimos 12 meses. Em segundo lu-

gar, está a África do Sul, onde 47 militantes sindicais foram mortos no ano passado. Na África, as outras nações denunciadas no relatório como violadoras dos direitos humanos são o Malawi, Zaire, Sudão, Marrocos, Maurítânia e Zâmbia.

No Oriente Médio, os países com maior número de vítimas da repressão são a Arábia Saudita, Omã e Qatar, que proíbem qualquer atividade sindical. Na Ásia, o recorde é do Butão, onde os sindicatos são apenas "tolerados".

Ao comentar o relatório da CISL, vários dirigentes sindicais latino-americanos responsabilizaram as políticas econômicas neoliberais e os programas de ajuste do FMI pelos riscos que atualmente enfrentam as democracias do continente e pela repressão que sofrem os trabalhadores do Terceiro Mundo, obrigados a reagir diante do aumento da pobreza e do desemprego.

SUDÃO

Combates no sul

Apesar das tentativas de negociar um cessar-fogo, a guerra civil continua fazendo vítimas no Sudão. No início de agosto, o coronel John Garang, comandante-em-chefe do Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS), que se rebelou contra a marginalização econômica e política do sul do Sudão, declarou que depois de nove anos de guerra contra o governo de Cartum, o EPLS se preparava para ocupar Juba, a segunda cidade do país. "Já não é uma questão se faremos ou não, mas *quando*. E será muito breve", enfatizou Garang. Pouco depois, Juba estava sitiada pelos rebeldes, que ocupam posições-chaves muito perto do perímetro urbano.

Em julho, o EPLS conseguiu se apoderar de Amadi, um centro de controle de vôos do aeroporto de Juba, onde derrubou um Hércules C-130 das forças governamentais com 136 soldados a bordo, quando este ia aterrissar.

Oficiais do exército de Cartum que desertaram para se juntar às tropas rebeldes disseram que em todo o sul existe escassez e que as autoridades lançaram uma campanha de perseguição à maioria não-islâmica.

A guerra civil entre o norte e o sul do Sudão começou em 1955, cinco meses antes do país tornar-se independente. Foi reiniciada na década de 80, depois de um período de calma, e entrou em uma nova fase.

O norte do Sudão, onde se concentra o poder econômico e político do país, tem uma população de origem árabe e núbica, majoritariamente islâmica. No sul, a população é fundamentalmente negra e professa religiões tradicionais africanas.

NIGÉRIA

Dez dos 30 estados nigerianos terão eleições legislativas este mês. A Comissão Eleitoral Nacional (CEN), criada para garantir a transição para a democracia depois de 22 anos de governos militares, organizou um novo esquema eleitoral depois do fracasso do primeiro turno efetuado em cinco estados, no dia 1º de agosto, quando houve compra de votos e desordens nos locais de votação.

Os dois partidos que se enfrentam nas eleições foram fundados durante o governo militar do presidente Ibrahim Babangida: o Partido Social Democrata (PSD), dirigido por Paul Ukpò e a Convenção Republicana Nacional (CRN). A passagem do poder aos civis está prevista para janeiro de 1993.

SOMÁLIA

Uma morte por minuto

A guerra civil que explodiu na Somália na última década, somada à pior seca desta metade do século na região do Chifre da África, provocou uma onda de fome sem precedentes neste país, um dos mais pobres do mundo.

Cerca de 4,5 milhões de pessoas, de um total de 7 milhões de habitantes, estão ameaçadas pela fome. Dados divulgados em fins de agosto indicam que uma pessoa morre por minuto, na sua maioria bebês e crianças de até cinco anos.

Mas, apesar da gravidade da situação, o apelo das Nações Unidas para formar um fundo especial de ajuda de 1,2 bilhão de dólares continua sem resposta. A denúncia foi formulada por Raul Mitchell, do Programa Alimentar Mundial (PAM), sediado em Roma.



O ministro de Saúde e Assuntos Humanitários da França, Bernard Kouchner, que visitou a Somália em agosto, pronunciou-se no mesmo sentido. Kouch-

ner afirmou que não compreendia a indiferença do resto do mundo diante do drama desta região, que definiu como "o inferno sobre a Terra".

Para muitos especialistas, a gravidade da situação na Somália exige a intervenção da ONU para conseguir que os alimentos enviados ao país africano cheguem à população afetada pela fome. Os confrontos entre facções leais ao presidente interino, Mohamed Ali Mahdi, e os seguidores do general Mohamed Farah Aidid, que provocaram a morte de cerca de 30 mil civis, impedem o desembarque de sete mil toneladas de alimentos que estão nos portos de Mogadíscio e Bérbera.

Na verdade, o caso da Somália pode ser o mais grave, mas não é o único. Cerca de 30 milhões de pessoas, só naquele continente, estão correndo o perigo imediato de passar fome e outros 23 milhões, da região do Chifre da África, já sofrem as consequências da fome.

NAÇÕES UNIDAS

Mais refugiados

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) informou que os conflitos desencadeados desde o fim da Guerra Fria elevaram o número de exilados para 17 milhões de pessoas em todo o mundo, duplicando as cifras de uma década atrás.

O país que atualmente mais gera refugiados é a Iugoslávia, onde a secessão de antigas repúblicas provocou uma sangrenta guerra civil. "A violação dos direitos humanos, incluindo o terrível processo que chamam de 'limpeza étnica', originou estas migrações em massa", denunciou o representante da Acnur, Albert Peters. O diplomata apresentou um relatório em fins de julho no Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc), denunciando a prática utilizada nas zonas controladas pelos sérvios, croatas ou muçulmanos de hostilizar e até expulsar os membros de outros grupos étnicos.

Por sua vez, o secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, revelou que muitos países membros da organização devem o pagamento de suas cotas, totalizando quase 1 bilhão e 750 milhões de dólares. Os principais devedores são os Estados Unidos (757 milhões de dólares), a Federação Russa (415 milhões), a Alemanha (73,3 milhões) e a África do Sul (70 milhões de dólares). Dado o atual ritmo de gastos da ONU em operações de paz, Ghali calcula que os fundos operacionais disponíveis só durarão até outubro.



Muçulmanas da Bósnia-Herzegovina: engrossando o número de refugiados no mundo, que já alcança 17 milhões de pessoas

Para as ONGs, erradicar a pobreza deve ser uma prioridade de todos os governos



NORTE/SUL

Combate à pobreza

Mais de uma centena de organizações não-governamentais (ONGs) da América Latina, Espanha e Portugal se reuniram em julho na cidade de Cáceres, capital da província espanhola de Extremadura, para analisar seu papel e definir suas prioridades, resumidas em um documento que foi apresentado à Reunião de Cúpula de Presidentes Ibero-Americanos que se realizou pouco depois em Madri.

O Encontro de ONGs Ibero-Americanas, que se chamou "Trabalhando por um Futuro Comum", foi organizado pelo Movimento pela Paz, o Desarmamento e a Liberdade, presidido pela senadora espanhola Francisca Sauquillo (do partido governante, o PSOE), e pela Comissão Sul-Americana pela Paz, cujo secretário-executivo é o dr. Carlos Contreras, do Chile.

Os temas das mesas-redondas incluíram a análise da cooperação para o desenvolvimento, os desafios democráticos, a paz, a dívida

externa e o comércio internacional. O documento final reafirma o papel dos países ibero-americanos no cenário internacional e destaca a atuação das ONGs, às quais define como "novos atores da ação política, social e cultural".

Entre as recomendações, o documento cita a necessidade de "priorizar a erradicação da pobreza na ajuda ao desenvolvimento e nos orçamentos nacionais, reduzindo entre outros os gastos militares". E exorta os governos dos países desenvolvidos a "avançar no cumprimento do compromisso de destinar 0,7% do PNB para ajuda ao desenvolvimento".

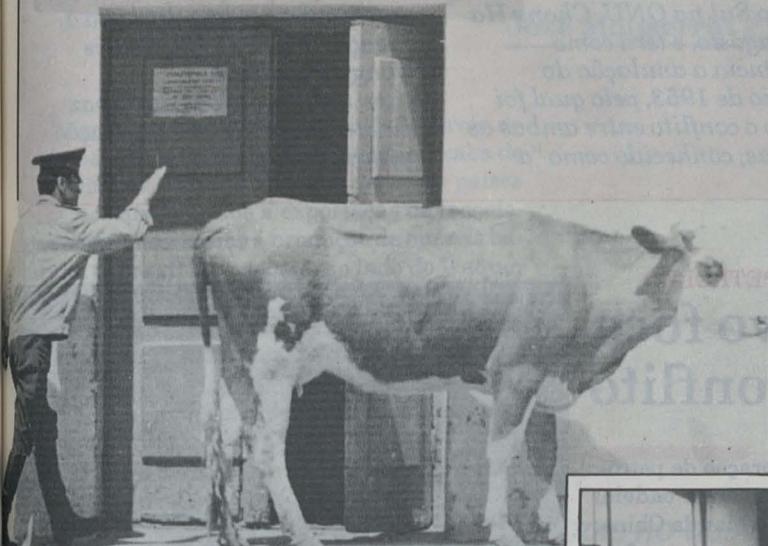
Também propõe apoiar as redes de coordenação e ação entre as ONGs, promovendo seu papel de interlocutores com os governos e organismos multilaterais.

cadernos do terceiro mundo esteve representada em Cáceres pela editora geral, Beatriz Bisio, e por seu diretor, Neiva Moreira.

ELEIÇÕES

Em Ulan Bator, uma vaca – animal sagrado para os budistas, religião majoritária na região – obstrui a entrada de um centro de votação. Foram as primeiras eleições nacionais na Mongólia desde a aprovação da nova Constituição, em fevereiro deste ano

УАСЫН ИХ ХУРАЛЫН СОНГУУЛИЙН
23-Р ТӨЙРГИЙН 63-Р ХЭСГИЙН
САНАА АВАХ БАЙР



ONDE ESTÃO?

Órfãos percorrem as ruas da capital da Guatemala, no "Dia do Pai". Seus pais são detidos-desaparecidos, vítimas da repressão paramilitar

REPRESSÃO

A polícia de Bangladesh recorreu a todo tipo de armas para reprimir manifestantes fundamentalistas do partido Jamaat-E-Islami, durante a greve de 20 de junho



BATALHA PERDIDA

Funcionários da alfândega do aeroporto de Amsterdã examinam um carregamento ilegal de chifres de rinocerontes e marfim, avaliado em 500 mil dólares

MOLUCAS

Em busca da identidade

Com a independência das repúblicas bálticas e o surgimento de vários Estados a partir da antiga Iugoslávia, ganhou novo ímpeto a luta pela independência das Ilhas Molucas, que já leva mais de 40 anos.

A República das Molucas do Sul (RMS), proclamada em 1950, foi ocupada por tropas indonésias em 1951, pouco depois da independência deste país da Holanda. Desde então, os nacionalistas molucos têm mantido, com pouco êxito, a luta em favor da sua própria independência.

As Ilhas Molucas formam parte do maior arquipélago do mundo, a Insulíndia, junto com as ilhas indonésias de Bornéu (Kalimatan), Sumatra, Java, Bali, Cebeles, entre outras.

Um relatório da Anistia Internacional publicado em agosto acusa a Indonésia de violações dos direitos humanos ao longo dos últimos vinte anos em várias regiões, inclusive nas Ilhas Molucas. Por essa mesma razão, mais de 45 mil molucos imigraram para a Holanda, onde moram hoje dois dos mais importantes dirigentes nacionalistas destas ilhas, Johan Manusama e Peter Tatipikalawan.

Johan Manusama, ex-presidente da RMS, de 81 anos de idade, acusa as Nações Unidas de ignorar o calvário de seu povo. Este, aliás, foi o argumento usado por Tatipikalawan para defender a luta armada como única saída para seu povo. A organização que ele fundou em 1990, depois de separar-se de Manusama – ao qual culpa pelas frustrações de seu povo – tem mantido contato com os grupos armados de Timor Leste (Fretilin) e Papua, também colonizados pela Indonésia.

Mas, aparentemente, nas ilhas predominam os defensores da luta por meios pacíficos. Outro grupo surgiu com esta bandeira, liderado por Hatuniasa Sounauwe, que estabeleceu há pouco seu governo no exílio (tal como fez Manusama). Sounauwe conseguiu que o problema moluco fosse incluído na agenda do grupo de trabalho das Nações Unidas dos povos indígenas.

CORÉIA

Apesar das tensões que ainda persistem entre a Coréia do Norte, um dos últimos países socialistas, e a Coréia do Sul, aliado tradicional dos Estados Unidos, os governos dos dois países se preparam para discutir um acordo permanente de paz. A decisão foi anunciada pelo embaixador da Coréia do Sul na ONU, Chong Ha Yoo, em agosto, e terá como consequência a anulação do armistício de 1953, pelo qual foi suspenso o conflito entre ambas as repúblicas, conhecido como “a

guerra da Coréia”.

De acordo com o diplomata sul-coreano, se o processo de pacificação definitiva não sofrer alterações, está acertada a admissão simultânea das duas Coreias nas Nações Unidas. Possivelmente já neste mês de setembro. Com este passo, as duas repúblicas se comprometem a aceitar o princípio internacional de resolução pacífica das controvérsias, o que descarta a ameaça do uso da força entre Pyongyang e Seul. A assinatura do acordo de paz abriria as portas à reunificação definitiva do país.

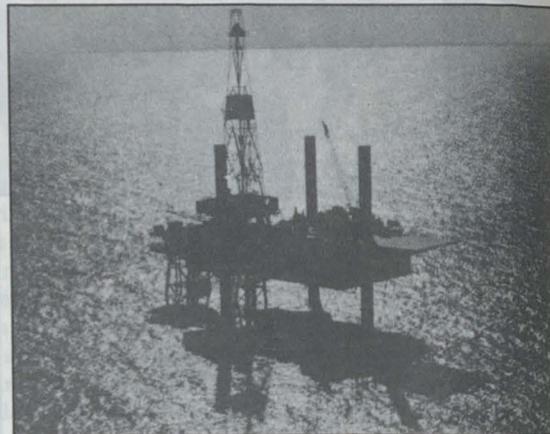
PETRÓLEO

Novo foco de conflito

A exploração de petróleo em uma cadeia de atóis no Mar da China do sul pode se transformar em um novo foco de atrito na Ásia. As tensões cresceram nos últimos meses pela agressiva reivindicação chinesa dos arquipélagos de Spratly e Paracel, potencialmente ricos em petróleo. As ilhas são disputadas, em parte ou totalmente, por Brunei, China, Filipinas, Formosa, Malásia e Vietnã.

Tudo começou com a assinatura em junho de um convênio entre o governo de Pequim e uma companhia petrolífera norte-americana, a Chestone Energy Corporation, para prospecção de petróleo e gás em uma zona de 25 mil quilômetros quadrados do Mar da China que inclui as ilhas Spratly.

Desde 1990, representantes das seis nações que disputam as ilhas vêm se reunindo com o



objetivo de encontrar fórmulas para desenvolver em conjunto os recursos petrolíferos da região. A iniciativa unilateral da China foi interpretada como uma atitude desleal pelos demais negociadores.

A reivindicação de posse das ilhas já causou baixas. Em 1988 navios chineses e vietnamitas entraram em choque por causa da disputa. Os chineses afundaram três barcos vietnamitas, o que resultou na morte de 70 marinheiros desse país.

Recentes descobertas de petróleo em Palawán, ilha filipina próxima à área de Spratly, são cita-

das como os melhores indícios de que possam existir outros depósitos na região. A região também tem muitos recursos pesqueiros e depósitos de gás natural.

Os observadores temem que uma disputa sobre os recursos petrolíferos no Mar da China possa incitar uma intervenção militar japonesa. Nos últimos tempos, companhias nipônicas têm ganho das ocidentais as concorrências para obter concessões de exploração de petróleo no Vietnã, em um esforço para garantir fontes de óleo cru próximas a seu território.

Brasil proibido de ter foguete

José Monserrat Filho*

O governo dos Estados Unidos, através de seu Departamento de Comércio, acaba de incluir o Brasil na lista negra de países aos quais proíbe a exportação de tecnologia e peças necessárias à produção de mísseis balísticos. O Brasil foi colocado ao lado do Iraque, Irã, Líbia, Líbano, Paquistão, China, Coreia do Norte e África do Sul, segundo o diário oficial dos Estados Unidos, "Federal Register", de 16 de junho. Agora, oficialmente, estamos catalogados como "país hostil".

A decisão é inesperada, mas não muda a situação já existente. Apenas fortalece e amplia o embargo que vem sendo aplicado ao Brasil desde 1988 pelo MTCR (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis). Tal acordo é informal, não escrito. Foi criado em 16 de abril de 1987 pelos sete grandes (G-7) — Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Canadá e Japão —, com posterior adesão da Espanha, Austrália, Nova Zelândia, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Noruega e Dinamarca. A Rússia não aderiu, mas se comprometeu a cumprir as diretrizes do acordo.

A tarefa declarada do MTCR é impedir a proliferação de tecnologia para a produção de mísseis portadores de armas nucleares. Ele veta, em primeiríssimo lugar, o repasse de equipamentos e tecnologias de sensibilidade máxima, só transferíveis sob severas condições, como sistemas de foguetes que transportam mais de 500kg e alcançam 330km; e, em segundo lugar, meios operacionais, como combustíveis e controles de voo. Na prática, mantém fechado o clube dos poucos países detentores de tecnologia espacial.

Os países fundadores e signatários do MTCR convertem suas normas e decisões em leis inter-

nas. Os Estados Unidos não só adotaram leis de maior amplitude ainda, como não hesitam em aplicá-las em outros países. Vide a ampliação do bloqueio ao Brasil.

É sintomático que isto ocorra exatamente quando o governo brasileiro está empenhado em obter a adesão do país ao MTCR. Em 6 de junho último, dez dias antes da decisão norte-americana, nosso secretário de Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, jantou, no Rio de Janeiro, durante a Eco-92, com o ministro de Ciência e Tecnologia da França, Hubert Currien, procurando ganhar seu apoio à pretensão brasileira.

O peso da França nesta questão, embora menor do que o dos Estados Unidos, não é desprezível. Em 24 de abril deste ano, em Brasília, uma comitiva do MTCR teve seu primeiro e discreto encontro com autoridades brasileiras, entre as quais o representante do Itamarati, Roberto Jaguaribe, filho do secretário Jaguaribe. As negociações foram mantidas em sigilo.

O MTCR enquadrou o Brasil em 1988, para impedir a conclusão do VLS (Veículo Lançador de Satélite), primeiro foguete brasileiro, em construção no Centro Técnico Aeroespacial (CTA) do Ministério da Aeronáutica, em São José dos Campos, como parte da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), criada em 1979.

A MECB prevê o lançamento de quatro satélites concebidos e construídos no país, por meio de foguete também concebido e construído no país e a partir de base própria de lançamento, em Alcântara, no Maranhão. O programa busca capacitar o Brasil no ciclo completo das atividades espaciais.

Tais planos são vistos com suspeição pelo pequeno grupo de potências que domina o setor es-

O governo dos EUA acaba de incluir o Brasil na lista negra de países aos quais proíbe a exportação de tecnologia e peças necessárias à produção de mísseis balísticos. Agora, oficialmente, estamos catalogados como "país hostil"

pacial. Desde 1988, Estados Unidos, França e outras potências nada vendem ou facilitam ao VLS e à base de Alcântara. Naquele mesmo ano, uma delegação do Brasil esteve em Washington, com assessores do então secretário de Estado George Shultz, e ofereceu plenas garantias de que o VLS seria usado exclusivamente em missões pacíficas, não militares – os Estados Unidos poderiam acompanhar todas as suas etapas, até o recolhimento no mar.

O esforço, porém, de nada valeu. O cerco não foi levantado. E, aliás, só tem crescido, inclusive após o Brasil ter abdicado das armas nucleares. Nossa inclusão, agora, na lista negra dos Estados Unidos apenas confirma esta tendência.

Por coincidência ou não, em 8 de junho último, Hélio Jaguaribe fez três anúncios relevantes para o desenvolvimento espacial brasileiro, ao falar durante um encontro científico paralelo à Conferência da ONU, no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Os Estados Unidos, do mesmo modo como defendem a qualquer preço suas empresas de biotecnologia, também parecem perfeitamente determinados a impedir o surgimento de novos concorrentes na área espacial

1) A área espacial deverá ser um dos três campos prioritários de pesquisa induzida no país;

2) O governo aprovou tomada de empréstimo para pagar os 12 milhões de dólares que custará o lançamento, ainda este ano, talvez em novembro, do primeiro satélite brasileiro (praticamente pronto desde 1989), pelo foguete norte-americano Pegasus (da Orbital Sciences Corporation).

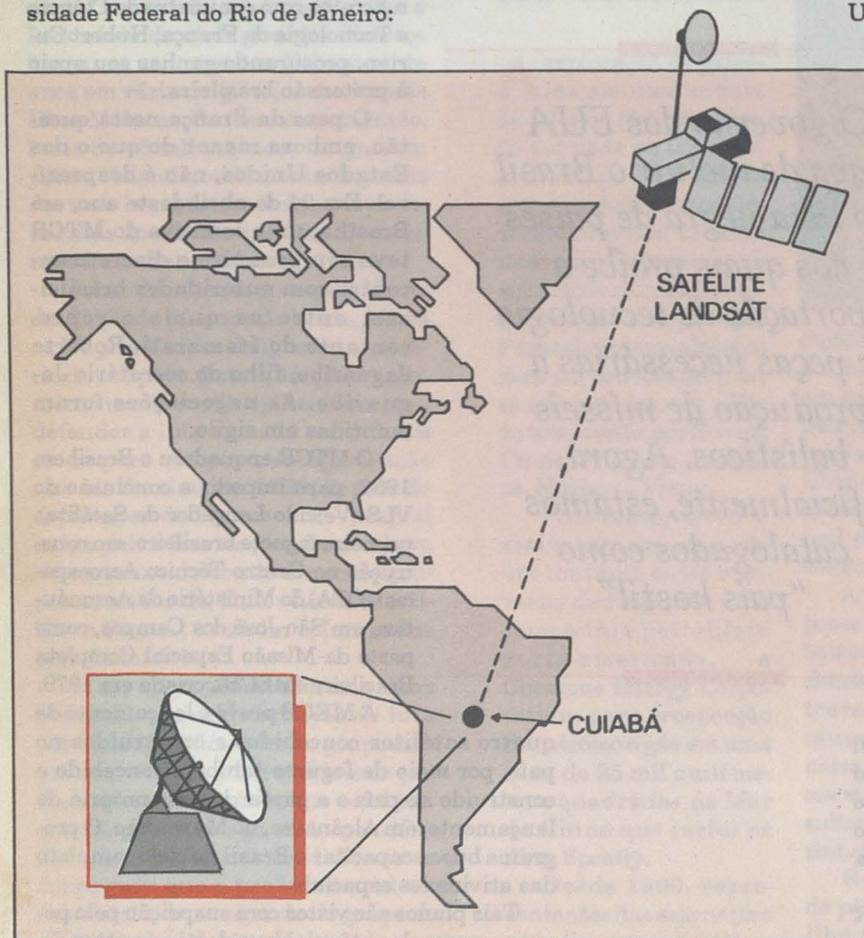
3) O VLS, já construído em 95%, poderá ser finalmente lançado em 1993, colocando em órbita o segundo satélite brasileiro. Segundo Jaguaribe, ele depende apenas do sistema de *eletronic guidance*, cujo fornecimento estaria sendo intensamente negociado pelo Brasil junto aos países mais avançados.

Submetendo-se ao MTCR, nosso governo supunha que teria, ato contínuo, acesso a recursos tecnológicos essenciais como o *eletronic guidance*. O Departamento de Comércio dos Estados Unidos, pelo visto, liquidou com este sonho.

A Índia também está sendo punida por adquirir tecnologia de foguete russo, que a converteu no primeiro país do Terceiro Mundo a pôr em órbita geostacionária um satélite de comunicação (ver artigo nesta edição: "Parceria indesejável").

Os Estados Unidos, do mesmo modo como defendem a qualquer preço suas empresas de biotecnologia, a ponto de não se importarem em ser o único grande país a não firmar a Convenção sobre Biodiversidade, também parecem perfeitamente determinados a impedir o surgimento de novos concorrentes na área espacial.

Isto não impede a Nasa, como se noticia, de querer aproveitar a situação geográfica privilegiada de nossa base de Alcântara, a apenas 3 graus ao sul do Equador, para efetuar lançamentos de caráter científico, 30% mais econômicos que os de Cabo Canaveral. Quer dizer, como fornecedores de recursos naturais, somos ótimos. Os problemas começam quando tentamos nos capacitar em alguma área de tecnologia avançada. Aí nos tornamos perigosos e merecedores de castigo exemplar.



*Jornalista e jurista, diretor da revista "Ciência Hoje" e do "Jornal da Ciência Hoje", da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 0001023363 A

100000

100000

CEM MIL
CRUZEIROS

A 0001023363 A

50000

CINQUENTA
MIL
CRUZEIROS

A 2458099549 A

10000

DEZ MIL
CRUZEIROS

A 4082087437 A

5000

CINCO MIL
CRUZEIROS

A 2892009799 A

1000

MIL
CRUZEIROS

A 8197055236 A

Com a Conta Fácil Banerj, a sua aplicação financeira e o seu tempo vão poder render muito mais. Agora, a operação de resgate é automática e na medida exata do que você necessita, para débitos acima de um valor mínimo. Sem que você precise sequer telefonar ao banco. Ou seja, aquele dinheiro a mais que ia ser apenas um trocado parado na sua conta corrente continua rendendo. Transforme já sua Conta Verde de Aplicações Financeiras em Conta Fácil Banerj. E aplique tudo a que você tem direito. Inclusive aqueles quebrados.

**AGORA, O DINHEIRO QUEBRADO QUE IA VIRAR
UM TROCADO CONTINUA APLICADO.**

CONTA FÁCIL

**O QUE ERA
BANERJ FAZ FICOU
MAIS FÁCIL.**

RIO



Rio do mar, do sol,
do verde da mata,
da Pedra, da praia,
dos shoppings, do chopp,
do Cristo, do bondinho,
da cidade menina
cheia de beleza.

RIO-A MARCA DO TURISMO POR NATUREZA.

RIO Prefeitura
da Cidade